

Diário do Legislativo de 20/04/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 12ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Mesa da Assembléia

2.3 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 14/4/2004

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Registro de presença - Questões de ordem - Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Rogério Correia; aprovação - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.928; discurso do Deputado Rogério Correia; votação secreta do veto aos arts. 7º, 11 e 14; manutenção; questão de ordem; votação secreta do veto ao art. 13; rejeição - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.927; requerimentos dos Deputados Elmiro Nascimento e Miguel Martini; deferimento; requerimento do Deputado Miguel Martini; aprovação; discurso do Deputado Rogério Correia; votação secreta do veto, salvo destaques; rejeição; votação secreta dos §§ 1º e 2º do art. 1º; manutenção; declaração de voto - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Marília Campos - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença nas galerias dos alunos da 7ª série da Escola São Tomás de Aquino, de Belo Horizonte.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, gostaria de fazer um comentário sobre uma matéria publicada hoje no "Estado de Minas". Ela foi assinada por Alessandra Melo e diz que o contrato da GTech pode ser suspenso, como se disse aqui ontem. Tomei conhecimento pelos jornais de que o relatório feito pelos Auditores e pelo Ministério Público sugere a inclusão, nos futuros contratos - e concordo com isso -, de uma auditoria externa, mas fiquei surpreso com o fato de eles quererem incluir o dinheiro da LEMG na conta única do Estado. Se incluirmos os recursos de todas as autarquias no caixa único do Estado - e isso foi feito anteriormente com a Loteria do Estado de Minas Gerais -, quando houver um prêmio de um bilhete ou de qualquer outro jogo, a Loteria ou o Governo poderão passar por dificuldades. A Auditoria e o Ministério Público estão levando a coisa para um fato político, querendo esvaziar uma autarquia. O comentário é que passarão o dinheiro da Loteria para o caixa único do Estado porque assim o seu dirigente ou o próprio Governador não terão como liberar dinheiro por meio dela. Sr. Presidente, estamos em um momento difícil quanto aos jogos e não podemos deixar as coisas irem para o lado da política. A Loteria deve ter, sim, a sua dotação orçamentária e o seu caixa, que não devem ser vinculados ao Estado. Aqui fica uma observação para que seja analisada pelos Deputados. Se isso for para a política, daqui a pouco tudo pertencerá a um caixa único, e o Governo ficará engessado em um só orçamento. Aguardo, então, a decisão do Governo quanto a isso e espero que ela não prejudique aqueles que estavam trabalhando e tinham contratos com a Loteria do Estado de Minas Gerais. A abertura de outro contrato sem reserva de mercado deve ser feita com maior objetividade e rapidez. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, o assunto mencionado pelo Deputado Alencar da Silveira Jr. é de interesse de todos nós, e o Deputado tem razão em se preocupar com o fato de uma verba destinada à área social ir para o caixa único e ficar sem controle. Não pode haver um retrocesso diante de tantos avanços importantes conseguidos.

Em primeiro lugar, esse contrato com a GTech vinha sendo denunciado havia muito tempo; aliás, é um contrato antigo, de 1994, então é evidente que precisa ser feita nova licitação. Um contrato não pode vigorar tanto tempo sem um processo licitatório; portanto, tanto esse quanto o contrato da Caixa Econômica Federal precisam de um processo novo de licitação. Nacionalmente o prazo termina neste ano, e será feita uma nova licitação, procurando-se, assim, moralizar contratos feitos há muito tempo, os quais são aditados. Até esses aditamentos agora estão sendo questionados.

Ontem tive a oportunidade de parabenizar a Auditoria-Geral por esse relatório e pela possibilidade de quebrar esse contrato e fazer uma nova licitação. Agora, fazendo coro com as preocupações do Deputado Alencar da Silveira Jr., acho que é útil conhecermos o relatório feito pela Auditoria. O Deputado André Quintão, a Comissão ou a própria Assembléia Legislativa deve ter acesso a ele, mesmo porque o Ministério Público também acompanhou todo o processo e já há um resultado.

Portanto, Sr. Presidente, aproveitando a fala do Deputado Alencar da Silveira Jr., penso que a Comissão de Trabalho, que tem investigado o assunto por intermédio dos Deputados Alberto Bejani e André Quintão, deve ter acesso a esse relatório da Auditoria-Geral.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, acho que a fala do Deputado Rogério Correia deveria ser enviada a Brasília. O que Minas Gerais está fazendo, a suspensão do contrato com a GTech, deve ser mostrado ao Presidente Lula, para que encerre, e não prorrogue por mais 25 meses, todo o sistema de jogos do mercado brasileiro. O que o Governador de Minas está fazendo já deveria ter sido feito há muito tempo, desde a renovação do contrato da GTech com o Governo Federal. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão - Concordo inteiramente com a observação do nosso Líder do PT, Deputado Rogério Correia; aliás, Deputado Rogério, os pontos levantados no relatório da Auditoria-Geral são exatamente os mesmos que o Bloco PT-PCdoB apresentou na primeira reunião pública, realizada a pedido do Deputado Alberto Bejani, que tem sido incansável na busca de esclarecimentos acerca desses contratos em Minas Gerais.

Podemos citar a licitação feita em 1994, que superestimou a capacidade, o número e a meta de implantação de terminais: depois houve o descumprimento da implantação desses terminais; depois de seis meses desse descumprimento, foi firmado um aditivo reduzindo em 50% a meta dessa implantação; por fim, um novo aditivo ampliou o prazo até o ano de 2000. Ou seja, ampliaram o prazo e reduziram as metas, beneficiando, assim, quem ganhou a licitação em 1994, cuja meta era de 3 mil terminais. Posteriormente houve aquela polêmica da multa e do número de terminais implantados e foi feita uma denúncia mais grave na comissão, que era o não-recolhimento de 25% para programas sociais, os quais constavam no contrato firmado entre a GTech e o Governo do Estado.

Também quero fazer coro com V. Exa. sobre a importância desse relatório e do trabalho da Dra. Celeste, da Auditoria-Geral do Estado. Nesse sentido, já estamos encaminhando um requerimento - acho fundamental a assinatura do Deputado Alberto Bejani, que foi o Deputado que, em nome da Assembléia, tomou a frente dessas investigações - convidando-a para aqui comparecer.

Esse convite é importante para que, de viva voz, ela faça uma explanação sobre o tema. A Assembléia já está tomando providências, por meio da Comissão de Trabalho, sobre esse assunto, e uma exposição da Dra. Celeste enriquecerá nossa comissão.

Outro requerimento é de solicitação do envio desse relatório para fazermos sua análise prévia. Houve vários equívocos, em 1994, em 1996, no último período e até no atual. Parece-me que o não-recolhimento dos 25% se refere também à atual gestão da Loteria Mineira do Estado. O importante é que houve apuração que gerará ações administrativas. Parece-me que o prejuízo ao erário é muito grande, completamente diferente da questão federal. Justiça seja feita, há alguns anos o Governo Federal tenta sair desse aprisionamento tecnológico da GTEch, buscando fazer licitações fatiadas, mas existe hoje, por força judicial, o impedimento do Governo Federal realizar licitação. Houve essa prorrogação por 25 meses, que pode ser reduzida para 18 meses, mas é outra situação. O importante é que aqui em Minas, a Assembléia está fazendo sua parte, por meio da Comissão do Trabalho. Acho importante a presença da Auditora nesta Casa.

O Deputado Elmiro Nascimento - Sr. Presidente, hoje teremos o prazer de receber o Ministro Patrus Ananias nesta Casa, pessoa que prezamos muito. É um dos Ministros mais competentes e dinâmicos da administração do Presidente Lula e comanda a tônica de sua administração, o combate à fome neste País, que também aplaudimos.

Semana passada, apresentamos um requerimento endereçado ao Presidente Lula para que ele aumente o gasto com merenda escolar no Brasil como um todo. Hoje, o gasto, por aluno, com merenda escolar representa R\$0,13. É insignificante, isso foi determinado na Constituição de 1988, regulamentada na administração do Presidente Itamar Franco. Na época, a cotação do dólar era de um por um, em relação ao real. Isso hoje está bastante defasado, e sabemos da importância da merenda escolar para a rede pública de todo o País, principalmente para os alunos mais carentes. Logicamente, ajudaremos a combater a fome aumentando esse percentual, acompanhando o aumento do dólar, melhorando a parte educacional das crianças.

Gostaríamos de receber o apoio de todas as bancadas desta Casa, principalmente a do PT, que conta com vários educadores, médicos, que sabem da importância de bem alimentar nossas crianças. Isso representará muito no combate à fome e na melhora do aprendizado dos alunos mais carentes no País. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os vetos às Proposições de Lei nºs 15.784, 15.843, 15.852 e 15.925, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à mesa requerimento do Deputado Rogério Correia solicitando a inversão da pauta da presente reunião, de modo que os vetos às Proposições de Lei nºs 15.928 e 15.927 sejam apreciados em primeiro lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.928, que dispõe sobre a responsabilidade social na gestão pública estadual, altera a Lei nº 14.172, de 15/1/2002, que cria o índice mineiro de responsabilidade social e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos arts. 7º, 11 e 14 e pela rejeição do veto ao art. 13. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim"; os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram presença no painel que o façam neste momento. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Trata-se do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.928, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que é o Líder do bloco do Governo nesta Casa. Vamos votar com o Deputado Antônio Carlos Andrada, pela rejeição do veto, até porque o Governador constantemente vem vetando projetos dos Deputados, mesmo da liderança do seu próprio bloco. A caneta do Governador, afeita a vetos, não perdoa nem sequer aqueles que o defendem nesta Casa, por isso estamos votando tantos vetos. Aos nossos projetos, estamos até acostumados: o Governador sempre mete a caneta e veta tudo, mesmo projetos em que o veto não tem a menor lógica. Mas agora faz o mesmo com Deputados do próprio Governo, como os Deputados Antônio Carlos Andrada e Domingos Sávio. Assim, estamos com os dois Deputados, pela rejeição desse veto.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto aos arts. 7º, 11 e 14.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gustavo Valadares - Jô Moraes - João Bittar - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 29 Deputados, votaram "não" 10 Deputados, totalizando 39 votos. Está, portanto, mantido o veto aos arts. 7º, 11 e 14 da Proposição de Lei nº 15.928. Oficie-se ao Governador do Estado.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Podemos perceber que o quórum está bem restrito. Assim, solicito de V. Exa que peça aos membros das oito comissões que estão em funcionamento que suspendam suas reuniões por alguns minutos, para que possamos votar essas matérias, após o que retornariam às Comissões. Do contrário, não teremos condições de dar prosseguimento à votação.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto ao art. 13.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermanno Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo -

Gustavo Valadares - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votou "sim" 1 Deputado. Votaram "não" 48 Deputados. Está rejeitado o veto ao art. 13 da Proposição de Lei nº 15.928. À promulgação. Fica, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.928, exceto o art. 13 da referida proposição.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.927, que altera o art. 1º da Lei nº 13.722, de 20/10/2000, que dispõe sobre o pagamento de militares, de servidores públicos e de pensionistas do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, X, c/c arts. 222 e 255 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Elmiro Nascimento, em que solicita a votação destacada do § 1º do art. 1º da Proposição de Lei nº 15.927. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita a votação destacada do § 2º do art. 1º da Proposição de Lei nº 15.927. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita a votação, em bloco, dos destaques. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Estou encaminhando, em nome do Bloco PT-PCdoB, pela rejeição do veto mais uma vez, destacando a insensibilidade do Governador para com o Poder Legislativo e para com os Deputados de sua própria base. O Deputado Domingos Sávio, que é tão fiel ao Governo na Presidência da Comissão de Administração Pública, teve um veto total ao seu projeto. Votaremos pela rejeição, porque foi um trabalho importante realizado pelo Deputado e pelo Legislativo. Portanto, não concordamos com a insensibilidade do Governador Aécio Neves.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto, salvo destaques.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 4 Deputados. Votaram "não" 46 Deputados. Está rejeitado o veto, salvo destaques. À promulgação. Em votação, o veto aos §§ 1º e 2º do art. 1º da proposição.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 34 Deputados. Votaram "não" 13 Deputados, totalizando 47 votos. Está mantido o veto aos §§ 1º e 2º do art. 1º da Proposição de Lei nº 15.927. Oficie-se ao Governador do Estado. Fica, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.927, exceto os §§ 1º e 2º do art. 1º da proposição.

Declaração de Voto

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, agradeço a todos os colegas Deputados e registro a nossa satisfação, pois foi possível manter o projeto de lei de nossa autoria, derrubando, em parte, o veto. Isso só foi possível por meio do entendimento construído entre a base do Governo e a Oposição.

Esse projeto vem valorizar o cooperativismo, em especial o cooperativismo de crédito. Com essa nossa proposição, que agora se tornou lei, asseguramos uma função social extremamente relevante a todas as cooperativas de crédito, em particular às de crédito rural, que hoje estão distribuídas em todo o Estado de Minas Gerais; algumas delas são a única alternativa de instituição financeira, especialmente em pequenas localidades.

Assim, elas passarão a ter a prerrogativa de efetuar o pagamento a servidores públicos: professores, militares, servidores da ativa e inativos, que agora poderão receber os seus salários por meio dessas cooperativas de crédito, simplificando a vida desses servidores que, às vezes, têm de se deslocar de uma cidade a outra para receberem os seus proventos. Dessa forma, valoriza-se o cooperativismo, simplificando a vida do servidor público.

Agradeço a compreensão e o apoio praticamente unânime dos Deputados a essa nossa proposição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que o Ministro Patrus Ananias não poderá comparecer a esta Casa hoje, uma vez que deverá atender à convocação do Exmo. Sr. Presidente da República.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião

extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 13/4/2004

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gil Pereira, Padre João e Doutor Viana e a Deputada Ana Maria Resende, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Biel Rocha, Carlos Pimenta, Laudelino Augusto e Ricardo Duarte. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Padre João, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir, em audiência pública, os Projetos de Lei nºs 676 e 677/2003, do Deputado Leonardo Moreira, e 990/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõem sobre a criação de pólos de desenvolvimento da fruticultura nas regiões Sul de Minas, Zona da Mata e Norte de Minas, respectivamente. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: fax do Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, indicando os Srs. Francisco Vítor Alves, Newton Castro Moraes e Ricardo Peres Demichele, Gerentes Regionais da EMATER-MG em Alfenas, Viçosa e Montes Claros, respectivamente, como seus representantes nesta reunião; e do Sr. Eduardo Lery Vieira, Subsecretário de Indústria, Comércio e Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, justificando sua ausência nesta reunião. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.391/2004, no 1º turno, para o qual designa como relator o Deputado Luiz Humberto Carneiro. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 288/2003 no 2º turno, com a Emenda nº 1, apresentada pelo relator, Deputado Gil Pereira. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Paulo Piau, em que solicita a realização de reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais para debater, em audiência pública, a aplicação e a regulamentação das Leis nºs 12.503, de 30/5/97; 13.194, de 29/1/99; e 14.089, de 6/12/2001. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre os Projetos de Lei nºs 676, 677 e 990/2003. Registra-se a presença dos Srs. Jefferson Nery Chaves, Assessor da Subsecretaria da Receita Estadual e representante do Secretário da Fazenda; João Néilson Gonçalves Rios, Coordenador de Relações Externas do IMA; Pierre Santos Vilela, Consultor Técnico da FAEMG; Dirceu Colares Moreira, Diretor-Presidente da ABANORTE; Rubem Ramalho, Gerente do Departamento Técnico da EMATER-MG; José Vanderlei Médice, Presidente da Associação dos Fruticultores do Vale do Rio Pomba; e Wagner Oliveira Moreira, Coordenador da Comissão Intermunicipal da Zona da Mata e Campos das Vertentes, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Ana Maria Resende, que, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, que fazem suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2004.

Padre João, Presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 14/4/2004

Às 9h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Roberto Ramos, Biel Rocha e Gilberto Abramo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Roberto Ramos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Luiz Antônio Lavorato, da Câmara de Dirigentes Lojistas de Astolfo Dutra, em que relata fato envolvendo o Presidente dessa entidade, um Cabo e um Soldado da PMMG e solicita à Comissão o empenho na apuração do caso e a imediata transferência desses policiais; Antônio Sérgio Souto Bernardo, detento da cadeia pública de São João Evangelista, em que solicita assistência médica por meio desta Comissão. O Presidente comunica que o Projeto de Lei nº 1.281/2003, da Deputada Ana Maria Resende, foi retirado de tramitação atendendo a requerimento apresentado pela autora em Plenário. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo, em que solicita seja formulada manifestação de apoio à indicação do nome de D. Helena Grecco para o Prêmio Nobel da Paz; Mauro Lobo (2), em que solicita seja acrescentado o nome do Sr. Ernani Campos Porto, Prefeito Municipal de Caratinga, à lista de convidados para a audiência pública desta Comissão que será realizada no Município de Caratinga e seja realizada visita à cadeia de Caratinga antes da audiência pública, para que os convidados verifiquem "in loco" a situação da cadeia e colham subsídios para o debate. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2004.

Durval Ângelo, Presidente - Rogério Correia - Célio Moreira - Mauro Lobo.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 24ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 20/4/2004

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 1.507/2003, do Deputado João Bittar, em que solicita à Secretária da Educação informações sobre o valor repassado ao Município de Uberlândia, mensalmente, para o transporte escolar de alunos do ensino médio. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.532/2003, da Comissão de Administração Pública, em que solicita ao Governador do Estado e ao Diretor da FHEMIG explicações sobre a renovação de contratos administrativos da rede FHEMIG. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.540/2003, do Deputado Laudelino Augusto, em que solicita aos Diretores da FAPEMIG, da EPAMIG, da EMATER e do IMA relatórios atualizados da situação patrimonial de bens móveis e imóveis, recursos tecnológicos, recursos humanos e recursos financeiros disponíveis para a execução de suas atividades. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.616/2003, do Bloco PT-PCdoB, em que solicita ao Presidente do IPSEMG informações sobre o funcionamento do Hotel da Previdência, em Araxá, incluindo o planejamento e as estratégias para a manutenção desse empreendimento. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.623/2003, da Comissão de Transporte, em que solicita ao Diretor-Geral do DER-MG informações sobre o montante pago por esse Departamento a empresas para retirada de solo mole na BR-381. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.675/2003, da Comissão de Administração Pública, em que solicita ao Presidente da COMIG informações sobre o estágio atual do processo de licitação para uso e comercialização das fontes de águas minerais das estâncias hidrominerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.747/2003, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita ao Presidente do BDMG a relação dos cinco municípios beneficiários de financiamentos do Programa SOMMA autorizados pela Secretaria do Tesouro Nacional. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.921, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da justiça estadual de primeiro e segundo graus e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 842/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 321/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que dispõe sobre acesso e permanência de deficientes visuais acompanhados por cão guia em locais abertos ao público e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 330/2003, do Deputado Miguel Martini, que cria o Programa de Tratamento Específico à Prevenção da Infertilidade e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 341/2003, do Deputado Alberto Bejani, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Maripá de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 521/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Barroso. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 621/2003, do Deputado Ricardo Duarte, que dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de fundo de olho em recém-nascidos no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.174/2003, do Deputado Gustavo Valadares, que regulamenta o tombamento da serra da Piedade, na forma que dispõe o art. 84, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 235/2003, do Deputado Doutor Viana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ingai o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 296/2003, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a proibição do repasse às empresas

privadas do valor recolhido em razão da cobrança de multas e a divulgação dos valores arrecadados e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 307/2003, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.200/2003, do Governador do Estado, que altera o art. 85 da Lei nº 13.317, de 24/9/99, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 21ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 11 horas do dia 20/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 20/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 985/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 1.127/2003, da Deputada Marília Campos; 1.297/2003, do Deputado André Quintão.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 318/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 961/2003, da Deputada Maria Tereza Lara.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.604/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.614/2004, do Deputado Weliton Prado; 2.649 e 2.650/2004, do Deputado Chico Rafael; 2.659/2004, do Deputado Sebastião Helvécio; 2.670/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.676/2004, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 20/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 20/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.658/2004, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.667/2004, do Deputado Chico Simões; 2.674, 2.680, 2.681 e 2.682/2004,

do Deputado Arlen Santiago; 2.685/2004, do Deputado Domingos Sávio; e 2.700/2004, do Deputado Márcio Passos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 20/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 20/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.652/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.673/2004, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 20/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 565/2003, do Deputado Fábio Avelar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 22/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 20/4/2004, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior e à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 15.921, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da justiça estadual de primeiro e segundo grau e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 235/2003, do Deputado Doutor Viana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ingaí o imóvel que especifica; 296/2003, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a proibição do repasse às empresas privadas do valor recolhido em razão da cobrança de multas e a divulgação dos valores arrecadados e dá outras providências; 321/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que dispõe sobre acesso e permanência de deficientes visuais acompanhados por cão guia em locais abertos ao público e dá outras providências; 330/2003, do Deputado Miguel Martini, que cria o Programa de Tratamento Específico à Prevenção da Infertilidade e dá outras providências; 341/2003, do Deputado Alberto Bejani, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Maripá de Minas o imóvel que especifica; 521/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que

específica ao Município de Barroso; 621/2003, do Deputado Ricardo Duarte, que dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de fundo de olho em recém-nascidos no Estado; 842/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 1.174/2003, do Deputado Gustavo Valadares, que regulamenta o tombamento da serra da Piedade, na forma que dispõe o art. 84, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado; e 1.200/2003, do Governador do Estado, que altera o art. 85 da Lei nº 13.317, de 24/9/99, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 19 de abril de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Leonídio Bouças, Sidinho do Ferrotaco e Weliton Prado e a Deputada Ana Maria Resende,, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/4/2004, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2004.

Adalclever Lopes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Ermano Batista, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira, Leonídio Bouças e a Deputada Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/4/2004, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.353 e 1.354/2004, do Governador do Estado; 1.424/2004, do Deputado Ricardo Duarte; 1.425/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 1.466 e 1.480/2004, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2004.

Bonifácio Mourão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Antônio Júlio, Irani Barbosa e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/4/2004, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.466 e 1.480/2004, do Governador do Estado; 1.253/2003, do Deputado Gilberto Abramo; 1.284/2003, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.367/2004, da Deputada Lúcia Pacífico; e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2004.

Lúcia Pacífico, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Chico Simões, Doutor Viana, José Henrique, Mauro Lobo e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/4/2004, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.466 e 1.480/2004, do Governador do Estado; 1.005/2003, do Tribunal de Contas; 1.270/2003, do Deputado Célio Moreira; 1.377/2004, da Deputada Lúcia Pacífico; de se votar, em turno único, o Requerimento nº 2.624/2004, do Deputado Jayro Lessa, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2004.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Biel Rocha, Gilberto Abramo e Mauro Lobo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/4/2004, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2004.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da Comissão de Segurança Pública; Adalclever Lopes, Leonídio Bouças, Sidinho do Ferrotaco e Weliton Prado e a Deputada Ana Maria Resende, membros da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, para a reunião a ser realizada em 27/4/2004, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, a proposta apresentada pela Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR - para a substituição da penitenciária do Município de Três Corações.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Carlos Pimenta, Célio Moreira e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/4/2004, às 10 horas, no Anfiteatro B da Escola de Medicina do Triângulo, em Uberaba, com a finalidade de avaliar a situação do Hospital Escola da Faculdade de Medicina do Triângulo, com a presença dos convidados mencionadas na pauta e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2004.

Ricardo Duarte, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/4/2004, às 14h30min, no Teatro da Assembléia, com a finalidade de debater, em audiência pública, o desaparecimento de sacas de café de propriedade de pequenos cafeicultores, e tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/4/2004, às 9h30min, no auditório da Associação Comercial e Industrial de Uberaba no Município de Uberaba, com a finalidade de debater, em audiência pública, questões relevantes sobre o sistema prisional do Município de Uberaba.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Biel Rocha, Chico Rafael e Márcio Passos e a Deputada Maria Olívia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/4/2004, às 9 horas, na Associação Comercial e Industrial de Leopoldina, com a finalidade de se debater, a pedido do Deputado Fábio Avelar, o desenvolvimento econômico, turístico e industrial da Zona da Mata mineira e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2004.

Paulo Cesar, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/5/2004, às 9h30min, no Auditório da CREDINOVA em Nova Serrana, com a finalidade de

debater, em audiência pública, a segurança pública no Município de Nova Serrana.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 13/4/2004

O Deputado Ermão Batista* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, conta a Bíblia que, quando o Rei Davi assumiu o trono de Israel, a nação estava demasiadamente vulnerável. Com sua percepção inspirada, o rei identificou, na rivalidade das tribos, a razão de sua impotência diante dos inimigos. Em vista disso, o povo judeu andava encolhendo. A história mostra que foram escravizados por diversos povos: egípcios, macedônios, moabitas, filisteus e outros.

Davi sentiu que era preciso fortalecer a nação, porque sabia que, se o inimigo vinha crescendo em razão de sua fraqueza, não era menos verdade que se enfraqueceria diante de sua fortaleza. O único meio era acabar com as divergências internas, prato cheio não raro patrocinado pelos próprios inimigos. Chamou os chefes das tribos e sentenciou: ou nos unimos e passamos a defender o conjunto, ou continuamos como estamos, e não haverá salvação.

Guardadas as devidas proporções, fato semelhante ocorre nos dias de hoje, não com uma nação, mas com uma corporação. Trata-se da - saudosa memória - gloriosa e respeitada Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

Nossa polícia vem encolhendo, enquanto os inimigos crescem. Estes, que não são egípcios nem filisteus, são traficantes, contraventores, redes organizadas para o crime. Toda gama de celerados, cânceres da sociedade, aumentam a sua força.

Está repetindo-se aqui o fenômeno que Davi constatou em seu reino: os marginais se agigantam ante o enfraquecimento da Polícia Militar, minada pelas divergências internas.

Coincidentemente, Israel tinha 12 tribos, e a Polícia Militar parece contar 12 segmentos: Coronéis, Tenentes-Coronéis, Majores, Capitães, Tenentes, Sargentos, Soldados e Cabos, na ativa, e o segmento da reserva remunerada. Juntaram-se a esses dois outros, à semelhança dos netos de Jacó, aqui na condição de filhos, herdeiros e grande beneficiários do movimento de 1997 os Deputados Cabo Júlio e Sargento Rodrigues.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é com enorme e fundada preocupação que ocupo hoje a tribuna deste parlamento, não apenas para denunciar esses fatos, mas também para fazer ecoar um brado de alerta aos descuidados responsáveis e fazer um veemente pedido de reflexão sobre esse assunto. Não o faço em nome da corporação, nem de um ou outro de seus segmentos, não sou do meio, nem tenho procuração para isso. Faço-o pelos mineiros que tenho a honra de representar. Esses mesmos mineiros que viam a corporação - justa visão - como um confiável instrumento de paz, de segurança e de defesa do cidadão, que se orgulhavam de chamá-la gloriosa, que se jactavam de vê-la - porque de fato o era - como uma referência nacional. Todos os Estados da Federação buscavam em Minas a fórmula de que precisavam, a qual parecia mágica: não apenas combater, mas também prevenir. Essa era a fórmula ética de relacionamento entre seus membros e destes com a sociedade, de tal maneira que as portas do Estado andavam fechadas às investidas de criminosos que ousassem atentar contra nossos umbrais. Enfim, a PM de Minas mantinha a disciplina interna e ainda impedia que fatores externos viessem corroer sua paz. A PM alimentou, até recentemente, com figuras históricas e heróicas do passado, o orgulho de Minas. Hoje, em face das continuadas agressões sofridas pela instituição da parte de muitos internos, que agem inconscientemente e são inocentes, porém, úteis, do lado de outros de dentro e de fora - só Deus sabe! -, a corporação já é vista, por estrategistas e especialistas, como um corpo gangrenado. Isso significa que, se não houver um rápido e eficaz processo de oxigenação, não restará outra opção que não o óbito da corporação. É lastimoso, mas é verdade. Essa expectativa frustrante, essa profecia malsã, mas real e sincera, machuca profundamente a altivez do povo mineiro, que não aceita outro destino para a PM que não o da glória, do respeito, da admiração.

Fato preocupante é que os elementos predadores não se confessam nem são encarados como tais, mas como benfeitores, e o pior é que muitos - alguns por inocência e outros por conveniência, conviência ou acomodação - auxiliam no avanço dessa inaceitável interferência predatória.

O processo vem de antes, mas a mim convém tomar como ponto de partida o final do século passado, o ano de 1997. O Governo do Estado de então, legalista, atendendo à reivindicação do oficialato, que, alegando isonomia, pleiteou ajustar seus vencimentos aos parâmetros decididos pela justiça, relativamente aos vencimentos dos Delegados, autorizou o aumento nos contracheques dos oficiais, oferecendo com isso o motivo que a tropa buscava para instalar um movimento de rebeldia, travestido na roupagem de reivindicação salarial.

Os oficiais falharam, pois não informaram à tropa convincentemente o móvel de sua atitude e, faltando autoridade para se imporem, deixaram passar a impressão de que o interesse do segmento estava acima dos anseios e das necessidades da corporação. Fato semelhante ocorreu na base da pirâmide recentemente, quando se concedeu aos Soldados aumento automático por tempo de serviço, deixando de fora os demais segmentos da corporação. Parece até coisa adrede planejada. Atendimento fatiado deixando sempre um ou outro grupo descontente, para alimentar a cizânia muito ao gosto dos incendiários, ávidos de favorecimento pessoal, sem se preocuparem com o nome e futuro da instituição.

Criou-se com isso uma anomalia, a ferrugem que tem corroído os alicerces da PM: a guerrilha interclasses. Cada módulo laborando em causa própria, postulando vantagens sobre os outros. O vencimento transformou-se na única fonte de motivação, quando, na verdade, deveria ser apenas um deles.

Essas ações têm gerado conquistas pontuais que redundam em "vitória de Pirro", na medida em que degenera a corporação.

Estou convicto, por ouvir de muitos deles - policiais -, que os nossos Soldados, Cabos, Sargentos, enfim, os oficiais da PM, não têm nenhum prazer no fracasso da instituição, mesmo porque, além de amá-la, sabem que ela é a razão de sua sobrevivência. Falida a instituição, a par de serem tachados de responsáveis pelo fato, estarão recebendo diploma de incompetência, frustrando o povo mineiro, sepultando o orgulho da nossa gente.

Isso só interessa a alguns poucos oportunistas, únicos beneficiários desse processo espúrio, que saem pelo interior pregando a insubordinação, o convívio desrespeitoso, a indisciplina e a queda da hierarquia.

Ordem, disciplina, hierarquia e convivência respeitosa são pilares da instituição. Abrir mão deles é autorizar o óbito. Isso é defeso, e o povo mineiro não aplaude.

A unidade interna deu certo com o Rei David. O inimigo deixou de ser ameaça. Seu povo deixou de ser escravo. A paz passou a reinar. A felicidade desse sucesso e sua razão David registrou escrevendo: "Oh! como bom e suave é que os irmãos estejam unidos!".

A PM, entendo, deve seguir o exemplo de Davi. A unidade interna é, neste momento, a única força capaz de exorcizar influências externas, interesseiras, maliciosas ou, quem sabe, inconscientes, que, não sendo abolidas, farão estragos de que a história terá repulsa na hora de registrar.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Ermano Batista, V. Exa. está fazendo ponderações, como sempre equilibradas e serenas, sobre uma situação que exige equilíbrio e serenidade.

V. Exa. faz referência ao movimento de paralisação e greve da Polícia Militar ocorrido em 1997, deixando vítimas fatais e uma marca profunda na Polícia Militar e em toda a comunidade de Minas Gerais. O povo e a Polícia ficaram completamente chocados com aquela situação.

Por intermédio da imprensa, vemos a possibilidade de haver uma assembléia geral, abrindo espaço para uma possível paralisação. Divido a preocupação com V. Exa., precisamos prestigiar nossa Polícia Militar, assim como os demais servidores, mas de forma serena e equilibrada, jamais radicalizando o processo, porque, se assim for, prejudicaremos Minas Gerais e o relacionamento do povo mineiro com a Polícia Militar, que é indispensável. A confiança do povo mineiro na Polícia Militar não pode ser quebrada a nenhum preço.

É necessário dar continuidade ao ritmo que o Governador Aécio Neves impõe ao seu Governo. O sistema de gestão adotado pelo Governador Aécio Neves vem dando certo, precisamos compreender que o caminho é esse. Quando ele assumiu o Governo, havia um débito orçamentário de R\$2.400.000.000,00, que caiu para R\$1.400.000.000,00; havia uma folha de pagamento de 73%, que caiu para 63% e ainda precisa baixar mais. É evidente que o Governador está cumprindo um projeto de Governo que não pode - conforme assinala muito bem V. Exa. - ser quebrado por atitudes radicais que não correspondem à vontade da maioria da Polícia Militar. Estou de acordo com as ponderações serenas de V. Exa., precisamos somar outras palavras nesse sentido para encontrarmos uma solução mais equilibrada e serena para essa situação.

O Deputado Ermano Batista* - Para encerrar, quero fazer uma reflexão, ainda que breve. Deputado Bonifácio Mourão, a participação de V. Exa. é importante, porque ressalta o grau de responsabilidade desse Governo com o destino do Estado. A Constituição diz que o povo mineiro tem direito a um Governo honesto, obediente às leis e eficaz. A eficácia é o resultado de um Governo que obedece às leis e conduz o processo com lisura. O Governo não é representado apenas por aquele que foi eleito, mas por todos os que exercitam uma atividade representativa do poder público, desde o gari até o Governador. A Polícia Militar, ao longo de sua história, contribuiu grandemente para a eficácia de muitos governantes. Tenho certeza de que, sacudida, acordada e desentorpecida para essa realidade, afugentando os males que a atormentam e as aves predadoras, a PM retomará aquela posição de gloriosa que sempre teve e prestará grandes serviços para o Estado de Minas Gerais, contribuindo para que o Governador Aécio Neves tenha paz para governar. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, membros da Mesa, Deputados, Deputadas, amigos que nos acompanham por meio da TV Assembléia e deste Plenário, não quero ser repetitivo. Abordarei dois assuntos. O primeiro refere-se à denúncia que fizemos a respeito da GTech e da Loteria Mineira, apresentando pedido com 59 assinaturas para a constituição de comissão parlamentar de inquérito, não aceito pelo poder maior desta Casa - a Presidência, eleita pelo nosso voto.

Ontem à noite, a auditoria solicitada pelo Governador Aécio Neves na GTech e na Loteria Mineira terminou. Chegaram à conclusão de que o contrato jamais foi respeitado pela GTech do Brasil. Vários artigos e incisos desse contrato foram desrespeitados por essa empresa multinacional, e o Procurador André apresentou parecer a favor da aplicação de multa de R\$30.000.000,00. Dias depois, não sei o que ocorreu, o Procurador André voltou atrás, pedindo perdão e dizendo que a multa não era devida, porque o contrato não tinha sido desrespeitado. A auditoria feita por Auditores do Estado e pelo Ministério Público mostra claramente que a GTech não cumpriu, como já disse, vários itens do contrato com a Loteria Mineira.

O Governador quer o retorno desses R\$30.000.000,00 e o cancelamento do contrato da GTech com a Loteria Mineira. Parabéns, Governador Aécio Neves, por ter tomado essa atitude de homem íntegro.

Espero que algum dia alguém desta Casa possa responder à minha pergunta: o que faremos agora? Rasgar e jogar no lixo a lista com a assinatura dos 59 Deputados solicitando a constituição de CPI para investigar a fundo a GTech do Brasil e a Loteria Mineira ou autorizar a instauração da CPI nesta Casa, o que é constitucional, regulamentar? Aí está a prova: o cancelamento do contrato da GTech com a Loteria Mineira. O Governador desconhece o perdão da multa e deseja receber os R\$30.000.000,00.

Também não consigo entender o pior: não vi nada publicado a respeito do inciso X do contrato, que dispõe: no segundo dia útil de todo sorteio, a GTech do Brasil tem de depositar 25% para o social em Minas Gerais. Desde 1994, esse dinheiro não é recolhido aos cofres do Estado.

Se fizermos as contas, veremos que, de 1994 a dezembro do ano passado, a GTech arrecadou R\$8.200.000.000,00 em Minas Gerais, sendo que R\$2.000.000.000,00 deveriam ter sido aplicados na área social. Pergunto aos Procuradores e ao Ministério Público se o inciso X do contrato foi apagado. Há pessoas levando vantagem? Será que ninguém enxerga isso?

O Estado está quebrado, não tem dinheiro para aumentar o salário de seus funcionários. O educador, responsável por formar e fazer da criança o homem do futuro, ganha de R\$300,00 a R\$400,00, o que é uma miséria. O Estado não tem condições de dar um centavo de aumento porque está quebrado. Será que o Estado também fará vista grossa ao dinheiro que teria de ser investido na área social, sinônimo de educação, de criação de uma estrutura para tirar as crianças das ruas? Isso vem ocorrendo desde os Governos Hélio Garcia, Newton Cardoso, Eduardo Azeredo, Itamar Franco e o atual.

O inciso X do contrato diz que 25% devem ser depositados na área social, mas não o são desde 1994. Gostaria que V. Exas. me explicassem isso, se é que alguém sabe. De repente alguém cassou esse inciso, ele foi tirado do contrato, e não fui informado, pois até hoje não obtive resposta.

Gostaria de saber se isso ficará no esquecimento, se esta Casa não terá uma resposta, para que possamos pelo menos entender o que ocorreu. Podem dizer: "desse dinheiro, fulano levou 10%, por isso ele não foi depositado". Alguma coisa tem de ser dita.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Deputado Alberto Bejani, venho dizendo isso há três anos. Com a autorização do Sr. Dupeyrat,

a GTech renovou o contrato e colocou os adendos que quis.

Saiu o Sr. Patente, que era Presidente, entrando em seu lugar o Coronel. O perdão da dívida ficou esquisito, pois o Sr. Patente, advogado, homem do Ministério Público, deixou a GTech e, nove dias depois, o outro Presidente autorizou o perdão da dívida. Na Comissão do Trabalho, ficou claro que há alguma coisa.

O Governo Itamar fez toda aquela balbúrdia. O que ocorreu? Ficou a ventos. Quando houve o perdão da dívida, fiz a denúncia. A atitude do Governador Aécio Neves é correta? Sim. Isso já deveria ter sido feito há muito tempo.

Se mexermos nisso, chegaremos ao ex-Ministro Dupeyrat e ao ex-Presidente Itamar Franco, pois a GTech era aliada do Governo. Quando acabaram com os 486 pequenos empresários de Minas Gerais e beneficiaram um grupo norte-americano, trouxe um parecer favorável da auditoria e do Ministério Público. Numa discussão, o Deputado Durval Ângelo defendeu o Ministério Público.

Errei na minha fala, ao citar o nome não do integrante do Ministério Público, mas do Dr. Nedens. Errei, e mais uma vez mostro isso aqui. Mas o Ministério Público sabia o que estava ocorrendo, Deputado Bejani. O Sr. Patente, que era Presidente, não quis assinar o perdão da dívida, e foi retirado. Colocaram o Coronel lá. Tenho denunciado esses fatos há muito tempo. V. Exa. pede explicações a esta Casa, mas eu já o fiz. Os donos de loja que acreditaram na SLOT e trabalharam para ela, do bolo arrecadado pelo sistema de jogos da GTech, a Loteria ficava com 27%. Então, 27% ficava com o empresário que banca, que paga o aluguel e está lá com os seus funcionários. O resto todo ficava no bolso da GTech. Quantas vezes denunciávamos isso. Como fica o empresário que montou uma loja, contratou cinco, seis ou dez funcionários e que tem conta de luz a pagar? O Governo tem de abrir o mercado, não para um grupo como a GTech, mas para quem estiver no sistema. O jogo está aí, ele existe. A medida provisória do Governo Lula proibiu os bingos. Vou subir a esta tribuna, falar sobre o bingo e chamar toda a imprensa. Darei a relação das casas abertas hoje e mostrarei quantas máquinas estão funcionando. O Governo Aécio Neves deve tomar as rédeas da situação e dizer: "A Loteria Mineira, instituição antiga, é minha. Quem está no sistema, como os empresários que abriram lojas e pagam aluguel, não será prejudicado". É isso o que V. Exa., como Presidente da Comissão do Trabalho, deve verificar, assim como todos os Deputados. Não é para fazer reserva de mercado! V. Exa. é de Juiz de Fora e pode saber que, se mexer demais nisso, chegará à sua terra.

O Deputado Alberto Bejani - A terra a que V. Exa. se refere não é a minha, mas Roma, na Itália. Graças a Deus, Juiz de Fora está livre por enquanto. Gostaria que fossem mostrados aqui, em Plenário, autoridade maior deste Poder, os 25% que deveriam ser destinados para a área social em Minas Gerais desde 1994, porque nunca foram recolhidos. É isso o que quero que seja mostrado.

Gostaria de lembrar-lhes apenas uma coisa. Assistimos, principalmente pela TV Globo, à guerra civil do Rio de Janeiro. A favela da Rocinha, com 2.500.000 habitantes, é o local onde o Garotinho quer fazer um muro de Berlim, para dividi-la. Enquanto trabalhamos para integrar a sociedade, ele quer desintegrá-la. O Garotinho tem de crescer rapidamente, para ver se melhora a sua cabeça. Preocupamo-nos com o Rio de Janeiro, cidade em que, em seis dias, houve dez assassinatos. Na Grande BH, envolvendo cinco cidades, de sexta-feira, às 18 horas, até domingo, às 20 horas, ocorreram 29 assassinatos. Meus amigos e minhas amigas, refiro-me ao Grande Rio, não apenas às favelas, porque lá a coisa é localizada. É na favela que acontecem brigas entre as quadrilhas, por pontos de drogas, com a polícia. Em seis dias, ocorreram dez mortes lá. E aqui tivemos 29 assassinatos, envolvendo tráfico de drogas, briga por ponto, latrocínio e briga à porta do campo de futebol.

A situação em Minas é muito mais grave que a do Rio de Janeiro, porque aqui o crime não é localizado, é espalhado. Se a polícia não tiver petróleo nas viaturas, número de policiais suficiente e armamento mais moderno, não terá condições de combater a criminalidade. Estamos chegando ao fundo do poço. A Polícia Militar e a Polícia Civil, além de terem rádios ultrapassados e coletes vencidos desde 1996, que não são à prova de bala, terão, graças a uma belíssima idéia, gás nas viaturas. Foram feitos testes. O 38 não vaza o botijão de gás, mas o 9mm vaza o botijão e o explode. Na Raja existia uma patrulha que explodiu com quem estava dentro. Tiveram essa belíssima idéia, mas nem gás estão colocando mais porque não conseguiram pagar a conta. Na verdade, estamos entregues aos bandidos.

Na campanha eleitoral passada, fui multado em 20.000 UFIRs por terem colocado um retrato meu em uma árvore na cidade de Santos Dumont. Recorri, perdi e pedi parcelamento para pagar. O despacho do MM. Juiz Marcelo Guimarães Rodrigues, publicado hoje no "Diário Oficial do Estado", diz o seguinte: "A representação, em face ao suplicante, foi formulada em novembro de 2002 razão pela qual a eventual condenação do mesmo ao pagamento da multa pecuniária não pode ser considerada como fato inesperado, antes pelo contrário. Ademais, o representado não comprovou seu estado de miserabilidade jurídica. Reside num dos condomínios mais luxuosos de Juiz de Fora/MG...". Não estou entendendo. Moro no Bairro Grama, um bairro pobre da cidade. Está aqui o Biel e vários Deputados que o conhecem. Como esse Juiz está entrando na minha vida particular? Está me expondo a um grupo de bandidos. Está dizendo, em outras palavras, que sou milionário, que moro em condomínio fechado. Não é condomínio, é um bairro.

Só tenho a dizer que lamento profundamente e que está na hora de esta Casa tomar pulso, porque estamos cada vez mais dependentes dos outros Poderes. Isto aqui não parece um Poder. Até o Ministério Público, que não é um Poder, vem colocando o dedo na nossa Casa. Ou esta Casa tem uma Presidência que toma conta, determina e briga pelo seu poder, ou não sei onde vamos parar. Lamento profundamente.

Dr. Marcelo Guimarães Rodrigues, não lhe devo nada, nunca lhe pedi para pagar um centavo das minhas dívidas. Nunca lhe pedi nada, a não ser dentro da lei. Estou entrando com um agravo, porque isso não é despacho de um Juiz. Será que isso acontece porque denunciei um Juiz de Juiz de Fora que estava vendendo sentença? Será que existe corporativismo dentro do Judiciário? Não quero acreditar. Quero acreditar que lá existem pessoas sérias, que trabalham com as leis, e não por influência política. Política se faz nesta Casa. Este é o parlamento. Fica aqui minha nota de repúdio a esse cidadão.

O Deputado Elmiro Nascimento* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei, na semana passada, requerimento sugerindo ao Secretário Anastasia e ao Governador Aécio Neves a criação de assessoria para dar sustentação, informação e orientação aos Prefeitos, principalmente os de pequenos municípios, para que possam adequar sua administração à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Há convênios a serem assinados por intermédio do Estado e da União. Tendo em vista que vários Deputados foram Prefeitos, como Chico Simões, Sebastião Navarro Vieira, Bonifácio Mourão, eles sabem como é difícil adequar a administração dessas Prefeituras à lei, principalmente à Lei de Responsabilidade Fiscal. Mais de 600 Prefeitos são punidos não porque querem nem por negligência, mas por falta de conhecimento. Essas punições criam grande transtorno e podem afetar a administração e o seu futuro político.

Lerei a justificativa do meu requerimento para que todos os Deputados o apoiem. (- Lê:) "O Estado sempre manteve em sua estrutura órgão destinado à permanente assistência administrativa dos municípios. Tal presença se justificava, no passado, em face das dificuldades inerentes à falta de comunicação, à inexistência da internet, do telefone, do fax e de uma legislação avançada no controle e na fiscalização da aplicação do dinheiro público. Por isso o Estado ia ao encontro do homem do interior.

Assim, o antigo Departamento de Assistência aos Municípios - DAM - e, posteriormente, a Superintendência de Articulação com os Municípios - SUPAM - prestaram relevantes serviços orientando a área de engenharia, de contabilidade, de licitação, de prestação de contas, etc. A assistência e a resposta às consultas faziam-se diante de casos concretos. E aí residem hoje as maiores dificuldades enfrentadas pelos administradores, não só dos pequenos, mas também dos municípios de maior porte e representação.

O Tribunal de Contas do Estado, dotado de estrutura de alto nível, pela sua finalidade constitucional, atende, em parte, aos anseios municipais. Mas, sendo órgão julgador, suas respostas somente são dadas às consultas em tese, em função de não ser permitido ao Juiz antecipar o seu julgamento.

O Ministério Público, com suas importantes conquistas e prerrogativas na fiscalização da correta aplicação da lei, não possui competência para responder às consultas de Prefeitos e Câmaras. A sua missão, entre outras, é fiscalizar as ações dos poderes constituídos e a correta aplicação da lei, propondo, diante de fatos concretos, as ações cíveis públicas necessárias.

A evolução administrativa do País, decorrente da Lei de Responsabilidade Fiscal, impôs ao gestor público sérias e graves responsabilidades, cujas conseqüências são tão severas que o simples desrespeito a uma norma desse texto pode levar o agente à pena de reclusão. Não há dúvida ou contestação quanto à importância e ao avanço contido nessa moderna legislação. Entretanto, a sua implantação tem causado sérios e graves problemas aos administradores, e particularmente aos servidores públicos municipais, face à escassez de pessoal técnico especializado, não só nas cidades de médio e grande porte, mas particularmente nas pequenas comunidades.

A maior gravidade reside no fato da ausência do Estado junto aos municípios. O número de Prefeitos investigados pelo Ministério Público gira em torno de 600 em Minas Gerais, segundo divulga a imprensa. O número é elevadíssimo. É certo que, entre os Prefeitos, pode e deve haver alguns que não conduzam a administração com a seriedade, o zelo e a competência com que esperavam os munícipes. Mas daí a chegarmos a uma cifra correspondente a 70% dos administradores municipais é algo inadmissível. Não podemos aceitar a hipótese de que a corrupção generalizou-se no Estado de Minas Gerais. Precisamos analisar, com maior rigor, as razões para que tais acontecimentos sejam tão freqüentes no cenário político-administrativo de nosso Estado.

O Governo do Estado precisa estar presente, orientando e garantindo, sem interferir na autonomia municipal, as condições indispensáveis para a realização de uma administração honesta, séria e competente, que, respeitando as leis, não permita o massacre indiscriminado dos administradores municipais, trazendo para a nossa população um profundo descrédito pela classe política de Minas Gerais, ceileiro dos maiores e melhores homens públicos desta País, destacando-se Milton Campos, Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves.

Diante do vácuo provocado pelo afastamento do Estado de sua função primordial de prestar assistência e assessorar, em casos concretos, os municípios, tem surgido um número interminável de empresas de assessoria jurídica, contábil e administrativa, dizendo-se, cada uma delas, ser portadora de profissionais de notório saber jurídico e especialidade comprovada e apresentando-se como verdadeiros portais do direito.

Entretanto, a função de orientar e executar as políticas públicas em suas áreas essenciais, tais como saúde, educação, assistência social e segurança pública, pertence ao Estado, cuja presença é constitucionalmente obrigatória. As demais entidades podem e devem atuar, mas de maneira supletiva, não podendo se transformar para os Prefeitos, na ânsia de se apegarem a algo concreto, muitas vezes por equívoco ou falta de informação, em tábua de salvação.

O Governador Aécio Neves, responsável por uma administração moderna e dinâmica, naturalmente haverá de ter a sensibilidade indispensável para entender a angústia do administrador público interiorano e instituir, em Minas, um órgão de assistência permanente aos municípios, não só para auxiliá-los na solução de casos concretos, mas principalmente para preparar os técnicos municipais para este novo tempo decorrente da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, para servir de elo entre os municípios, o Ministério Público e o Tribunal de Contas Estadual.

Isso irá possibilitar uma administração pública desempenhada de forma correta e harmoniosa, fazendo com que o gestor público seja respeitado e admirado por suas posições e decisões em prol de suas comunidades.

Tenho absoluta convicção de que esta Casa Legislativa saberá acolher qualquer proposta nesse sentido do Sr. Governador do Estado, para que a administração central de Minas Gerais possa reencontrar-se com o povo mineiro naquilo que é mais caro para todos nós: a liberdade, aliada à honestidade e à honradez no trato com a vida pública, em face do espírito libertário de nosso povo, pois não foi em vão que Tancredo Neves bem se expressou em seu discurso de posse: "Mineiros, o primeiro compromisso de Minas é com a liberdade".

Essa liberdade inerente aos mineiros é fruto da existência e do legado de homens públicos honestos e respeitados que, ao longo de nossa história, escreveram as páginas mais significativas e caras do nosso povo.

Esse compromisso de Minas com a liberdade encontra-se em perigo diante do quadro de descrédito que está se formando em relação aos políticos e particularmente aos Prefeitos, administradores sempre acatados e respeitados por nossa população na condição de líderes, intérpretes e porta-vozes de suas comunidades.

O homem não pode ser destruído pelo exercício do cargo público. Precisa exercê-lo e deixá-lo recebendo o respeito e a admiração de seus governados, não só devido ao cumprimento de seus compromissos políticos mas, sobretudo, deve ser respeitado por suas ações honestas e transparentes.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Elmiro Nascimento.

Primeiramente, parabênzo V. Exa. pelo pronunciamento.

Nós, que somos do interior, percebemos que, muitas vezes, o Prefeito, coitado, é cheio de boas intenções, é uma pessoa boa e correta, mas não tem o conhecimento da administração pública, que envolve muitas obrigações. Algumas vezes, esses agentes políticos estão sendo assessorados por pessoas que, de maneira proposital, fazem com que se envolvam em algum tipo de irregularidade, para que terceiros levem vantagens. Na hora de responder pelas irregularidades, a responsabilidade recai exatamente sobre quem está à frente do Poder Executivo, principalmente do ordenador de despesas.

De uma maneira fraterna, devemos nos aprofundar um pouco nessa reflexão. Essa situação é, simplesmente, conseqüência do sistema em que hoje vivemos.

Discutimos esse sistema nos corredores e percebemos a preocupação de cada Deputado. Infelizmente nunca pensamos de forma coletiva. Isso é fruto de um Estado dilapidado pela política praticada ao longo desses dez anos, em que o Estado é sucateado para que a iniciativa privada o substitua. Portanto, a discussão deve ser mais ampla. Temos de aproveitar o momento para, independentemente da bandeira, refletirmos, pois presenciamos, principalmente V. Exa., que é um grande Deputado - e tenho certeza de que lida com vários Prefeitos no dia-a-dia -, o problema, motivo do seu brilhante pronunciamento. Realmente temos de rever o papel do Estado.

É importante o Estado possuir esse órgão, solicitado por V. Exa., para assessorar os Prefeitos. Hoje o Estado, alegando a existência da LRF, deixa de aplicar recursos na saúde e em outros setores fundamentais.

Portanto, Deputado Elmiro Nascimento, que é do PFL, um partido ideologicamente diferente do PT, acredito que determinadas bandeiras devem ficar acima das nossas ideologias. Vamos resgatar o Estado e fazê-lo cumprir o seu papel. Muitas vezes Prefeitos e pessoas honradas são processados, não por sua culpa, mas porque não contaram com uma assessoria decente do Estado.

Parabenizo V. Exa. Conte com o nosso apoio. Continuaremos com a discussão, para chegarmos à origem do problema e para que os Prefeitos possam trabalhar de maneira correta. Assim, os Prefeitos que forem dignos e corretos sairão da mesma forma que entraram. Hoje uma pessoa honrada corre o risco de sair como ladrão. Obrigado.

O Deputado Elmiro Nascimento* - Obrigado, Deputado Chico Simões. Com certeza suas palavras abrilhantarão meu pronunciamento. V. Exa. foi Prefeito e conhece bem as dificuldades. As dificuldades sempre existiram, mas antigamente havia apoio e estrutura. Hoje não há mais. Sem dúvida, o Governador Aécio Neves modernizou muito a máquina pública e dinamiza bastante as ações de Governo para beneficiar o povo e logicamente estará sensível a isso.

Não nos referimos aos processos de cassação de mandato promovidos e praticados por decisão política das Câmaras Municipais. A nossa preocupação está centrada nos processos movidos pelo Ministério Público, todos fundados na legislação que confere a esse órgão o exercício de funções de fiscalização e de promoção de ações visando combater a improbidade administrativa.

A generalização que presenciamos preocupa-nos sobremaneira, porque agride em demasia a tradição mineira. A conquista de uma democracia ampla, resultado da Constituição cidadã de Ulysses Guimarães, precisa ser preservada pelos homens, responsáveis pela aplicação de seus preceitos e conquistas.

É preciso que se crie, com urgência, no âmbito do Estado de Minas Gerais um órgão de assistência para os problemas efetivos, e não para aqueles em tese, e que ele tenha, no bojo de sua competência, além de assistir permanentemente os municípios, o diálogo com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas e também com outros órgãos incumbidos de responsabilidades semelhantes, para que os municípios recebam orientação segura e treinamento efetivo para correta aplicação dos dispositivos decorrentes das nossas conquistas democráticas.

Se para os atuais Prefeitos de pouco valerá qualquer providência para a promoção do que sugerimos ao Governador Aécio Neves e ao ilustre Secretário Antônio Anastasia, temos a plena convicção de que para os próximos Prefeitos será da maior valia, não só para a efetiva integração dos municípios no projeto desenvolvimentista de Minas Gerais, mas principalmente para resgatar o respeito e a dignidade que precisa merecer o Prefeito Municipal. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, público que nos assiste pela TV Assembléia, terei a oportunidade de inscrever-me em outra data, para falar da situação do Instituto de Previdência dos Militares do Estado.

No dia 22 de março, passei ao Governador Aécio Neves as nossas preocupações com a saúde dos policiais, dos Bombeiros militares, das pensionistas e dos dependentes. Indiretamente, nesta tribuna fomos citados por dois Deputados, que me antecederam no início dos trabalhos, no pinga-fogo desta tarde.

O Deputado que me antecedeu fez um resgate histórico da humanidade, até com citações bíblicas. Resgatou a história não só de Minas Gerais, como também do Brasil. Até que se prove o contrário e os historiadores estejam malucos, a história da humanidade foi escrita por meio de lutas e de mobilizações do povo. Esse é um fato incontestável. Certamente as lutas e as mobilizações existirão por muitos e muitos anos, enquanto a humanidade aqui estiver.

A história não seria diferente para os policiais e os Bombeiros. Realmente isso deveria acontecer, mesmo porque para o próprio patrono das Polícias Militares do País, o nosso líder maior, Joaquim José da Silva Xavier - o Tiradentes -, participou também dessas lutas no passado. Numa linguagem bem policial e miliciano, digo que, em 1746, ele assentou praça nos regimentos da cavalaria de Minas.

Na história contemporânea, houve a Diretas Já, que foi uma grande mobilização popular. A população foi às urnas, exigindo democracia, elaboração de uma Constituição votada pelo Congresso Nacional e que os tempos da ditadura não existissem mais. Aliás, há pouco tempo, esses tempos foram lembrados por esta Casa. Então, num passado recente, uma das grandes mobilizações populares que a nossa história registrou foi a Diretas Já. Em 1988, promulgou-se uma constituinte. Quer dizer, o Congresso Nacional votou a Constituição da República. Porém, infelizmente, a Constituição cidadã do Dr. Ulysses Guimarães não chegou aos quartéis da Polícia Militar nem dos Bombeiros militares, pois as arbitrariedades continuavam ocorrendo no interior desses quartéis da mesma forma. Esta Casa, a Comissão de Direitos Humanos, o Ministério Público e a justiça não poderiam penetrar ali para corrigir essas falhas.

O inciso LXI do art. 5º da Constituição Federal diz o seguinte: "Ninguém será preso, senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei". Então, nem a Constituição do Dr. Ulysses Guimarães adentrava nos quartéis da PM. Portanto, continuamos alijados do processo.

Tive a oportunidade de ouvir o Deputado que me antecedeu citando vários problemas, como os movimentos de 1997, a gangrena, a quebra da hierarquia, a disciplina, enfim, outras situações. A história deve ser especificada para ser resgatada. Os praças da Polícia Militar não iniciaram o movimento. Mesmo se fossem os oficiais, os praças, a população ou quem quer que seja, o movimento tem sua legitimidade e, portanto, deve ser respeitado.

Várias matérias de 1988 estão arquivadas no meu gabinete, inclusive uma do jornal "Diário da Tarde", que divulgou a seguinte manchete: "PM em pé de guerra". Naquela época, o Governador Newton Cardoso demitiu o Cel. José Braga Júnior do Comando da PM, que exigia melhor reposição salarial para os seus comandados. Então, houve uma iniciativa de mobilização popular pela busca de direito sagrado, previsto pela Constituição da República. Direitos Sociais, no art. 7º, é estendido a todos.

Não fazem diferença entre Soldado da PM, Bombeiro, Detetive, Delegado ou cidadão trabalhador do regime celetista. Está escrito que todos os trabalhadores, urbanos e rurais, devem receber um salário mínimo capaz de atender suas necessidades vitais básicas, como moradia, educação, lazer, cultura e transporte.

Em 1995, houve um registro trágico: o Soldado Jaime, lotado no 13º BPM de Venda Nova, após furtar duas latas de leite em pó e ao ser perseguido pela própria PM, que ainda preserva sua hierarquia e seu compromisso com a sociedade, foi preso em flagrante pelos próprios companheiros. Levado ao quartel, solicitou que pudesse ir até sua casa buscar a farda. Chegando lá, suicidou-se com um tiro na cabeça. Isso já era sinal de que a PMMG estava jogada em uma situação de miséria e calamidade. Ninguém disse aqui que o Soldado Jaime suicidou-se após haver furtado duas latas de leite em pó em 1995, e que era lotado no 13º BPM.

Logo depois, outro jornal divulgou a seguinte matéria: "Os Coronéis, a casta e a plebe". Um Coronel da PM, do quadro de oficiais da Reserva, assina a matéria e diz que, enquanto os três chefes da polícia, o Chefe do Estado-Maior e o Comandante Geral da PM estiverem ganhando como o Secretário de Estado, o resto da tropa passará fome. No ano de 1988, o Cap. Aristides Vieira, hoje Subsecretário de Assuntos Municipais do Governo, dizia aos quatro cantos na Academia da PM que, enquanto a casta da polícia ganhasse como Secretário de Estado, o resto da polícia passaria fome.

Portanto, essa luta, seja de Coronel, Soldado, Sargento ou Tenente, é legítima, porque todos têm o direito de receber um salário digno, capaz de atender às necessidades vitais básicas. Essa matéria, escrita pelo Coronel, bacharel em Letras, escritor aposentado da PM, Jair Barbosa da Costa, está guardada comigo, registrada e arquivada há muitos anos, muito antes do movimento de 1997. Portanto, não posso me calar diante das insinuações que tentam desmoralizar o movimento legítimo de 1997.

Deputado Durval Ângelo, desde que cheguei à Assembléia, tivemos vários embates de opiniões. V. Exa. e eu pensamos diferente, mas, obviamente, a democracia funciona assim. V. Exa. esteve lá, juntamente com o Deputado Gilmar Machado, no dia desses acontecimentos. O que não podemos admitir é que a história seja contada de forma diferente. Em 1997, os Delegados de Polícia, que buscavam equiparação salarial junto ao Promotor e não conseguiram, apelaram ao Defensor Público e receberam uma decisão do Supremo Tribunal Federal determinando o pagamento do reajuste salarial aos Delegados. O próprio Alto Comando da PM, em 1997, num exemplo da quebra de hierarquia da disciplina, vai ao Governador Azeredo e o pressiona para que o reajuste se estenda aos demais oficiais.

Assim foi feito. Então, isso não se deve à forma como os oficiais levaram a informação aos praças, mas ao aumento dado exclusivamente aos oficiais da Polícia Militar e aos Delegados. Logo, a tropa revoltou-se, pois, os próprios Coronéis, no que se refere ao fato de os três chefes ganharem como Secretários de Estado, já estavam fazendo matérias e assinando-as, enquanto o restante da tropa passava fome.

Está claro que o movimento foi legítimo. Sofremos a perda do ilustre companheiro, mas a história é feita de lutas e mobilizações. O movimento de 1997 não será o último. Tenho certeza de que a cidadania passou a ser resgatada a partir do dia em que tivemos a coragem de romper a barreira, as correntes que nos prendiam nos quartéis, e dar os primeiros passos para as ruas, para dizer que somos cidadãos e merecemos respeito. Quem errou em 1997 não foram os praças, agentes penitenciários, detetives, mas o Governo, com uma decisão mal tomada, mal pensada. Logo, é ele quem deve ser responsabilizado. Esse mesmo Governo teve a coragem de desviar R\$900.000.000,00 das contribuições patronais e dos segurados do Instituto dos Servidores Militares.

Em 1998, foram eleitos três Deputados. Quero recordar aqui, Sr. Presidente, as palavras do ex-companheiro, Deputado Márcio Cunha, que não precisava da anistia. Aqui, esse Deputado, por diversas vezes, quando da discussão da matéria, falou que a anistia foi dada nas urnas, quando a população enviou a esta Casa três Deputados legitimamente eleitos, de forma democrática. Realizamos ainda uma discussão nesta Casa. Tive oportunidade - o documento encontra-se arquivado em meu gabinete - de colher as assinaturas dos 77 Deputados e levei-as ao Governador Itamar Franco. Os Deputados apoiavam a anistia, que foi votada no dia 2/6/99, com a promulgação da emenda constitucional que separou o Corpo de Bombeiros. Para tanto, contamos com a intervenção do Deputado Durval Ângelo. O Corpo de Bombeiros foi separado, e foram anistiados os praças que fizeram parte do movimento.

Posteriormente, em 2000, no Governo Itamar Franco, pela primeira vez na história, a representação política dessa classe sentou-se com o Governo e discutiu a questão do aumento salarial, que foi concedido na mais perfeita ordem, sem nenhum problema. O aumento foi concedido em três parcelas e estendeu-se aos policiais militares, civis, bombeiros e agentes penitenciários.

Em 2002, esta mesma Casa, que havia recebido novos parlamentares, votou a Lei nº 14.310, que trata do novo Código de Ética e Disciplina. Portanto, esta Casa teve imensa participação no resgate da cidadania, da dignidade dos nossos policiais e Bombeiros Militares. Tive a honra de ser relator da matéria em 1º e 2º turnos.

Em 2003, esta Casa também aprovou o retorno do adicional trintenário, que, no Governo Itamar Franco, havia sido retirado apenas dos militares, e não dos servidores civis. Posteriormente, tivemos a oportunidade de votar a Lei Complementar nº 74, referente à promoção dos Cabos e Soldados.

Volto a insistir junto aos nobres companheiros: não se trata de criar nenhuma cisão dentro da corporação. Quando, em 1746, o nosso líder maior e patrono das Polícias Militares, Joaquim José da Silva Xavier, assentou praça, já existia a progressão na carreira de sargentos e oficiais. Por que não permiti-la para Cabos e Soldados? Essa reivindicação é legítima; tanto o é que este parlamentar e o Deputado Federal Cabo Júlio fomos ao Governador Aécio Neves, conversamos e mostramos-lhe que se tratava de uma questão de justiça. Em seguida, ele enviou a esta Casa o projeto que foi aprovado.

Portanto, lembro que as visitas que este Deputado faz às unidades localizadas no interior, procurando fazer com que cada vez mais os policiais militares busquem sua cidadania, têm como único objetivo demonstrar a nossa legítima representatividade e, acima de tudo, visa ao resgate da cidadania dessa categoria, que foi alijada até mesmo pela Constituição cidadã do Sr. Ulisses Guimarães.

Não tive tempo para preparar o discurso. Não precisei ser assessorado por outras pessoas para ter condições de tratar do assunto. Em 1997, praças e oficiais estavam divididos numa luta salarial, mas, agora, estão unidos na busca de seus direitos e de melhoria das condições de trabalho. Não podemos admitir que 50% da frota do Batalhão de Choque, hoje o Batalhão ROTAM, permaneçam parados, porque isso causa à população um prejuízo enorme no embate pela segurança pública, assim como aos policiais, que se expõem a um risco maior no enfrentamento diário das mazelas sociais.

Com muita tristeza, ocupo esta tribuna para tratar dessa matéria e quero deixar claro aos meus pares desta Casa que não posso ficar calado diante das colocações aqui feitas. O movimento é legítimo, ordeiro, pacífico. Se houve algum erro, foi por alguma decisão de Governo, porque Soldados, Cabos e Sargentos não têm acesso às decisões maiores deste Estado. Muito obrigado.

O Deputado Roberto Carvalho* - Posso ficar um pouco além dos cumprimentos, não é, Sr. Presidente?

Apenas introduzirei o assunto. Colegas presentes, galeria, cidadãos que acompanham nossos trabalhos pela TV Assembléia, abordarei um assunto dos mais sérios de nosso País, aliás, um grande problema nacional, que causa a perda de muitas vidas: os acidentes de trânsito, tanto os ocorridos nas estradas quanto os que acontecem nas cidades.

O Brasil gasta, por ano, R\$5.300.000.000,00 com os acidentes ocorridos nas estradas e nas cidades. Nos grandes centros, que têm hoje cerca de 35% da população, a cifra acompanha essa realidade. Neste fim de semana, tivemos os maiores índices de acidentes dos últimos anos, não só por causa das péssimas condições das estradas, mas também por causa do excesso de velocidade e da imprudência dos motoristas.

O tempo não permitirá que eu aborde o assunto. Temos os dados de Minas Gerais e de Belo Horizonte e a incrível marca de acidentes, Deputado Chico Simões, com as motocicletas, que são as responsáveis pelo maior número de mortes fatais no trânsito.

Apresentamos a esta Casa um projeto invertendo a educação. O Estado cobra multas para penalizar aqueles que não cumprem com a legislação. Além das multas, com o novo código de trânsito, há a perda de pontos, o que pode levar à perda da carteira se o total acumulado de um ano ultrapassar os 20 pontos.

Esse assunto não é de responsabilidade apenas dos Governos municipais, estaduais ou federal. Precisamos buscar a conscientização e a mobilização de toda a sociedade. Logicamente, temos de cobrar dos Governos suas responsabilidades, para que possamos estancar essa perda de vidas. Os acidentes de carro são 3º índice de causa de mortes no País. Em uma semana, houve uma perda de vidas muito maior que a verificada no Iraque, na guerra dos Estados Unidos contra os iraquianos.

Apresentamos um projeto que vai numa linha inversa àquela que os Governos têm usado.

Nosso projeto visa a dar incentivo àquelas pessoas que conduzem os seus veículos de maneira adequada, dentro do que estabelece o Código, e em velocidade compatível nas vias, quer rodovias, quer vias dos municípios.

As multas são aplicadas para que as pessoas se conscientizem, uma vez que pesam no bolso, do fruto do seu desrespeito às regras de trânsito. Nosso projeto vai em sentido inverso. A função das multas não é a arrecadação do Estado. Deveria ser educar, e na realidade não educam.

Com a implantação do novo código de trânsito, devido às campanhas feitas, no primeiro ano, diminuiu o número de acidentes automobilísticos e de mortes, mas, nos anos subsequentes, o índice voltou a crescer de forma estarrecedora. Tenho os seguintes dados sobre o atendimento do Pronto Socorro de Belo Horizonte: no ano 2000, tivemos 5.305 atendimentos de pessoas feridas em acidentes automobilísticos; em 2003, tivemos 6.558 pessoas. Com relação aos acidentes de moto, 71% tiveram vítimas, sendo muitas delas fatais. Minas Gerais gasta diariamente R\$1.000.000,00 com os acidentes de trânsito. Por ano o gasto ultrapassa R\$390.000.000,00.

Nosso projeto propõe que o cidadão que durante um ano não perder um ponto na carteira, ou seja, dirigir respeitando a legislação de trânsito, tenha um abatimento no pagamento do IPVA, que será cumulativo até o quinto ano. Isso seria um incentivo aos bons motoristas. Assim, como a multa existe para penalizar quem descumpra a lei, queremos incentivar o cumprimento da lei. Podemos fazer um grande movimento no Estado para servir de exemplo ao País para acabar com esse morticínio do trânsito. A vida humana não tem preço.

Neste fim de semana, tivemos um número absurdo de vítimas fatais no trânsito, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Foram mais de 29 mortos, na volta do grande feriado da Semana Santa. Em outra oportunidade, falarei mais sobre esse assunto. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Deputados, Deputada, antes de me pronunciar a respeito do motivo principal que me traz a esta tribuna, gostaria de comentar alguns assuntos, em nome do Bloco PT-PCdoB. O primeiro assunto se refere ao acerto global de votação que procuramos fazer nesta Assembléia, buscando agilizar a nossa pauta. É forçoso reconhecer que as votações realizadas neste semestre foram poucas, o que não significa que tenhamos trabalhado pouco. Ao contrário, temos trabalhado muito, nas comissões e em outras funções que nos competem. Em termos de votação da pauta, conseguimos avançar pouco, o que tem preocupado todos os Deputados desta Casa. Para conseguirmos esse avanço, temos procurado dar prioridade de votação aos projetos que estabelecem os planos de carreira do funcionalismo público. Nós, do PT e do PCdoB, temos batido nessa tecla. Até o final deste semestre, procuraremos concluir a votação de todos os planos de carreira dos servidores do Estado, que somam 18.

A remessa dos planos de carreira pelo Governador até o dia 31 de dezembro do ano passado foi fruto de emenda apresentada pelo Bloco PT-PCdoB, que exigia, na ocasião, data-limite para isso ocorrer. O Governador comprometeu-se a remeter os planos de carreira, mas não anunciou a data, por isso apresentamos emenda, que estabelecia como data limite o dia 31 de dezembro. O plano de carreira do pessoal da educação chegou antes desse prazo, em meados de dezembro, e todos os demais na data-limite, conforme aprovado por esta Casa.

Esses projetos estão em tramitação e encontram-se na Comissão de Constituição e Justiça, para receber parecer sobre sua viabilidade jurídica, causando-nos estranheza a demora nessa primeira Comissão. Realmente, todos os projetos já perderam prazo e deveriam estar recebendo parecer de outra comissão. Até mesmo para não criarmos acirramento desnecessário tanto com a Comissão de Constituição e Justiça quanto com o próprio Governo e sua base, não solicitamos que fossem encaminhados a outra comissão.

Apenas hoje foi aprovado o plano de carreira do pessoal da educação, embora tenha sido desmembrado em duas partes.

O Governo enviou o projeto com um erro técnico. Assuntos de lei complementar foram misturados com assuntos de lei ordinária. A Assembléia Legislativa chamou a atenção para esse fato, e o Governo teve de enviar outro projeto de lei complementar, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça. Espero que seja votado até quinta-feira, conforme os entendimentos com a base do Governo e com o Presidente desta Casa, para que, tramitem, simultaneamente, as duas partes relativas ao plano de carreira da educação.

Portanto, o primeiro projeto da educação foi aprovado hoje e os demais se encontram na Comissão de Constituição e Justiça. Essa demora fez com que adotássemos uma ação política para agilizar a votação dos planos de carreira. Não apenas o PT e o Bloco PT-PCdoB têm interesse na aprovação dos projetos.

Solicitamos uma data limite, 31 de dezembro. Deveria ter havido maior velocidade nas comissões, mas isso não ocorreu. Por isso resolvemos trancar a pauta no que diz respeito aos vetos. Dessa forma, forçamos uma maior agilidade dos planos de carreira, que devem sair da Comissão de Constituição e Justiça, ir à de Administração Pública, em seguida, à temática e, posteriormente, à de Fiscalização Financeira. Isso deve ser feito com rapidez.

A demora é grande. Houve perda de prazo de todos os planos de carreira, que já deveriam estar em outras comissões. Além desse problema, os planos de carreira não contêm tabela salarial. O Governo diz que as enviará somente após a votação dos planos de carreira. Se não acelerarmos a tramitação, os planos de carreira não serão votados neste semestre. O próximo inicia-se em agosto, período de campanha eleitoral municipal. Dessa forma, somente retomaremos a possibilidade de votação após outubro, novembro, ou seja, não se sabe se a votação será possível ainda este ano. Após isso, será enviada a tabela salarial.

Meu pronunciamento tem o sentido de agilizar esse processo. O Governo não determina uma data para o envio da tabela. Além disso, ele afirma que, antes da votação da tabela, terá de votar uma tabela de política salarial. Isso significa que o plano de carreira não terá validade enquanto as tabelas não forem aprovadas. Nesse ritmo, não ocorrerá neste ano. Sendo assim, o Governo deixará para o seu terceiro ano qualquer política relativa ao aumento para o funcionalismo ou para setores do funcionalismo público, o que não deve prevalecer como política salarial ou como tabela para a existência do plano de carreira.

Nosso processo, que visa a apressar a aprovação do plano de carreira, continuará, mesmo que estejamos dispostos, juntamente com a base do Governo, a aprovar os vetos, a limpar a pauta e a passar para outros projetos de lei. Pretendemos dar prioridade à aprovação dos planos de carreira, em detrimento dos projetos de maior interesse do Governo. Em tese, concordamos com o projeto do Governador, em que solicita uma arrecadação maior, mas precisamos estudar tecnicamente o significado do projeto "Minas Ativa". Estamos dispostos a aprová-lo após a aprovação dos planos de carreira. Até porque esses projetos foram enviados agora, e neles o Governador pede regime de urgência, o que não fez ao enviar os planos de carreira. Estamos dispostos a aprovar os projetos de seu interesse, mas gostaríamos que também estivesse disposto a agilizar os projetos referentes ao plano de carreira do funcionalismo. Tememos que esse processo fique muito lento e que não aproveemos aprovar as matérias ainda este ano. A sua implementação depende da tabela salarial. Ressalto que, sem essa tabela, os planos podem ser muito importantes e bonitos, mas não concretizam aumento salarial e nem sequer funcionamento do plano de carreira. Gostaríamos do compromisso da base do Governo, para buscar agilidade nessa questão. Se não pudermos aprovar todas as propostas neste mês de abril, esperamos que isso ocorra até o final de maio, para que o Governo possa finalmente remeter a tabela do piso salarial para discussão e aprovação ainda neste semestre.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Obrigado, Deputado Rogério Correia. A base do Governo tem interesse em votar todos os planos de cargos e salários do funcionalismo. O próprio Governo tem interesse, uma vez que já os enviou a esta Casa. Discordamos da sua fala apenas quanto ao modo de tratar a questão. O Governo entende que é mais realista, sólido e objetivo, porque tem, atrás de si, a Lei de Responsabilidade Fiscal impedindo-o de gastar mais de 60% com a folha de pagamento. Busca reduções, mas ainda não atingiu o esperado. Em função disso, está proibido de conceder reajuste. E o que faz? Atendendo à reivindicação histórica de todos os servidores, remeteu o plano de cargos e salários e votará a lei de remuneração, que estabelecerá critérios que permitirão aos servidores ter um horizonte realista para os seus salários. Então, ele define o plano a ser aprovado e a lei remuneratória. A partir daí, serão feitas as tabelas que darão condições para que todos tenham a segurança de reajustes advindos de uma situação realista, ou seja, a partir da arrecadação estadual. Juntamente com isso, Deputado Rogério Correia, busca alternativas para tornar possível o reajuste, com percentuais mais elevados. Por que não solicitou pedido de urgência para os outros projetos? Porque totalizam 18. V. Exa. sabe que apenas duas matérias podem tramitar ao mesmo tempo nessa condição, ou mais uma, por exceção. O projeto do Minas Ativa, para o qual pede regime de urgência, aquece a economia e aumenta a arrecadação, o que tornará possível conceder reajuste mais vantajoso aos servidores. Essas ações indicam a seriedade com que o Governador quer conduzir as coisas. Ele diz: "Não estou governando Minas para o meu mandato apenas, mas penso no futuro".

Acredito que nós, da base do Governo, temos a orientação de votar o mais breve possível, dentro dessa seqüência estabelecida, que é uma ordem realista e dará um horizonte seguro para quando pudermos votar. Assim, o servidor terá seu plano de cargos e salários, uma lei remuneratória e suas tabelas de vencimentos. Paralelo a isso, o que o Governo está fazendo? Criando mecanismos para o aquecimento da economia, para o crescimento da receita a fim de possibilitar reajustes mais interessantes para os servidores.

Querira dizer a V. Exa. que não há retardo por parte do Governo. O processo legislativo talvez possa ser acelerado em algum momento, mas a intenção é votar dentro dessa lógica estabelecida pelo Governo.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Miguel Martini. Esperamos que essa lógica não ultrapasse o limite da razoabilidade. Os funcionários estão ansiosos por aumento. Alguns, há muito tempo, não têm aumento salarial ou mesmo reajuste.

O Deputado Sargento Rodrigues ocupou a tribuna há pouco para dizer do sofrimento dos Policiais Militares. A área de segurança pressiona por reajustes e aumento desde o ano passado. Tiveram paciência, não fizeram movimentos reivindicatórios mais firmes, mas este ano pressionam para que isso ocorra. Como o problema da segurança pública é grave, se o Governo ficar nesse processo extremamente demorado, acreditando que todos terão paciência, o Estado poderá ser surpreendido com dados desagradáveis não só na área de segurança pública, mas também na da educação.

Na educação - permitam-me os Deputados, é uma área que acompanho mais de perto -, a necessidade do plano de carreira é premente. Pelo menos nesse caso, poderia ter sido solicitado regime de urgência por parte do Governo. Se soubéssemos disso, poderíamos pedir o regime de urgência para que o plano de carreira fosse aprovado nesta Casa, porque, com o aumento dado de forma escalonada no Governo Itamar Franco, criando disparidade entre o professor mais novo e o mais antigo, o plano de carreira acabou. O professor em início de carreira está ganhando quase o mesmo que o professor em final de carreira. O plano de carreira, no caso da educação, foi praticamente liquidado. A necessidade e a urgência de que ele exista já foram muito discutidas nesta Casa. Chegamos a aprovar, ainda no Governo Itamar Franco, em 1º turno, um projeto de lei do plano de carreira. Por solicitação do Governo Aécio Neves, que ainda não era Governo, mas já tinha sido vitorioso nas eleições, a tramitação do projeto foi paralisada. Então, não foi votado em 2º turno, ficando o Governador de estabelecê-lo imediatamente, com o envio do plano para aplicação no primeiro ano de governo.

No caso da educação, já estamos num processo avançado no segundo ano de governo. Se ele não for aprovado agora e a tabela salarial não for remetida, também não vingará este ano. Essa é nossa preocupação. Estamos cobrando do Governo um compromisso real de que o plano de carreira, em especial este que está há mais tempo na Casa e que atinge mais ou menos a metade do funcionalismo público, da educação, possa, de fato, passar a vigorar ainda este semestre. Os Deputados devem isso aos professores. Chegamos a aprová-lo em 1º turno, mas, no 2º turno, foi paralisado com o compromisso de urgência. Então, que possamos aprová-lo agora, que a tabela salarial venha ainda em tempo hábil, para que os professores possam ter um plano de carreira real.

Isso não significa que estou aqui discutindo índice de reajuste e não saiba das dificuldades que o Estado tem em relação à política salarial, mas o plano de carreira, do jeito que está, em nada afeta as finanças do Estado, porque está sem tabela. A tabela vai definir o tamanho do gasto que o Governo terá. Mas é necessário estabelecer essa justiça.

O Governador disse desconhecer o gasto com o plano de carreira e não ter condição de estabelecer uma tabela. Interrompeu a votação da proposição em 2º turno. Entretanto, houve prazo suficiente. Isso não pode mais servir de desculpa para que o plano de carreira não se desenvolva.

Desde que não se trate de tarifaço, como aconteceu no final do ano passado, estamos dispostos a ajudar o Governo a arrecadar mais, já que almejamos um Estado fortalecido. Mas deve haver consenso sobre a área a receber investimentos. A educação carece de análise profunda por parte do Governo. A segurança pública e a educação não são as únicas. A saúde também reclama plano de carreira mais justo, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça, mas, infelizmente, há demora. O prazo já se findou.

Portanto, poderíamos apresentar proposição solicitando a tramitação dos projetos nas demais comissões. Até agora não o fizemos, pois não queremos travar queda-de-braço que prejudique o funcionalismo. Entretanto, a base do Governo não pode paralisar os projetos na Comissão de Justiça. Os funcionários não podem esperar eternamente. O fato de apenas enviar o plano à Assembléia Legislativa não significa que o Governo tenha cumprido o prometido aos servidores públicos. Enviá-lo, sem fazer com que se desenvolva, não resolve o problema. Não digo que o Governo agirá dessa maneira, mas a demora nos preocupa.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Apesar da pouca experiência, vejo que a base não tem o interesse necessário para que os planos de carreira se desenvolvam. A base reflete a vontade do Governo. Se ela não trata os planos de carreira com o devido zelo, significa que o Governador do Estado também não o faz. Vários planos nem sequer foram discutidos para atender aos servidores. Alguns o fizeram, outros discordam. O Poder Legislativo deveria preocupar-se em agilizar a tramitação dos projetos nas comissões, para debatermos o destino dos

funcionários públicos e o do Estado.

Em face da política remuneratória a ser feita pelo Governo, de atrelar os vencimentos dos servidores ao aumento de ICMS, há duas posições: a má-vontade e a diminuição de receita. Querem que o plano de carreira tramite nesta Casa, para, posteriormente, discutir-se o salário. Embora faça propaganda, a arrecadação de ICMS tem diminuído mês a mês. Março foi o terceiro mês consecutivo em que houve queda de receita. Mesmo diante dessa deficiência, o Governo, com a lógica neoliberal de estimular a iniciativa privada, que hoje não deslancha devido à falta de consumo e de salário, proveniente do PSDB e que, infelizmente, perdura no Brasil, ainda quer que os fatos aconteçam milagrosamente.

Vamos dar incentivos às grandes indústrias, a fim de que possam gerar empregos e tributos. Os incentivos vão, o emprego não aumenta e a recessão está estabelecida no País, e, é lógico, também no Estado.

Deputado Rogério Correia, essa preocupação de como agiremos, já que os aumentos serão atrelados aos aumentos de ICMS, é que devemos, desde agora, ter. Essa prática é exatamente igual à que houve no Governo Federal. Para concentrar receita, ele criou as contribuições; aqui, são as taxas, que não são divididas com ninguém, vão somente para o cofre, para o caixa único. São criadas para uma finalidade, mas, infelizmente, isso não é cumprido. Essas taxas, criadas para onerar o contribuinte, não entram no cômputo para aumentar o salário do servidor, pois a referência é apenas o ICMS.

Então, essa é uma preocupação muito grande. Se este Governo acha que continuará dando incentivos, abrindo mão de ICMS, a partir de agora terá de discutir com o servidor, pois é exatamente esse aumento que norteará o reajuste dos vencimentos. Portanto, uma parte desse percentual pertence ao servidor. Doravante precisamos criar mecanismos para, quando o Governador quiser, de uma maneira equivocada, abrir mão de tributos, sempre com um discurso de que "diminuindo, aumenta", refutar essa tese. Temos um exemplo que está aqui, baseado nos próprios documentos da Secretaria da Fazenda, em que se abriu mão do ICMS para quem vende óleo "diesel", em acordo com a MINASPETRO, provando que o Estado vem perdendo uma quantia significativa de ICMS. Não se aumentaram em nada as vendas. O que ocorreu foi somente um rombo nos cofres públicos, o que influenciará diretamente nos salários dos servidores, que há dez anos não sofrem reajustes.

Deputado Rogério Correia, agradeço o aparte, parabeno V. Exa. pelo seu zelo, pela maneira como conduz a bancada de oposição, de forma sensata e correta, sem radicalismo, colocando o debate onde deve estar. Temos de ter esse debate com os servidores de uma maneira muito intensa, muito transparente, no firme propósito de resgatar a dignidade do servidor. Assim, estaremos resgatando a função fundamental do Estado, que é a construção de uma sociedade justa e com mais equilíbrio social.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Chico Simões.

Concederei, em seguida, um aparte ao Deputado Domingos Sávio, Presidente da Comissão de Administração Pública, por onde todos os projetos tramitarão, depois que saírem da Comissão de Constituição e Justiça. Espero que isso ocorra rapidamente. Solicitaremos ao Deputado, na oportunidade, maior agilidade possível na apreciação desses projetos enviados pelo Governo, que é, enfim, a minha preocupação quando subi a esta tribuna hoje, ou seja, buscar uma maior agilidade na aprovação de todos os projetos, em particular desse da educação. Digo isso porque esse segmento representa quase metade do funcionalismo público e, também, pela injustiça que se cometeu contra essa categoria, com o fim das carreiras no magistério a partir do último aumento diferenciado. Como essa justiça precisa ser feita, necessitamos de todos os Deputados.

Realmente, a demora tem-nos preocupado, porque isso vem desde dezembro e somente agora foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, a primeira delas. Se em todas elas tivermos esse longo período de apreciação, não teremos a aprovação nem do primeiro projeto este ano.

Essa é a preocupação que hoje trouxe aqui, Deputado Chico Simões. Mais uma vez agradeço o aparte de V. Exa., que reforçou esse meu posicionamento.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Agradeço-lhe, nobre Deputado Rogério Correia.

Neste aparte, quero, de início, cumprimentá-lo por sua preocupação, que também é nossa, de que esta Casa cumpra o seu papel com toda a sociedade. Todos já manifestamos este nosso desejo. O Governador Aécio Neves prontamente mostrou não apenas sintonia com esse sentimento de fazer justiça para com o servidor público, mas também, mais uma vez, a seriedade com que procura governar Minas Gerais, colocando em prática o que já havia comprometido com o povo de Minas.

Desde o primeiro momento em que esta Casa manifestou preocupação para que os projetos viessem ainda no primeiro ano de Governo, o Governador Aécio Neves deu a entender, por meio da sua Liderança, que até poderiam figurar como proposta de emenda à Constituição Estadual, o que, de fato, aconteceu com o apoio da base do Governo, num processo harmônico com a Oposição. Foi um momento rico para o debate democrático e para se construírem boas alternativas para o Estado.

Naquele momento, ficou claro que o Governo quer um projeto sério para Minas Gerais, que inclui tratamento digno aos servidores. Portanto, comungo com V. Exa. quanto a envidarmos esforços para, o mais breve possível, serem aprovados os planos de carreira que aqui vieram, porque o Governador fez a sua parte. Não é justo atacar o Governo, como se ele não quisesse ver os planos aprovados. Ora, cabe ao Governador encaminhá-los à Assembléia. Seria uma atitude autoritária e arbitrária, se o Governador interferisse.

V. Exa., com sua experiência, sabe que há todo um rito regimental que não pode ser atropelado, sob pena de ferir o processo democrático. Haja vista que o plano de carreira dos servidores da educação, objeto de análise e de parecer da Comissão de Justiça, foi melhorado: houve matéria tratada em lei ordinária e alterações procedentes.

Reafirmo meu compromisso com V. Exa, não apenas como Deputado, mas como Presidente da Comissão de Administração Pública - os demais pares honraram-me com essa missão -, de estar atento aos prazos regimentais, realizar uma discussão democrática, ouvir os segmentos organizados dos servidores, porque ali se discutirá o mérito dos projetos. Faremos isso sem demora, sem qualquer tipo de procrastinação que impeça o trâmite normal dos projetos. É fundamental aprová-los rapidamente.

Há um projeto específico para o segmento da área de produção rural. Sou médico-veterinário e sei o que passa hoje um colega que ganha em torno de R\$1.000,00. O salário-base da categoria é de 8,5 salários mínimos. Isso foi aprovado por lei federal, o que corresponde ao dobro daquele valor. Então, realmente, há mazelas a serem resolvidas. Naturalmente, o primeiro passo será aprovar os planos de cargos e salários, os planos de carreira dos servidores da educação e da saúde e o Estatuto dos Militares. Precisamos dar base legal, para que, num segundo momento, o Governador possa debater com as categorias.

Quero ponderar em breves palavras para não prejudicar o brilhante raciocínio de V. Exa. O aparte do Deputado Chico Simões me surpreendeu com duas considerações, sobre as quais não posso me calar. É surpreendente ele insistir em culpar o PSDB - citou nominalmente - pela

situação em que o País vive.

O Governo Lula, há praticamente um ano e meio, está no poder. A transição realizou-se de maneira democrática. O então Presidente Fernando Henrique, além de abrir as portas do Governo para se fazer uma transição séria, nomeou elementos indicados pelo Presidente Lula, numa atitude correta e democrática, para que começassem a trabalhar, até mesmo dizendo que tipo de medida provisória, de decreto e de prioridade seriam melhores. Enfim, o Governo Lula recebeu todo o apoio. O próprio PSDB e o PFL votaram algumas reformas que o Presidente Lula pediu. No entanto, se as coisas não vão bem, é culpa do passado. Não há humildade de se fazer uma autocrítica. O Governo insiste numa política ortodoxa, subserviente ao FMI, que propõe superávites maiores que os propostos pelo Governo Fernando Henrique.

Pior que isso, o Deputado Chico Simões termina a sua fala condenando a atitude do Governador Aécio Neves, que atendeu a apelos da sociedade, do povo mineiro. Quando reduziu de 18% para 12% o imposto sobre o óleo "diesel", demonstrou possuir uma visão de vanguarda, moderna, de administração pública.

Deputado Rogério Correia, em junho do ano passado, clamei desta tribuna que houvesse essa redução para estimular o desenvolvimento da pecuária mineira. Minas é um Estado que se encontra no centro do País, por onde transitam todos os que, na Federação, produzem ou consomem. De certa forma, as nossas rodovias estavam sendo limitações para a atração de novos investimentos e barreiras para os veículos que se abasteciam antes de entrar ou sair de Minas, onde o óleo "diesel" é mais caro.

Portanto, a atitude foi acertada. Pela primeira vez na história, vejo um Deputado dizer que baixar o imposto do óleo "diesel" foi um absurdo, como se o Governador não devesse baixá-lo. Isso é coerente com a linha do PT. Esse partido dobrou a tarifa do fim social, a da COFINS e, praticamente, a do PIS. Essa visão de aumentar imposto e superávit gera recessão no Brasil. Quando nós, do PSDB, reduzimos os impostos, somos criticados.

Deputado Rogério Correia, V. Exa. está correto em defender uma rápida tramitação. Conte comigo e com a base do Governo para que votemos o mais rápido possível o plano de carreira e ofereçamos as bases para que o Governador Aécio Neves promova uma política salarial justa no Estado. Quando enviei os projetos a esta Casa, demonstrou claramente que pretende isso. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Domingos Sávio. Espero que os planos de carreira tramitem de maneira mais rápida. V. Exa. há de convir que a minha impaciência ou preocupação é mais que justa. De dezembro até hoje, apenas um plano de carreira, aliás parte dele, foi aprovado em uma das comissões. Essa é uma demora acima do normal. Repito, poderíamos ter solicitado em todos os projetos perda de prazo na Comissão de Justiça. Não fizemos isso para não criar um atrito com a base do Governo, parecendo que somente nós nos preocupamos com a sua agilidade. Espero que, de fato, essa preocupação seja não apenas nossa, mas também de todos os Deputados. Agradeço ao Deputado Domingos Sávio e espero que, como Presidente da Comissão, agilize esse processo.

Não entrarei em outro assunto, porque são questões muito óbvias. Dizer que hoje o País se encontra numa situação ruim por causa do Governo de Fernando Henrique é segredo de polichinelo. Todo o mundo sabe como ele deixou o País. O Governo de Fernando Henrique deixou uma herança maldita e foi uma verdadeira praga no País. Se houvesse a oitava praga do Egito, provavelmente seria o Governo de Fernando Henrique no Brasil. Não vim aqui discutir isso. O Deputado chamou de política ortodoxa o que Lula fez, como o acordo com o FMI, o superávit primário. Isso ocorreu no primeiro ano do Governo para segurar o processo inflacionário herdado de Fernando Henrique, não deixar o dólar disparar mais ainda - no Governo de Fernando Henrique, passou de R\$4,00 - e não deixar que o risco-país ultrapassasse 4 mil ou não sei quantos pontos. Teve de realizar uma política antipopular em muitos pontos, que aprofundou a recessão e elevou a taxa de juros, para conter esse risco deixado pelo Governo Fernando Henrique, que é o culpado pela situação do País.

Agora, o Governo retoma o processo de crescimento econômico e de investimentos no Brasil. A taxa de juros baixou para 16,25%; aliás, essa política de taxa de juros deve continuar baixando mais ainda, de maneira consciente, e não abrupta. O Governo iniciou investimentos em áreas fundamentais para o País, instituindo uma política industrial. Com o que disse o Deputado Domingos Sávio, é importante comemorarmos os feitos importantes realizados pelo Governo.

Hoje, por exemplo, o Governo conseguiu aprovar uma política para as agências reguladoras, que não segue o risco privatizante de antes e tem a responsabilidade de trazer para o Estado suas principais funções, dando segurança a quem quiser investir no País. Comemoramos essa nova política, assim como a primeira parcela da CIDE de R\$43.200.000,00. É uma conquista da reforma tributária aprovada no ano passado com o apoio dos Governadores, a qual não tinha sido aprovada no Governo FHC. É um passo importante para Minas, cuja estrutura irá melhorar, e para o País, pois significa investimento no crescimento econômico, um novo modelo de desenvolvimento que tem sido construído.

No âmbito do serviço público, o Governo Lula começou a jogar abaixo o desmonte que houve durante os oito anos de Governo FHC. O Governo Lula já abriu concurso público e anunciou reajuste salarial superior à inflação para todos os setores do funcionalismo, que, em grande parte, não recebeu nenhum centavo de reajuste no Governo FHC.

Deputado Domingos Sávio, diferenças começam a aparecer; elas levaram alguns setores do tucanato, vanguardados pelo ex-Presidente Fernando Henrique e pelo ex-candidato e ex-Ministro José Serra, a sonhar, juntamente com os Srs. Santoro e Serra Azul, com a derrubada do Governo Lula. Portanto, não agiram como oposição responsável, que fiscaliza. Sonharam apenas em desestabilizar o Governo. Não foram nada responsáveis, esqueceram-se das condições em que nos entregaram o País.

Levaríamos muito tempo para aprofundar essa análise. O Governo reconhece outras forças políticas, como os Governos dos Estados, e negocia com elas. Nosso Governo, por exemplo, reivindicou corretamente uma parcela maior da CIDE, e o Governo Federal concedeu. Mas, há 40 dias, parte do PSDB e do PFL trabalhou para desestabilizar o Governo, alguns sonhando em derrubar o Governo Lula, como expressaram os Srs. Marcelo Serra Azul e Santoro, este último amigo pessoal e íntimo do Governo, tentando esquentar o caso Waldomiro e vinculá-lo ao Governo Federal.

Hoje, o Deputado Alberto Bejani fez um pronunciamento muito correto, dizendo que um dos problemas do contrato da GTECH em Minas Gerais vem de muitos anos. O Governo atual mandou investigar, contando com o nosso apoio. Mas há um problema de contratos antigos com a GTECH, e, assim que a justiça permitir, faremos nova licitação em âmbito federal para que esse contrato não permaneça.

Porém, este não é o assunto que me trouxe à tribuna, mas, por força dos comentários, não poderia deixar de fazer algumas observações e comemorar o recebimento da primeira parcela trimestral da CIDE. É um valor importante. O próprio Secretário Agostinho Patrus comemorou como um grande reforço, pois, em médio prazo, isso significará o fim das carências nas estradas de Minas e do País. Isso não foi feito no Governo FHC, embora o imposto tenha sido todo gasto em outras questões, e nenhum repasse foi feito aos Estados. Estamos fazendo isso no início do segundo ano do Governo Lula, após a reforma tributária do ano passado. Há muito para comemorarmos no Governo Lula, e amanhã, se possível, farei um pronunciamento sobre as vitórias e as medidas estratégicas do Governo Lula, que levarão a mudanças mais profundas no Brasil, muitas vezes não desejadas por setores da Oposição.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, corroboro suas palavras, pois V. Exa. tem dado grande importância a esse

projeto tão fundamental para o funcionalismo público, que é o plano de carreira.

Sempre defendemos um Estado mais eficaz e eficiente. Para tanto, seu corpo funcional necessita de pessoas, profissionais competentes, que possam atender aos reclamos e às aspirações da sociedade. Se não dispusermos de um quadro fortalecido, obviamente nunca teremos um Estado eficaz. Assim sendo, a sociedade será mal atendida. Por isso, entendo que a defesa desse projeto tem de ser feita por todos nós, independentemente do posicionamento que assumimos nesta Casa.

Um dos problemas que temos no setor público deste Estado e do País - há 14 anos acompanhamos o Executivo e, às vezes, até atuamos diretamente com esse Poder - diz respeito à descontinuidade, à falta de planejamento e, mais ainda, de avaliação dos projetos, programas, etc. Se o Estado não contar com um corpo funcional que acompanhe, detenha a memória desses projetos e programas, estaremos desperdiçando os escassos recursos do Estado e do País.

Deixo claro que somos totalmente favoráveis a uma maior profissionalização neste Estado. Sentimos que o Governo não quer beneficiar apenas um segmento. Sabemos, inclusive por meio de divulgação feita pela imprensa, que alguns Poderes tiveram condições de remunerar, até de forma absurda, alguns segmentos, alguns funcionários. Porém não queremos isso. Desejamos algo defensável, justo, equilibrado e, ao mesmo tempo, estimulante para o funcionário. Temos de partir dessas premissas. Vejo que o governo está trazendo de volta para o Estado o planejamento. O PMDI e o PPAG são indicadores das orientações, das prioridades e dos planos de Governo. O planejamento estratégico voltou para Minas Gerais.

Preocupa-me muito o fato de começarmos a justificar nossas ações comparando-as com as do passado, com heranças malditas ou benditas, não importa. Durante a legislatura passada, nos dois primeiros anos - V. Exa., Deputado Rogério Correia, acompanhou isso muito bem -, assistimos a críticas ao Governo anterior, quando a preocupação deveria voltar-se para suas propostas. A própria eleição se encarrega do veredicto. A sociedade apoiou o atual Governo e agora espera que ele mostre serviço. Todavia, essa carência, essa espera encontra-se em seu término.

Nosso partido, o PSB, apóia o Governo Federal. Precisamos, realmente, readquirir confiança ou, pelo menos, não deixar que ocorra desconfiança do Governo. Para isso, necessitamos de ações. Não adianta ficarmos, no 16º mês desta legislatura, preocupados apenas em nos defender, acusando o passado. Precisamos nos defender com fatos, mudanças concretas. É isso o que a sociedade quer. Temos esperança de que o Governo Federal se ajuste e responda aos anseios da sociedade.

Hoje, Deputado Rogério Correia, pela situação crítica em que se encontra o nosso e os outros Estados, os municípios, enfim, o nosso País, o administrador público, antes de mais nada, tem de ser muito competente.

Tem de ser um estadista, porque, do contrário, não dará conta do encargo que lhe é colocado. Acreditamos que o Presidente Lula tem essa faceta, assim como nosso Governador, que tem uma visão estratégica, enxerga mais à frente. Quando nos manda esses projetos, ele quer soerguer a economia do Estado, que está necessitando de estímulos para que possa responder ao crescimento tão desejado, a fim de trazer acréscimos para as receitas do Estado, para fazer face às despesas, aos compromissos assumidos pelo Governador, que, certamente, ele cumprirá. Mas é necessário que ele tenha os meios. Quando se busca, como foi tão criticado, a criação de taxas, assim como agora esse programa Minas Ativa, o que se deseja é o crescimento da economia do Estado, para que o Governo tenha os meios necessários para atender a essas demandas.

Deixo claro, Deputado Rogério Correia, que nós, na Situação, e V. Exa., na Oposição, temos muitos pontos em comum. Esperamos que, para as grandes demandas e projetos do Estado, essa identidade entre Oposição e Situação permaneça. Pode haver críticas. Sabemos que a Oposição mineira também tem visão de grandeza e está consciente de que o Estado precisa de recursos para desenvolver-se. Não basta apenas aquele discurso fácil de agradar um segmento da sociedade, sem se acreditar nas propostas. Juntos lutaremos para o desenvolvimento de grandes projetos para o nosso Estado. Agradeço o aparte.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado Mauro Lobo. Sem sombra de dúvida, o sucesso dos Estados depende do desenvolvimento de nossa Nação e de um crescimento econômico sustentado, que possa melhorar a situação dos Estados e municípios. Precisamos, para isso, trabalhar em conjunto, e é exatamente o que nosso Governo busca.

Por isso separei Oposição de Oposição, quando fiz a crítica. O ex-Presidente Fernando Henrique trabalha, agora, com rancor, assim como o ex-candidado José Serra, por ter perdido as eleições. Buscaram mais a postura de navegar em águas turvas, tentar desestabilizar e derrubar o Governo - junto com Procurador e Promotor, irresponsáveis, que sujaram a imagem do Ministério Público - que construir uma Oposição que auxiliasse nas investigações, que cumprisse seu papel. Ser oposição deve ser considerado muito importante no processo democrático.

O Governo Lula vem trabalhando políticas estratégicas muito importantes. Essa política do Governo será responsável por uma melhoria do País em curto prazo e também preparará o terreno para que, em médio e longo prazos, tenhamos um País melhor. Cito alguns. Esse programa unificado em torno da idéia do Fome Zero atingirá, até 2006, 40 milhões de brasileiros. Não se trata apenas de uma política social compensatória e focalizada, mas de um programa de combate à miséria, que implica reorganização do próprio Estado brasileiro.

No segundo semestre deste ano, esse programa estará chegando às regiões metropolitanas do País e adquirirá maior visibilidade. O Ministro Patrus Ananias estará, amanhã, falando desse programa e de outros assuntos, prestando conta ao povo mineiro, aqui, na Assembléia Legislativa, do trabalho do Ministério. Outra característica do Governo Lula é democratizar as informações.

O Ministro vem também escutar as opiniões dos Deputados que representam o povo de Minas Gerais. Faço um convite para que todos os Deputados possam estar amanhã, na primeira parte da ordem do dia que será transformada, a pedido de requerimento da nossa bancada por meio do Deputado André Quintão e deste Deputado, para que o Ministro Patrus Ananias, no Plenário da Assembléia, exponha idéias mais definidas sobre o Programa Fome Zero e a unificação dos programas sociais que tão úteis serão para a parcela mais empobrecida do nosso povo.

O Governo mostrou que tem uma nova regulação estratégica para o setor elétrico, a fim de que os apagões não voltem a acontecer. É necessário investimento e não apenas a privatização do setor, como era feito antes. Agora, não é apenas uma crítica porque vem acompanhada de uma nova política do setor estratégico, fundamental para a idéia de crescimento econômico.

O BNDES tinha um viés privatizante, mas agora passou a funcionar como indutor de desenvolvimento. Há linhas de créditos para crescimento. Temos também o programa de financiamento do setor público, como a habitação popular e o saneamento. Para Minas Gerais, virão agora da CEF mais de R\$500.000.000,00 para a COPASA. Teremos a implementação de um programa nacional de reforma agrária, significando injeção de recursos na base da economia, que vai descriminalizar o Movimento dos Sem-Terra, para que se tenha menos violência no campo, e, portanto, mais prosperidade. Não pode haver apenas o agronegócio, mas também a política de agricultura familiar. Teremos contratação maciça de funcionários públicos e aumento salarial para esse segmento acima da inflação, que achávamos não mais existir no Brasil, mas é realidade no início do segundo ano do Governo Lula.

Não tínhamos política industrial, mas foi anunciada abertura de linha de crédito. Passamos a discutir o que é uma política industrial e como recuperar o parque industrial brasileiro para o crescimento econômico. Está havendo a redefinição da política de fundos de pensão para investimento em infra-estrutura e não apenas para o financiamento da economia.

A política de crédito do Banco do Brasil e da CEF já tem sido sentida por meio dos diversos programas desses Bancos, que fomentam o crescimento no Brasil. Estamos tendo o fortalecimento da universidade pública, objetivando, até o final do Governo, dobrar o número de estudantes, incluindo a política de reforma universitária que colocará pobres, negros, deficientes e indígenas nas escolas brasileiras, até mesmo nas escolas privadas com financiamento do Governo.

Enfim, o Brasil, já no primeiro ano de Governo Lula, além de controlar o processo inflacionário, registrou superávit na balança comercial. O Brasil se credenciou como uma nova liderança no campo internacional, fortalecendo o MERCOSUL, negando-se à assinatura da ALCA, como queria o imperialismo norte-americano e como era a política do Governo anterior. São pontos estratégicos que apontam o desenvolvimento e o crescimento econômico do País. Essa política tem sido demonstrada pelo Governo Lula, e, tenho plena certeza, dará certo.

Não podemos fazer ouvidos de mercador e permitir que a oposição irresponsável diga que o Governo está paralisado e nada foi feito. Não é verdade, porque se fez muito no primeiro ano e continua a se fazer no segundo. O que aconteceu foi um receio da oposição irresponsável, comandada pelo ex-Presidente Fernando Henrique e pelo ex-candidato José Serra, numa tentativa de desestabilizar um governo democrático popular, porque o seu Governo foi, como diz o Deputado Chico Simões, um fracasso. A herança maldita - e concordo com o Deputado Mauro Lobo que não pode ser justificativa de paralisia - evidentemente não pode ser esquecida, porque corremos o risco de voltar ao passado.

Seria lamentável se voltássemos a ser um país com uma política privatizante e, em vez de termos um desenvolvimento econômico, voltássemos à subserviência completa ao imperialismo e ao FMI. Temos de avançar, embora tenhamos as dificuldades que qualquer governo teria, mas buscamos mudanças e um Brasil melhor. Essas são as notícias e os esforços que temos feito e que nos colocam bastante diferentes do que foi construído no passado recente do País.

As relações políticas também são diferentes. O Estado de Minas Gerais recebe um tratamento, por parte do Governo Federal, exatamente igual ou até melhor que os Estados governados pelo próprio PT. Não há nenhuma perseguição ao Estado, mas sim um tratamento responsável do Governo para com os entes da Federação, respeitando a construção da democracia e os resultados eleitorais, tanto em Minas Gerais quanto nos municípios. Nesta Casa, nossa oposição também é feita com responsabilidade. Na Assembléia Legislativa, jamais trabalhamos para desestabilizar o Governo Aécio Neves ou articular com setores do Ministério Público para derrubar o Governo. Esse tipo de irresponsabilidade não é nossa. Queremos, sim, avançar rumo a uma sociedade igualitária e mais justa, mas a partir do jogo democrático.

O Presidente Lula está no caminho certo. Ontem tivemos a visita do Presidente do PT, José Genoíno, e reforçamos a nossa convicção de que estamos construindo e construiremos um Brasil melhor. E não apenas nós, do PT ou do setor de esquerda, porque se trata de um governo de coalizão, acompanhado por diversos partidos políticos que nos ajudam na sua construção, dentre os quais o PSB, PL, PMDB e o PP, que reforçam a base estrutural do nosso Governo. Temos de reconhecer o importante papel da Oposição, desde que não seja a oposição golpista ensaiada por José Serra e Fernando Henrique Cardoso, que são mais ressentidos, do que políticos que querem ajudar a Oposição a fiscalizar, o que seria uma de suas tarefas.

* - Sem revisão do orador.

22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 14/4/2004

O Deputado Bonifácio Mourão* - Tenho o melhor relacionamento com a Polícia Militar, consolidado na amizade e no serviço. Fui advogado do 6º Batalhão da Polícia Militar por 11 anos, participando de centenas de julgamentos na defesa dos policiais. Além de outros atributos que possuem, causou-me especial admiração a hierarquia e a disciplina que preservam, valores indispensáveis ao seu convívio e garantia maior da corporação. Saí da advocacia dos policiais para exercer meu primeiro mandato.

Como relator da atual Constituição mineira, inseri, em 1989, o capítulo 'Da Defesa Social', que constitucionalizou, como entidades, as Polícias Militar e Civil, identificando com clareza as suas atribuições e ficando bases para a Secretaria de Estado, criada no atual Governo.

Guardo boas recordações do meu convívio com a polícia. Além do exemplar sentido de hierarquia e disciplina já mencionado, impressionou-me a vontade determinada que tem de servir bem à comunidade e dela merecer uma confiança sem limites.

Pelo respeito que tenho à corporação de Tiradentes, pelo relacionamento cimentado em longos anos de convívio, falo hoje aos militares do Estado, aos policiais e aos valorosos integrantes do Corpo de Bombeiros, sem nenhuma outra pretensão que não seja a de encontrar a serenidade e o equilíbrio na busca incansável e justa da melhoria dos seus vencimentos.

O anúncio da convocação de uma "assembléia geral" dos militares do Estado para os próximos dias, não estando descartada uma paralisação, é preocupante, não só para o Governo, não só para esta Casa, mas também para toda a comunidade mineira.

O povo não quer a polícia em greve. Não quer a paralisação de uma entidade que representa uma das garantias maiores de sua segurança. Os mineiros serão a vítima maior e ficarão completamente desamparados. Ficarão órfãos da entidade cujo dever maior é garantir a sua segurança.

Vejo, em posições radicais preconizadas por algumas lideranças, um ato prejudicial, um arranhão na indispensável confiança que a comunidade precisa ter na polícia.

A reivindicação de aumento salarial é necessária e justa. Precisamos que nossos policiais e que todos os demais servidores do Estado recebam salários dignos e adequados ao seu nível de responsabilidade e de produção no trabalho.

Seguramente, o Governador Aécio Neves, que tem plena consciência dessa situação, concederia agora o aumento, se o Estado estivesse em condições de suportá-lo.

Todos sabem, por ter sido bastante noticiada, a situação de total desequilíbrio financeiro que o Governador encontrou: débito orçamentário anual de R\$2.400.000.000,00; folha de pagamento que consome 75% da receita, e o serviço da dívida, outros 14%.

Mediante um esforço hercúleo, o Governador Aécio Neves vai saneando e equilibrando as finanças. O débito orçamentário anual caiu para

R\$1.400.000.000,00, ou seja, apenas em um ano, reduziu R\$1.000.000.000,00. A folha de pagamento caiu para 68% da receita, mesmo assim ultrapassa o limite máximo previsto na legislação vigente.

Isso ocorreu por causa da austeridade, da ética e do admirável poder de gerenciamento da coisa pública que o Governador Aécio Neves imprimiu. Não é sem motivo que o atual Governo de Minas tem sido considerado, pela crítica nacional, modelo de gestão. O Estado vai readquirindo sua credibilidade, que estava comprometida, e sua capacidade de pagamento, que não existia. O esforço pelo saneamento e pelo equilíbrio financeiro do Estado não pode sofrer nenhuma interrupção. Se isso ocorrer, estará comprometido o plano de recolocar o Estado na trilha do desenvolvimento e no lugar de destaque que sempre ocupou na Federação.

O controle da folha de pagamento faz parte de um projeto de governo. Os aumentos, quer para os servidores militares, quer para os servidores civis, precisam ser concedidos - e o haverão de ser -, mas obedecida a legislação e o planejamento, de modo que não abram brechas para o retorno caótico do desequilíbrio financeiro. O Governo não pode conceder aumento na base da ameaça. Qualquer governo que pautar suas decisões por pressões, destina-se a fragilidade. O Governador Aécio Neves, pelo que conheço, não vai ceder à pressão. Muito menos se feita por servidores militares, que têm, no uso permitido da arma, a busca permanente da paz e da segurança sociais. O uso inadequado dessa força vai na contramão dos anseios da comunidade, que, na sua imensa maioria, o recrimina.

A Polícia Militar de Minas, pelas suas gloriosas tradições e por ser uma das melhores do Brasil, tem plena consciência da sua responsabilidade com o povo mineiro. Não pode e não será massa de manobra. Não pode agir sob a influência nem de políticos nem de dirigentes de associações que não estão sintonizados com o indispensável equilíbrio exigido nas suas altaneiras atribuições, mormente se essas lideranças não se entendem. Esse desentendimento e as ações que visam mais ao interesse pessoal que ao coletivo provocam um vácuo na liderança dos nossos policiais e abre espaço para outras mais alinhadas com o interesse da classe.

Atitudes radicais e insinuantes de alguns podem levar a corporação a posições igualmente radicais e imprevisíveis. Podem também levá-la a optar pela substituição desses líderes por outros mais equilibrados e preparados para a interlocução com o Governo. Não é consciente a liderança que explora o emocional; a consciência se baseia no racional. Não é racional a liderança que se utiliza de pressão contra o Estado para praticar um ato para o qual não está preparado. Pedir o aumento para os militares, cobrá-lo, negociá-lo, tudo está no campo da razão. Foge-se a esse campo, quando não se olham as condições do Estado, e radicaliza-se, exigindo-o a qualquer preço. O Governador quer conceder o aumento e, seguramente, assim que houver condições, concedê-lo-á. Se agir de forma diferente e ceder às pressões, perderá o controle gerencial, de que Minas é exemplo no País, e mergulhará em nebulosa crise sem perspectiva de reação.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Bonifácio Mourão. Parabenizo-o por seu pronunciamento. V. Exa. sempre traz a todos os parlamentares e ao povo mineiro sua inteligência e sua responsabilidade parlamentar. Hoje trouxe uma reflexão muito importante, quando enalteceu o trabalho excepcional da nossa gloriosa Polícia de Tiradentes - aliás, a melhor do Brasil. Mencionou - o que já é do conhecimento de todos nós - a devoção que o Governador Aécio Neves tem pelo patrulhamento e, particularmente, pela Polícia Militar.

Mas gostaria de acrescentar, com a devida vênia, que, há poucos dias, foi aprovada por esta Casa uma lei complementar estabelecendo a promoção de todos os policiais de Soldado a Cabo. Isso nunca aconteceu na história de Minas de Gerais e do Brasil. Com essa promoção, houve um aumento substancial, de 10% a 15%.

Esse era um compromisso do Governador Aécio Neves desde o tempo de campanha. Assumi e cumpru, na semana passada, com a promoção de mais de 3 mil militares, em um dia só, no Estado de Minas Gerais.

Esse é o compromisso de quem quer realmente garantir a ordem pública de uma maneira pacata, serena e harmônica; é o Governador numa verdadeira sintonia com a Polícia Militar. V. Exa. fez um apelo a toda a gloriosa Corporação, e quero seguir-lhe os passos. Peço à Polícia Militar que dê um voto de confiança, mais uma vez, porque aquilo que o Governador havia assumido perante a gloriosa polícia foi cumprido por meio de lei complementar. A promoção efetivou-se.

Precisamos da Polícia Militar; a sociedade como um todo precisa, para manter-se harmônica, para que haja a garantia individual de cada um. Na mesma linha de sentimento e da preocupação de V. Exa., quero fazer com que nossa voz chegue até a Polícia Militar, para dizer que nós, parlamentares, somos seus admiradores e que temos certeza plena de que a polícia não haverá de faltar com a segurança da nossa gente.

O equilíbrio, a seriedade e o comportamento ético do nosso Governador têm trazido garantias para todos. Deve existir uma parceria entre o Governo e a Polícia Militar. Deverão caminhar juntos, porque tanto a Polícia como nosso o Governador, nosso comandante maior, têm procurado essa harmonia em Minas Gerais.

Associo-me a essa reflexão importante trazida por V. Exa. Que seja feita uma reavaliação pelos próprios comandados de Minas Gerais. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Bonifácio Mourão, acrescento às suas preocupações uma outra, aqui já apresentada pelo Deputado Sargento Rodrigues, mas não compreendida; uma preocupação que todos devemos ter.

O Deputado Sargento Rodrigues tem alertado para o risco de o Governo do Estado perder o controle gerencial, exatamente por não comandar agora algo que faz parte de uma determinação dos Soldados, dos Cabos e, mais que isso, dos Sargentos e dos próprios oficiais, que é a demanda tanto por um reajuste, como o prometido pelo Governador, como também pelo estatuto da Polícia Militar. Nenhum dos dois entrou nesta Casa.

Essa preocupação tem sido trazida pelo Deputado Sargento Rodrigues não como uma ameaça, mas como um alerta para algo que ocorreu no Governo Eduardo Azeredo. Na época, a prepotência do Governo fez com que houvesse a rebelião das bases. Esse é o recado que o Deputado Sargento Rodrigues está transmitindo. S. Exa. não faz uma ameaça, ele alerta para uma situação que está aflorando nos quartéis. Isso nos parece óbvio pelo contato que temos tido com os policiais militares.

Isso mereceria de nós e do próprio Governador do Estado uma sensibilidade maior, e S.Exa., em vez de sentir-se acuado por pressões, deveria perceber que há uma reclamação que é justa. O Governador deveria procurar fazer com que essas reivindicações fossem atendidas de maneira mais imediata, para que não se perca o controle gerencial.

Se o Governo agir com prepotência, dizendo que não negocia porque se sente pressionado, poderá perder o controle gerencial. Faço isso não como ameaça, porque nem tenho instrumento para ameaçar, mas como uma reflexão política, como uma análise de fatos que já vimos acontecer, e também como sindicalista que já fui.

Esse problema não é apenas da PM. Estamos sentindo o mesmo problema nas escolas e nos hospitais, com o funcionalismo público. Acredito que o prazo estabelecido e dado ao Governador não tem sido correspondido àquilo que eles pensavam que S. Exa. poderia fazer, mesmo

entendendo as dificuldades que o Governo tem. Os planos de carreira vieram, mas nenhum deles sequer com uma tabela salarial, o que coloca para os servidores uma perspectiva muito ruim.

Deputado, esse é o meu pensamento. Gostaria que não levasse o meu aparte como uma ameaça, porque - repito - não tenho instrumento para ameaçar ninguém, nem é essa a minha intenção. Trata-se de um alerta de quem está sentindo que a situação realmente não é boa, não só com os servidores militares, mas também com os civis.

Sou solidário com V. Exa. na preocupação que apresenta, para que não haja uma perda de controle gerencial. Mas esta poderá vir às vezes não pelo caminho da perda da autoridade, mas da demonstração da prepotência e da incompreensão da necessidade de atender a essas reivindicações. Muito obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão* - Respondendo ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, lembro-me bem das palavras de V. Exa. quando assinalou que a promoção feita para os praças e Cabos era inédita, isto é, jamais vista no Estado, e que beneficiaria a milhares de militares.

Respondendo ao Deputado Rogério Correia, quero dizer que não sou Líder do Governo e não estou falando em nome do Governador Aécio Neves, e sim em meu nome, como parlamentar. Repito, pelo que conheço do Governador, ele não cederá a pressões e a ameaças de paralisação, inclusive do modo que foi feito no Governo Eduardo Azeredo.

Aquela vítima no Governo Eduardo Azeredo foi a maior - e fatal -, mas o povo de Minas Gerais também foi a grande vítima da greve que teve aquelas conseqüências. O povo de Minas Gerais não deseja paralisação nem greve da PM. A responsabilidade do Governador é maior em conduzir Minas com equilíbrio e serenidade. Por isso estou falando nesses termos.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, poderia ficar inerte, lendo as notícias e assistindo ao debate sobre a reivindicação dos militares, mas a questão posta como foi levou-me a uma reflexão mais profunda e a proferir essas palavras, que buscam maior sensatez na condução do processo. Os militares permaneçam cientes de que têm um legítimo representante no Governo do Estado: é o Governador Aécio Neves.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, funcionários da Casa, senhoras e senhores que nos assistem pela galeria e pela TV Assembléia, a triste fama de possuir uma das piores rodovias federais do Brasil fez Minas Gerais, na noite de anteontem, 12 de abril, ocupar o horário nobre da televisão. O programa do Ratinho, da TV Alterosa, noticiou a lastimável realidade em que se encontram nossas estradas, principalmente a BR-135. "Não tem estrada", disse o Ratinho. E o pior é que está certo.

Como já falei várias vezes, a rodovia citada no programa situa-se na região central de Minas, onde está minha base eleitoral, a BR-135, que parte do Trevão e vai até Montes Claros. Mais de quatro anos já se passaram desde meu primeiro alerta sobre as condições dessa BR, tendo sido cobradas melhorias efetivas por mais de uma vez junto aos ex-Ministros dos Transportes Eliseu Padilha, João Henrique e Anderson Aduato. Nesse período, temos o quarto Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e esperamos que ocorra o já determinado.

Com Anderson Aduato, estivemos em audiências nas cidades de Três Marias, Montes Claros e Curvelo, e não conseguimos iniciar os trabalhos de recuperação. Estão definidas as empresas que farão a restauração. Nesses encontros, ficou acertado que as obras de recuperação da BR-135 eram prementes. O tempo passou, e tudo ficou pior. Faço hoje mais um apelo às autoridades competentes, ao DNIT em Minas Gerais e ao Ministério dos Transportes, para que não aconteçam mais acidentes nesse trecho. Lastimamos que, há poucos dias, entre tantos acidentados, tenha falecido o Vice-Presidente do Banco Rural. A nossa estrada está desaparecendo dentro dos buracos, ou melhor, dentro de crateras gigantes. A população de Curvelo e de toda a região que vai até Montes Claros - fui até o entroncamento de Salinas com a BR-116 - não agüenta mais esperar pelas obras. O povo tem prejuízos incalculáveis. A Jaíba exporta frutas, e o atraso estraga os produtos ainda no escoamento em uma BR que não existe.

A região é abundante em propriedades rurais, e seus produtores estão perdendo sua produção. Gostaria ainda de citar a produção de quiabo na região central de Minas, que tem de ser transportado logo após a sua colheita, uma vez que se perde rapidamente. Se não há estrada, como transportar? Contamos também na região com produtores de fumo, até mesmo do tipo exportação, que, além de terem prejuízo, em virtude das chuvas, sofrem com a impossibilidade de transporte.

Posso dizer que não demorará muito para ficarmos sem meio de transporte rodoviário e sem combustível, pois nem mesmo as grandes distribuidoras de petróleo estão arriscando colocar seus caminhões nessa estrada para abastecer os postos das cidades ao longo da BR-135.

Enquanto isso, os nossos colegas Deputados da região Nordeste do Brasil estão lutando junto aos órgãos competentes para retirar crianças e adultos que ganham gorjetas na beira das estradas, tapando buracos com terra, buscando ganhar a vida dessa maneira. Essa forma de ganhar a vida está começando a acontecer agora na BR-135, o que nos envergonha profundamente.

O povo não quer saber de onde vêm os recursos. Criou-se a CIDE, que deverá ser destinada apenas às estradas, mas, infelizmente, muito pouco desse recurso está vindo. É necessária a conscientização dos Governos Federal e Estadual para acabar definitivamente com esse sofrimento.

O Deputado Doutor Ronaldo (em aparte) - Deputado Doutor Viana, gostaria de parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento, de certa forma prodigioso, pois, afinal de contas, é repetido nesta Casa, sem surtir efeito.

Viajo muito por aquelas estradas, por ser de Sete Lagoas. Além disso, vou constantemente a Paraopeba e a Curvelo. Coloco uma interrogação em sua fala: "V. Exa. já observou que, há muito tempo, essa tristeza acontece exatamente até o trevão?". Quase todos os carros de passeio e caminhões que passam por aquelas estradas vêm para Belo Horizonte passando pela BR-040. Aliás, passei ali anteontem. Naquele trecho, a BR-040 está ótima, sendo necessário apenas sua duplicação. Por que será que o trecho que vai até Curvelo acaba com muita facilidade, e o que vai dali até Sete Lagoas e Belo Horizonte se mantém em boas condições? Começo a pensar na qualidade dos consertos, que duram muito pouco tempo. Portanto, além de pedirmos a recuperação das estradas, temos de pedir qualidade. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Deputado Doutor Ronaldo, na realidade, não há recuperação, mas tapa-buracos, o que, efetivamente, nada resolve. Agora, essa recuperação está prevista. Cada vez que vemos acidentes, principalmente com morte, como ocorreu recentemente, sentimos mais agredidos em nosso ânimo, em nossa vida parlamentar, de representante daquela região. Já não podemos aceitar essa situação. Essa deve ser a quadragésima nona vez que subimos a esta tribuna para defender essa questão. Nada acontece, e a situação piora a cada dia, a ponto de, hoje, ser melhor viajar por estrada de terra.

Como não é possível trafegar pela BR, é necessário pegar um desvio por uma estrada de chão, cheia de buracos, que não está suportando o

tráfego. É melhor trafegar por essa estrada que pela BR, que é uma rodovia federal. Uma calamidade inaceitável! O "Ratinho", em seu programa, tachou-a como a pior estrada do Brasil.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Sou testemunha do trabalho e do empenho de V. Exa. quanto à recuperação da BR-135. V. Exa. tem batalhado não só no Estado, mas também em Brasília. Essa é uma batalha da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, juntamente com os Deputados Federais votados nas regiões Norte e central, o Ministro Anderson Adauto, Senadores e o nosso Secretário. Pedimos a interferência do Governador, para que nos ajude a salvar a vida das pessoas que lá trafegam.

Nesta semana, a Rádio Itatiaia fez um excelente trabalho jornalístico. Como Presidente da Comissão de Transporte, fui entrevistado. Perguntaram-me se há providências quanto à BR-135. Respondi-lhes que isso é responsabilidade do Governo Federal, mas a Comissão tem feito audiências públicas para discutir a precária situação da rodovia.

Sem dúvida a BR-135 é a pior do Brasil. Várias vidas já foram ceifadas. Até agora, há somente promessas, do Ministro Anderson Adauto, nosso ex-colega, Deputado Federal do PL, aliás. Nas audiências, por várias vezes, ele prometeu a liberação de recursos para o tapa-buracos de Montes Claros a Engenheiro Navarro.

Ontem estive em contato com o DNIT. Foi dito que o tapa-buracos está sendo feito. Verificamos e constatamos que isso não está ocorrendo. Há caminhões capotados, principalmente os de carvão. Estradas de terra, como as de Cordisburgo e Felixlândia já não possuem condições de tráfego. O ex-Diretor do Banco Rural foi uma das últimas vítimas fatais. Outras famílias morreram. Há vários carros quebrados. Quem não paga os impostos em dia tem o carro retido.

Os jornais de grande circulação relatam que as pessoas que moram desde o Trevão, de São João da Lagoa, Curvelo, Corinto, Santo Hipólito, Morro da Garça, Monjolos, Buenópolis até Montes Claros, cobram providências. Onde estão nossos representantes para gritar e lutar por nós?

Temos lutado pela recuperação da BR-135, mas nada é feito há mais de 30 anos. A operação tapa-buraco é jogar dinheiro fora. Não resolverá coisíssima nenhuma. Ontem, obtive a informação de que as empresas contratadas Consórcio Pavisan-Conserva ganharam a concorrência, no valor de R\$9.552.000,00, para o primeiro lote, de Montes Claros a Engenheiro Navarro - Km 368 a 441. O contrato foi assinado nesta semana, no DNIT.

O Lote nº 2, que trata da recuperação do entroncamento de Engenheiro Navarro a Corinto - km 583 a 669 -, estava "sub judice", mas a primeira empresa foi desclassificada, passando-se imediatamente para a segunda, a Construtora Sucesso do Piauí, com o valor de R\$9.903.000,00. Já o Lote nº 3 consiste no recapeamento do trecho do entroncamento de Corinto à BR-040, também da Construtora Sucesso.

A informação é a de que, ainda este mês, começa a recuperação. Mas há aquele ditado: "Cachorro mordido de cobra tem medo de língua". Há quanto tempo vêm fazendo essa promessa de recuperação? Já recebemos visitas em nossa comissão, e com certeza V. Exa. também já recebeu em seu gabinete Presidentes de Câmaras, Vereadores e lideranças das cidades cortadas pela BR-135. Estão querendo ir até a BR para não deixar passar nenhum carro enquanto um representante não garantir a liberação de recursos para a recuperação da rodovia.

Agendamos um encontro com o Ministro dos Transportes - V. Exa. fará parte dessa comitiva - e faremos o possível para que vá à BR-135. Ele é do nosso partido, o PL, e não queremos que vá de helicóptero nem de avião, mas de carro para que constate a situação precária dessa rodovia. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço as palavras do Deputado Célio Moreira. Gostaria de ter ouvido o Deputado Carlos Pimenta, grande batalhador, e de ter trazido outro assunto à discussão, mas, como essa questão é palpitante e vital para todos, o tempo não foi suficiente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, antes de iniciar meu pronunciamento, gostaria de parabenizar os Deputados que me antecederam na tribuna. O grande negócio do Brasil hoje é o tapa-buracos. É melhor que fazer estradas e recapear. Os donos de empresas devem tentar habilitá-las no DNIT e no DER para operarem nessa área, pois esse é o melhor negócio que existe no País.

Farei um pronunciamento extenso, que poderá durar três ou quatro dias. Lerei o relatório de uma CPI de 1975, que versa sobre nosso embate hoje contra a MBR e a exploração da Mina Capão Xavier. Essa história é longa e já está nos tribunais com decisões desencontradas, uma vez que alguns Juízes têm dúvidas sobre o projeto, e outros sinalizam que está o.k. Estamos na Justiça Federal com uma liminar que suspende todas as atividades da MBR e tudo o que existia em termos de licenciamento por parte do COPAM.

Para continuar nosso embate contra a MBR, lerei o relatório de uma CPI. Farei questão de ler todos os seus dados. (- Lê:)" O objetivo da reunião da CPI hoje, de acordo como que consta da ata, é a apresentação do relatório do Sr. José Luiz Bacarini sobre os trabalhos desta Comissão".

Temos os pronunciamentos de todos os membros da Comissão. O Presidente dizia: "Antes de concedermos a palavra a S. Exa., a Presidência comunica aos membros da Comissão, sendo que disso o Deputado Luiz Bacarini está devidamente informado, que, desde a última reunião até esta data, outros documentos, além dos constantes da relação da ata, foram trazidos a esta Comissão, entre eles um que nos foi enviado pela Federação das Indústrias de Minas Gerais, que é, exatamente, xerox completo, com todas as peças anexas da denúncia da Mineração Boa Esperança, com relação ao problema do transporte ferroviário no vale do Paraopeba, denúncia que é peça essencial da comissão parlamentar de inquérito que, em Brasília, na Câmara Federal, apura problemas relativos à atuação, no Brasil, das empresas multinacionais.

Esse relatório foi entregue ao Sr. Deputado Luiz Bacarini para que pudesse ser examinado ainda a tempo de, no que fosse necessário, ser incluído no relatório.

Disse o Presidente: 'Com a palavra, o Deputado Luiz Bacarini'.

O Deputado Luiz Bacarini - 'Inicialmente, quero justificar o atraso na apresentação do relatório, uma vez que havia marcado a reunião para o dia 10. Encontrei várias dificuldades, tendo em vista que os depoimentos tomados transformaram-se em verdadeiros hieróglifos, já que a taquigrafia não teve, infelizmente, tempo de passá-lo a limpo após a revisão, tornando-se uma obra realmente difícil para o relator ler, interpretar e até mesmo verificar as correções feitas pelos depoentes.

Ao apresentar o meu relatório, quero congratular-me com os Deputados que compõem esta Comissão não apenas pela dedicação ao trabalho,

mas sobretudo pelo zelo que demonstraram durante os depoimentos aqui tomados. Feito isso, passo a ler o relatório, permitindo-me dar uma cópia a cada membro, para que possam acompanhar a leitura.

“De autoria do nobre Deputado Jorge Carone, datado de 13/3/75, o requerimento, que contou com apoio regimental, deu origem a esta comissão parlamentar de inquérito, para apurar as possíveis irregularidades praticadas pelas Minerações Brasileiras Reunidas - MBR -, na serra do Curral.

Deferido o requerimento na mesma data, de conformidade com o disposto no art. 227 do Regimento Interno, foi, pelo Presidente da Assembléia Legislativa, nomeada esta Comissão. Assim, é regular e legítima, face à lei e ao Regimento Interno desta Casa, a constituição e nomeação dessa CPI.

Esta reuniu-se em 21/3/75 e elegeu Presidente o ilustre Deputado Gerardo Renaut e Vice-Presidente o Deputado José Santana, tendo sido este indicado relator.

Em 2/4/75 - praticamente 29 anos atrás - " a CPI ouviu o depoimento do Sr. Afonso Araújo Paulino, Diretor-Presidente do 'Jornal de Minas', órgão desta Capital que há mais de um ano vinha apresentando denúncias contra as atividades da MBR.

Em 4/4/75 foi ouvido o Sr. Oswaldo Pierucetti, Prefeito de Belo Horizonte; em 8 de abril do mesmo ano, o Sr. Ruben Costa Lima, Prefeito de Nova Lima, e, em 16 de abril, o Sr. José Azevedo Leite, Prefeito de Raposos.

O Sr. Presidente da MBR, Daniel Sydenstricker, foi ouvido no dia 17 de abril; ouvindo-se a seguir o Sr. Mário Viegas, Presidente da Associação Ornitológica Mineira, em 29 de abril; e o Prof. Ozório da Rocha Diniz em 9/5/75". Vou dizer sempre o ano 1975, para que todos se lembrem que a CPI discutida hoje já ocorreu há praticamente 30 anos.

"Esta Comissão solicitou ainda as seguintes diligências:

1 - Ao Chefe do Departamento de Engenharia Sanitária da Escola de Engenharia da UFMG, Engº Honório Botelho, em 7/4/75, informações e levantamento das alterações climáticas de Belo Horizonte. Em resposta, informa aquele Departamento, em carta de 4/7/75, que não dispunha desse levantamento, sendo impossível, assim, fornecer quaisquer dados.

2 - Ao Diretor da Rede Ferroviária Federal, em 4/4/75, solicitando cópia do contrato firmado entre aquela Rede e a MBR, sem, no entanto, até a presente data, obter qualquer resposta. Consta no processo ofício da MBR à Rede, no qual ela deixa, a cargo daquela, o fornecimento desse contrato".

Portanto, naquela época, a MBR já tinha muita influência sobre a Rede, que só poderia informar alguma coisa à Comissão se fosse autorizada pela MBR, uma empresa particular.

"3 - Ao Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, em 4 de abril, Dr. Acyr Ávila da Luz, solicitando informações sobre a autorização concedida à MBR para exploração da jazida na serra do Curral, sem qualquer resposta."

Naquela época, o Departamento Nacional de Produção Mineral não dava nenhuma resposta aos órgãos ambientais, muito menos à Assembléia Legislativa. Esses são os documentos que solicitaram na abertura da CPI.

"4 - Ao Chefe do 5º Distrito de Meteorologia do Ministério da Agricultura, em 4/4/75, Dr. Alberto Vilas Douçada, solicitando levantamento das alterações climáticas de Belo Horizonte de 1969 a 1975. Por várias vezes, houve troca de correspondência entre a CPI e aquele distrito, sendo, finalmente, em 2 de julho, encaminhado o parecer sobre o assunto.

5 - Ao Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Paulo Portugal, em 4 de abril, solicitando cópia da Lei nº 898, de 30/10/61, que criou a FERROBEL. A lei está anexada ao processo."

A Prefeitura era acionista da MBR nas minerações da serra do Curral através da Ferrobela, uma empresa municipal.

"6 - Ao Chefe do 3º Distrito do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, solicitando informações sobre o tombamento da serra do Curral.

7 - Ao Diretor do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em 3 de abril, solicitando informações sobre as medidas fixadas para a proteção da mata do Jambreiro.

8 - Na mesma data, ao Diretor do Instituto Estadual de Florestas, no mesmo sentido. Estas, em resumo, são as providências tomadas por esta Comissão".

Aqui falava o Deputado Luiz Bacarini. (- Lê:)

"Com os dados de que dispomos, compete-nos, agora, examinar os fatos à luz do direito e dos elementos colhidos.

Egrégia Comissão!

Antes de examinar propriamente as atividades da MBR na serra do Curral, impõe-se o exame da política de mineração e siderurgia de nossa pátria e seus reflexos na economia do Brasil e, em particular, de Minas Gerais.

Desde quando, em 1554, o Padre Anchieta anunciara à Coroa a existência de ferro no Brasil, até nossos dias, muito se fala nas enormes riquezas de que nosso solo é possuidor.

E a luta pela independência econômica quase que se processa no Brasil, exclusivamente, através da defesa de nossos minérios e na sua industrialização: "o minério não dá duas safras", "trata-se de riqueza não renovável" são os "slogans" que bem caracterizam a

autodeterminação daqueles verdadeiros nacionalistas que desejam ver o Brasil livre de capitais estrangeiros que daqui tudo levam, sem qualquer retorno e sem qualquer desenvolvimento.

Minas, então, tem sido o celeiro do sacrifício, sugada em sua riqueza maior e abandonada naquilo que, por justiça e por direito, deveria ser-lhe outorgado.

É Minas vendendo o seu futuro!"

Para aqueles que estão chegando agora, este foi o relatório do Deputado Luiz Bacarini, em 1975. (- Lê:)

"No passado, exauriram o nosso ouro. No presente, exaurem o nosso minério, na política voraz de mineração.

O Brasil, nos últimos 40 anos, tem tentado, por todos os meios ao seu alcance, atingir a meta ideal, através da implantação da política integrada de mineração e siderurgia.

Volta Redonda foi o primeiro passo.

O Prof. Ozório Diniz, ao prestar seu depoimento perante esta CPI afirmou com muita precisão: "Não fizemos voto de probreza, mas queremos participar do bolo que está sendo distribuído ao mundo, através da industrialização". Essa é a legítima verdade.

Não somos contra a política de mineração, mas desejamos ver, passo a passo com ela, a implantação também de siderurgias em nossa Pátria.

Nem mesmo a alegação de que a exportação produz divisas serviria como suporte para a exportação pura e simples, pois que, como afirmou o Prof. Ozório Diniz, o Brasil consome, na importação do aço, o dobro de divisas que nos dão as exportações de minério.

Urge, portanto, implantar em nossa Pátria a política integrada de mineração e siderurgia, sob pena de, assim não agindo, confirmarmos a triste expressão: "Estaremos vendendo o nosso futuro?"."

Que fantástico! Há 30 anos, ele já se preocupava com o futuro, e nós, até agora, ainda o discutimos. (- Lê:)

"Foi assim pensando que o eminente Presidente Castelo Branco, em conversa com o Sr. Antunes, fez-lhe um apelo para que procurasse auxiliar o Governo na implantação dessa política integrada, conforme depoimento do Sr. Daniel, Presidente da MBR". Castelo Branco solicitou à companhia a industrialização e as siderúrgicas prometidas. "E ela se implantaria em três etapas, sendo as duas primeiras de mineração e pelotização e, posteriormente, a de siderurgia.

E assim surgiu, em Minas Gerais, a MBR. Mas não mais com os propósitos manifestados anteriormente". Disse ao Governo que implantaria a siderúrgica e explorou e exportou as nossas riquezas. "Pela Recomendação Ministerial nº 50/68, aprovada pelo Presidente Costa e Silva, em 9/4/68, verifica-se, de acordo com o inciso III, que: '... um dos objetivos do programa integrado de mineração e siderurgia que a Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração - CAEMI -, da qual a MBR é subsidiária, aumentou à apreciação do Governo anterior'.

A partir dessa proposta da CAEMI, e nela confiante, o Governo Federal autorizou a construção do terminal marítimo para o embarque de minério de ferro na Baía de Sepetiba, dando à MBR o privilégio para sua exploração e submetendo os mineradores privados do vale do Paraopeba à prévia autorização da MBR, para transportar e embarcar minério de sua produção pelo terminal de Sepetiba. Aprovada essa recomendação, a MBR, alegando dificuldades na conclusão do contrato com a RFF, por motivo de frete, conforme confessa o Presidente em seu depoimento, volta novamente às portas governamentais, e nova recomendação é baixada, de nº 74/70, na qual se constata que: 'O projeto da MBR, anteriormente denominado Plano integrado de Mineração e Siderurgia, tornou-se menos ambicioso no que concerne às etapas de industrialização - siderurgia e pelotização -, tornando-se basicamente um projeto de exportação de minérios'.

Em resumo, o início das atividades da MBR em Minas Gerais, após a aquisição da Companhia de Mineração Novalimense e o arrendamento da jazida da Ferrobela, da Prefeitura de Belo Horizonte, passou àquela empresa a exploração e a exportação de minérios, destruindo a serra do Curral, quebrando o panorama paisagístico, desmatando a mata do Jambreiro, poluindo águas e provocando prejuízos à população de Nova Lima. E o que restou ao Brasil ou a Minas? O plano integrado da mineração e siderurgia totalmente esquecido. No próprio dizer do Presidente da MBR, o Japão é o grande exportador de aço para o Brasil e o maior importador de ferro da MBR. E, na afirmativa do Prof. Ozório Diniz, a importação do aço consome o dobro de divisas que nos dá a exportação do minério de ferro.

Não há como se falar em aumento de divisas. As nossas reservas, aos poucos, vão-se exaurindo".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, paro por aqui, mas, depois, continuarei, pois trata-se de um relatório grande. Tenho certeza de que fará parte da história de Minas Gerais, talvez uma história já esquecida.

Precisamos lembrar, sempre, o desastre que será para Belo Horizonte e para Minas Gerais se a MBR conseguir explorar a Mina Capão Xavier. Esse assunto já está sendo discutido na justiça.

Esse, então, será o nosso pronunciamento daqui a uns dois ou três dias, para que as Deputadas e os Deputados, os nossos telespectadores e a população de Belo Horizonte, principalmente, tome conhecimento do desastre que a MBR está sendo para Minas Gerais. Está explorando e levando todas as nossas jazidas, deixando-nos buracos, sem nos dar nenhum retorno, a não ser algum projeto, como o da reforma da Praça da Liberdade. Achem que, com isso, estão pagando o desastre que geraram em Minas Gerais.

Portanto, Sr. Presidente, paro por aqui. Darei prosseguimento na próxima reunião, se Deus permitir que possamos continuar defendendo o que é mais importante na vida: os mananciais de água. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Zé Maia* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público, senhoras e senhores que nos assistem pela TV Assembléia, viemos hoje a esta tribuna para fazer um breve comentário sobre uma matéria publicada no jornal "Estado de Minas", no dia 11/4/2004, portanto logo depois do feriado, assinada pela jornalista Patrícia Aranha, que não conheço, mas que respeito, porque uma jornalista que trabalha num diário da estatura, da importância do "Estado de Minas", por certo é uma pessoa que deve merecer toda a nossa consideração.

Quero dizer à jornalista Patrícia Aranha, primeiro, que a crítica é um dos instrumentos mais poderosos do aprimoramento pessoal e de qualquer instituição. Portanto, é essencial que tenhamos uma imprensa livre e forte. Isso é fundamental para o processo democrático que vivemos em nosso País. A crítica, por certo, como disse aqui, é um instrumento poderoso de aprimoramento.

Entretanto, quero dizer à Patrícia que a forma como abordou essa matéria não está do tamanho dela nem do jornal "Estado de Minas", que é um dos jornais mais importante do País, e não somente de Minas Gerais. Ela colocou o debate num nível rasteiro, pequeno, absolutamente inaceitável, inconcebível pela estatura do parlamento e do Estado de Minas Gerais.

O título da matéria diz: "O contribuinte paga pela inoperância". Diz que os Deputados mineiros aprovaram apenas 19 projetos, mas receberam salário integral.

Ora, não é possível que tenhamos um debate desse nível e dessa natureza. É como se tivéssemos de aceitar a idéia de produção em série, por exemplo, como se montam veículos automotores: quanto mais veículos se produz, melhor será a capacidade de trabalho do operário da fábrica. O trabalho do parlamento não pode ser medido pelo número de projetos aprovados, mas, no mínimo, pela sua qualidade, pois cuidamos da vida humana, do futuro e dos destinos do povo mineiro.

A Patrícia deveria nos cobrar qualidade, coerência, consistência e pureza dos projetos e observar se eles apontam na busca do melhor para o povo mineiro. Por isso, Patrícia, você deve nos cobrar precisão, e não pressa. Repito, temos de ter precisão, e não pressa, porque cuidamos do futuro do povo mineiro.

Nessa linha, o jornal "Estado de Minas" está sendo pequeno. Não que o jornal e a jornalista Patrícia Aranha sejam pequenos, mas, pelo menos desde 2003, o jornal tem sido pequeno no tratamento com o parlamento mineiro, conduzindo o debate para um nível inaceitável perante o parlamento e o povo mineiro.

O jornal "Estado de Minas" é maior do que os ataques que têm feito aos Deputados Estaduais, que merecem, no mínimo, respeito, pois respeitamos muito a imprensa. Há uma grande imprensa no Estado e no Brasil.

É essencial termos uma imprensa grande, livre, forte e crítica, pois só assim ocorrerá o aprimoramento dos Governos, dos Deputados, dos Vereadores, mas o debate deve ser em nível elevado. Não podemos baixar ao nível em que o jornal "Estado de Minas" quer deixar o parlamento mineiro.

O nosso parlamento é defensor da imprensa livre e contra a censura. Se caírem todas as defesas da imprensa, tenho a certeza de que este parlamento ficará de pé em sua defesa. A quem interessa um parlamento fraco? À imprensa, que conta nesta Casa com os seus maiores defensores? Esta Casa é plural e democrática. É nesse nível de discussão que queremos que o jornal trate o assunto.

O jornal "Estado de Minas" é grande e um orgulho do povo mineiro. A imprensa mineira é o orgulho do Brasil, e temos de preservá-la. Portanto, peço à Patrícia e aos companheiros do jornal que estejam mais próximos do parlamento.

Reitero o convite a alguém do jornal "Estado de Minas" para me acompanhar, por uma semana, quinze dias ou um mês, e verificar se as posições são honestas. Parece que o Deputado trabalha apenas às terças, às quartas e às quintas-feiras, como se nos finais de semana não fosse para suas bases eleitorais. Na Semana Santa, mais da metade dos Deputados estava nas suas bases eleitorais discutindo as questões regionais e políticas, em que a sua participação se faz necessária. Portanto, reitero o convite ao jornal "Estado de Minas", a quem quiser, com os custos pagos pelo nosso mandato, para nos acompanhar e conhecer o nosso trabalho.

Digo mais, nesta Casa, um projeto gasta apenas 40 segundos para ser aprovado em turno único, 20 segundos na primeira votação e 20 segundos na segunda. Mas, até chegar aqui, é discutido amplamente nas comissões, e chega-se a um consenso, na maioria das vezes, porque não há radicalismo nesta Casa.

Os Deputados trabalham não apenas na aprovação ou não de projetos. Realiza-se um trabalho de discussão profunda entre partidos de ideologias diferentes, verificando as repercussões da aprovação de qualquer projeto. O debate entre parlamentares é rico, de alto nível e de amplo e irrestrito respeito, independentemente da cor partidária defendida.

Gostaria que criticassem esta Casa por aprovar um projeto injusto, desnecessário e prejudicial ao povo mineiro, e não pela quantidade. O número de projetos aprovados aqui é irrelevante. Não podemos ser avaliados como uma fábrica de automóveis, de tijolos ou de telhas que trabalha pela quantidade, mas sim pela qualidade e pelo cuidado com o futuro do povo mineiro.

Há mais de um ano exerço o meu mandato nesta Casa. Certamente, a remuneração dos Deputados é uma discussão que percorreu anos anteriores. Há mais de 20 milhões de habitantes em Minas Gerais e 77 vagas nesta Casa. Isso equivale a 300 mil habitantes por uma cadeira. O vestibular para se chegar aqui é muito concorrido. Se se igualasse a nossa remuneração com a de profissionais liberais ou educadores, lotaríamos esta Casa de pessoas não qualificadas para discutir o futuro do povo mineiro. É esse o nível de discussão que o Estado deseja impor ao povo mineiro? Lotar este Plenário de incompetentes? Será possível que médicos, advogados, empresários, professores, contadores viriam aqui para discutir o futuro do povo de Minas Gerais em troca de um salário miserável? Certamente abriríamos espaço para os oportunistas, os aproveitadores, enfim, para os que não se preocupam com o futuro do povo mineiro. É esse o nível de discussão que desejamos travar com o Estado?

Jornal "Estado de Minas" e povo mineiro, não me acovardarei. A força da imprensa é muito grande, mas a do parlamento é maior. Nada temos a esconder do Estado. O meu imposto de renda e os meus sigilos telefônico e bancário estão à disposição de qualquer órgão de imprensa e do povo mineiro. O homem público deve ter vida pública, dar respeito e exigir respeito. O "Estado de Minas" não tem respeitado esta Casa e os Deputados que, pela vontade majoritária, representam o povo mineiro. Se aqui há Deputados que exerceram dois, três, quatro ou cinco mandatos, é porque prestaram grande serviço ao povo mineiro. Ninguém os reelegeria se não tivessem sido probos, corretos e cumpridores do seu trabalho. Nesta Casa, há vários Deputados que não são do primeiro mandato. Essa é uma prova de que cumpriram lealmente com o seu papel. Essa é a guerra que os jornalistas míopes, que não querem enxergar, jamais entenderam, pois, fechados na redação de um jornal, se encontram distantes da vontade do povo e não percebem os fatos como nós percebemos. A cada final de semana e a cada dia, entramos em contato com os bairros, as bases eleitorais, os pobres, os ricos, os políticos ou não. Estamos próximos do povo, discutindo os problemas que o afligem. Respeito a imprensa mineira, que é um orgulho para o Brasil, mas alguns jornalistas, que são minoria, preferem a miopia, talvez na esperança de vender mais jornais. Espero que essa não seja a razão.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Deputado Zé Maia, obrigado. Sinto-me sensibilizado com o discurso de V. Exa., que demonstrou coragem em tratar de um tema de tamanha relevância e em contestar o comportamento da mídia.

V. Exa. está correto; parece que a imprensa mineira sofre de algofilia, tem prazer no sofrimento próprio. Não diria masoquismo, porque este

envolve o componente erótico. Ela sempre prega contra a democracia e achincalha o Poder que sustenta esse regime. Se fosse escolher uma figura para representar os três Poderes, não escolheria um triângulo equilátero, mas escaleno, onde o Poder Legislativo seria a hipotenusa, fonte maior de sustentação do regime democrático. A história mostra que em todas as ditaduras, de esquerda ou de direita, os primeiros a serem pendurados são os jornalistas, como aconteceu com Fidel Castro e Fulgêncio Batista. O Deputado é uma figura emblemática, que encarna dois personagens opostos: é altar para todo tipo de súplicas, pois quando alguém quer pedir algo, ainda que aparentemente impossível, procura o parlamentar; ao mesmo tempo, é pelourinho para sacrifícios, e, não raro, é o próprio sacrificado quando alguém quer bater, achincalhar, humilhar. Lamento que a mídia tenha essa disposição mórbida contra o regime democrático. Parece que pregam a exceção, e a história conta que, quando há exceção, quando o regime democrático é sepultado, são eles os primeiros sacrificados. Parece que buscam isso, infelizmente, por doença.

O Deputado Zé Maia* - Obrigado, V. Exa. representa a essência do que o parlamento mineiro tem apresentado de bom nos últimos tempos.

Na matéria assinada pela jornalista Patrícia Aranha, há uma omissão, pois não diz que, da remuneração que recebemos, 1/3 é referente a descontos, imposto de renda e contribuição previdenciária. Além disso, não explica que apenas 2% do orçamento do Estado de Minas são gastos com todo o Poder Legislativo do Estado. Apenas 2%! Poucas pessoas sabem disso.

A herança mais maldita do golpe de 64 foi a generalização da idéia de que político é significado de coisa ruim. O regime militar não queria nenhum político interferindo nas decisões que levaram ao golpe, e criou-se uma cultura contra todos os políticos.

Como acontece em qualquer outra atividade, na política temos bons e maus políticos. Nesta Casa, há grandes Deputados, mas existem também parlamentares que deixam a desejar.

Encerro minhas palavras, Sr. Presidente, pedindo ao jornal "Estado de Minas" que cobre coerência, faça críticas duras, mas, acima de tudo, respeite o parlamento mineiro, visto que representamos aqui a vontade majoritária do nosso povo. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, em primeiro lugar, quero agradecer a gentileza do Presidente em exercício, Deputado Luiz Fernando, em nos conceder, pelo art. 70, a oportunidade de continuarmos nos manifestando sobre a CPI das Minerações Brasileiras Reunidas.

Parei a leitura do relatório do Deputado Luiz Bacarini quando dizia: "Não há como se falar em aumento de divisas". Na época, Deputado Leonardo Quintão, ele já dizia que as nossas compras do Japão eram muito maiores que os nossos envios de minério de ferro. Isso foi dito há 29 anos.

Dizia ele: " E o que dizer de Minas Gerais? O nosso Estado sonha com a AÇOMINAS. Luta pela implantação, aqui, de um pólo siderúrgico, mas assiste, impassível, às explorações de suas grandes jazidas, confirmando o 'slogan', segundo o qual somos o celeiro de exportação de minérios e de mineiros". Deputados, vejam que profundidade do relatório já àquela época!

"E o que recebemos em troca? Exclusivamente a quota-parte sobre o imposto único sobre minérios, que em 1974 somou a irrisória quantia de Cr\$113.291.920,42, inferior à da própria quota-parte do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes, que naquele período foi de cerca de Cr\$137.000.000,00 e aos próprios dividendos da CEMIG para com o Estado". Esse era o estrago que a MBR fazia à economia mineira.

"A ferrovia BH - Rio e BH - São Paulo aí está, em fase de implantação. Se a AÇOMINAS não vier nestes próximos quatro anos, a luta será inglória, pois correremos o sério risco de ver o pólo siderúrgico desviado para outros Estados no momento em que o transporte de minério puder ser feito por ferrovia de alta categoria e grande velocidade, a 110 km/h.

É de todo aconselhável que façam parte deste relatório algumas das sugestões do Prof. Ozório Diniz:

a) Acelerar a industrialização da nossa Pátria, exportando o minério que não nos faça falta, lucrativamente;

b) pressionar a Vale do Rio Doce, a MBR e a SAMITRI a fim de que cooperem ativamente no Plano Nacional de Aumento da Produção Brasileira de Aço".

Ressalto a profundidade deste relatório, de 1975, quando já estavam querendo pressionar a MBR, a própria Vale do Rio Doce e a SAMITRI a fim de cooperarem com o Brasil e com Minas Gerais na ativação do Plano Nacional de Aumento da Produção Brasileira de Aço. Mas eles preferiram continuar exportando o nosso minério a exportar o aço.

"c) Que se impeça a criação de estradas cativas, como ocorreu com a MBR, no terminal de Sepetiba". É isso que está acontecendo também na Mina Capão Xavier, que tem uma estrada própria, cativa.

"d) Tornar obrigatória a reserva de jazidas estratégicas de minérios bem situados, para garantir a siderurgia nacional no futuro". Já levaram quase tudo, principalmente o que havia na região da serra do Curral, do Jambreiro e da Mutuca. Agora, querem acabar também com Capão Xavier.

"e) Impõe-se, de fato, a criação de uma taxa sobre a exportação do minério de ferro e do manganês, a exemplo da de combustíveis e lubrificantes, gravando-a com a finalidade de se assegurarem sua industrialização e maiores benefícios aos Estados produtores. Tudo isso seria o primeiro grande passo para a implantação da tão almejada política integrada de mineração e siderurgia.

Isto posto, passamos a examinar as atividades da MBR em Minas Gerais e, de maneira especial, na serra do Curral. O Dr. Afonso Paulino, em seu depoimento, afirmou que, em suma, "a execução do chamado Projeto Águas Claras, realizado pelo Grupo Hanna, sob o nome de Minerações Brasileiras Reunidas, trouxe as seguintes conseqüências que denominou de desastrosas:" Isso em 1975.

"a)Poluição das águas e destruição das nascentes que abastecem grande parte da população da Grande BH e, naturalmente, as cidades de Nova Lima e Raposos;

b) Destruição da mata do Jambreiro, única reserva natural num raio de 200km em torno de Belo Horizonte," Isso já aconteceu, acabaram com tudo e querem destruir mais alguma coisa;

"c) Destruição da barreira natural de montanha, que garantia a Belo Horizonte um excelente clima - seco e frio;

d) Extinção do Vera Cruz, para que a Rede Ferroviária Federal pudesse cumprir o contrato de transporte de minério de ferro celebrado com a MBR;

e) O contrato entre a MBR e a Ferrobrel, prejudicial aos interesses desta e, de conseqüência, aos interesses da Capital;" Já em 1975, a MBR fez esse contrato com a Ferrobrel, uma indústria da Prefeitura de Belo Horizonte que já dava prejuízo. Posteriormente, foi extinta, e seu capital passou para a MBR;

"f) Destruição da fauna, na mata do Jambreiro.

Isso sem falar nas constantes explosões de dinamite, provadas e comprovadas por fotografias por ele anexadas.

Examinemos todos esse itens à luz dos documentos anexados e dos depoimentos tomados, pois que estes, em resumo, seriam os prejuízos - sem falar no maior deles, qual seja o de se fazer um projeto basicamente de exportação de minérios - que as atividades da MBR estariam provocando em Minas Gerais."

Agora, lerei o relatório dos itens apresentados.

"a) Poluição da água e destruição das nascentes que abastecem a Grande BH e, naturalmente, Nova Lima e Raposos.

Muito embora o Prefeito de Belo Horizonte, em seu depoimento, tenha procurado defender a atividade da MBR, nesse setor, outra, porém, foi a atitude do Prefeito de Nova Lima. E, se não bastasse, existe no processo a própria confissão do Presidente da MBR.

O Sr. Ruben Costa Lima, então Prefeito de Nova Lima, hoje falecido, afirmou: "Durante as chuvas, o minério cobre toda a barragem, e as bombas de sucção que levam água à estação de tratamento não podem funcionar". Refere-se ao córrego do Massena.

E mais: "O lugar onde a água nascia é exatamente onde hoje está a MBR. Com isso, já não se faz mais a sua canalização por declive, e, durante as chuvas, não podem as bombas funcionar." Isso é confessado pelo Presidente da MBR, que afirmou, por meio do seu assessor, Prof. Hermelino Herbster Gusmão: "Alguns desses cursos são poluídos em época de chuva por intensas enxurradas, em decorrência da terra mais ou menos solta, da estrada de ferro, das estradas de rodagem e dos cortes feitos na área da mineração propriamente dita. É mais o rejeito da mineração, a parte que não é minério, que determina pilhas desse material solto na época das chuvas e que promove consideráveis enxurradas".

Esses cursos de água levam, então, uma massa de material sólido considerável. Um desses cursos de água que sofreu a mobilização de matéria sólida considerável é o córrego ou riacho do Massena, juntamente com o riacho do Cardoso, que servem a uma pequena barragem de concreto que abastece parte da população de Nova Lima. Ocorreu em 1973 e 1974, depois de chuvas muito fortes, o assoreamento dessa barragem.

A troca de correspondência entre a MBR e a Prefeitura de Nova Lima ratifica esse prejuízo. Apenas a MBR afirma estar estudando uma solução para o assunto, o que, até hoje, não ocorreu.

Deputado Leonardo Quintão, trata-se do documento hoje previsto. Se acabarem ou esgotarem a água de Capão Xavier, há o plano B. Mas não o cumprirão, como não cumpriram em 1975, conforme está disposto nesse relatório.

"A alegação do Presidente da MBR de que parte da população de Nova Lima, estimada em um total de 40 mil habitantes, ou seja, apenas 10% a 15%, estaria, nessa época, sendo prejudicada, não se justifica". Portanto, para a MBR não importava que fossem prejudicados 10% a 15% de uma população. Hoje, prejudicarão 500 mil pessoas, alegando representarem apenas 9% do manancial de Capão Xavier, o que não teria importância, pois o índice é muito pequeno.

"Quanto ao Município de Raposos, nem mesmo a avidez do seu Prefeito na defesa do acordo celebrado por ele com a MBR pôde encobrir o enorme prejuízo causado ao município quando da utilização da água do ribeirão do Prata pela mineração. Diga-se de passagem que o ribeirão do Prata, além da função de abastecimento, constituía indiscutível atração turística. Enquanto informam que essa atração foi reduzida a 10%, o Prefeito, não podendo negar o fato, afirmou: 'Ela foi reduzida a ...'". Não arriscarei a dizer, pois esse dado não está legível e refere-se a palavras do então Prefeito de Raposos.

Diz ainda o relatório: "O mais lastimável foi o acordo celebrado com a MBR pela Prefeitura de Raposos, que substitui a cláusula primeira do convênio firmado entre o DAS e a MBR, que rezava, no item II, como obrigação dela, MBR: 'II - Uma canalização para coleta de esgoto da sede do mesmo município, atualmente ejetado no rio do Prata, e seu lançamento no rio das Velhas'".

Diga-se de passagem que foi a própria MBR que procurou a Prefeitura para propor a substituição do serviço por um pagamento irrisório, constante de um orçamento por ela mesma elaborado". Vejam a corrupção da época! Deixou de transportar todo o minério de canalização a troco de recurso financeiro, conforme dispõe o relatório, irrisório". Isso consta do depoimento do Prefeito Municipal de Raposos, em resposta ao Deputado Emílio Galo: "Quando fomos convidados a fazer o aditamento do convênio, por proposição da MBR".

Quando eles foram convidados, o convênio já estava pronto. A MBR estava impondo e fazendo pressão para que isso fosse assinado.

"Substituiu-se o serviço pela quantia de CR\$212.102,00, importância esta que jamais daria, e muito menos dará, para a execução desses serviços (resposta ao Deputado Jorge Carone, dada pelo Prefeito: 'não dão')".

Os recursos não são suficientes para realizar o serviço proposto pela MBR, que posteriormente pagou para que fosse feito pela Prefeitura.

"Até mesmo o item I da Cláusula Primeira do Convênio DAE-MBR, que determinava a construção de 'I - Uma adutora, casa de bombas e captação visando a um reforço de abastecimento de água bruta a ser captada do Rio da Prata para a sede do Município de Raposos, Minas Gerais, à taxa de 30 litros por segundo, em adição ao abastecimento atualmente existente e estimado em 5 litros por segundo. O ponto de entrega da água está indicado no desenho da linha de recalque e que foi realizado, ainda não foi entregue à municipalidade".

Portanto, fez vários compromissos, mas não cumpriu nenhum. Isso ocorreu em 1975, e, em 2004, continuam fazendo as mesmas propostas.

Ainda querem que confiemos!

"Infelizmente, o Prefeito Municipal de Raposos não quis cooperar com esta Comissão. Pelo contrário, visando abertamente a proteger a MBR, caiu em flagrante contradição. Respondendo ao Deputado Jorge Carone sobre os serviços acima, disse: 'Estamos recebendo o serviço de água bruta. Não temos aqui o documento de propriedade. Vamos recebê-lo em poucos dias.'"

Vejam que coisa horrível! Isso precisa ser analisado com bastante cautela por esta Casa. Há 60 dias estamos fazendo denúncias. Ações populares estão tramitando tanto na justiça mineira como na federal. A liminar não foi cassada. As atividades da MBR estão momentaneamente suspensas. Espero que seja definitivamente. Estou lendo o que foi denunciado por esta Casa em 1975.

"Para finalmente concluir: 'ainda não foi entregue o serviço'.

Em suma, nem mesmo esse serviço já se incorporou à municipalidade.

É fato incontestável que houve a poluição da água do córrego do Massena, que abastece parte da população de Nova Lima, o que foi confirmado pela própria MBR, como ainda a não-execução dos serviços de canalização da rede de esgoto de Raposos, atualmente ejetado no rio da Prata, e o seu lançamento no rio das Velhas - serviço este considerado necessário por ocasião da celebração do Convênio MBR-DAE - provocou e provocará grande prejuízo àquele município. Finalmente, o Prefeito de Nova Lima chegou a afirmar em seu depoimento: 'Infelizmente, todos os mananciais que servem a Nova Lima estão poluídos'".

Isso ocorreu em 1975. Hoje, estão acabando com os mananciais de Belo Horizonte. Estamos, passivamente, assistindo ao que já ocorreu em Nova Lima em 1974. Esse relatório é de 1975.

Deputado Adalclever Lopes, agora teremos uma série de itens. Estou no "b". A CPI vai fazer um comentário sobre a destruição da Mata do Jambreiro.

"O Sr. Presidente da MBR trouxe ao processo, com o seu depoimento, a informação de que teria desmatado 43ha, apesar de ter a autorização do IEF para o desmatamento de até 93 ha, no Jambreiro, cuja extensão seria de 1.985ha.

Lastimamos tal autorização. Mas mesmo ela não encobriu outras irregularidade. Em verdade, todas as autorizações foram dadas com as observações que constituem restrições não obedecidas totalmente. Isso porque o item "c" determinava "conservação das matas existentes em torno das nascentes e cursos d'águas, nas extensões legais".

Em seu depoimento, por mim interpelado por várias vezes, o Presidente, após fugir a uma resposta clara e incisiva, por meio de seu assessor, Dr. Fernando Melo Monteiro, afirmou: "Houve um desmatamento para a construção da barragem, mas não em nascente. O curso d'água foi barrado. Teria que se fazer o desmatamento."

Vejam bem. Eles disseram que não fizeram o desmatamento, mas depois disseram que o fizeram, pois houve uma barragem que precisou ser desmatada para continuar existindo.

"C - A destruição da barreira natural de montanha que garantia a Belo Horizonte um excelente clima - seco e frio.

Esse é o problema que surgiu com o rebaixamento da serra do Curral. O Chefe do 5º Distrito de Meteorologia do Ministério da Agricultura encaminhou, em 2 de julho passado, parecer sobre a matéria emitida pelo Dr. David da Costa Azevedo, Diretor da Divisão de Estudos e Aplicação, atendendo a pedido desta CPI. Infelizmente, dados oficiais não puderam ser apresentados."

Por que não puderam? São dados oficiais. Naquela época, já existia a força do poder econômico, que não permitiu que o serviço de meteorologia emitisse seu parecer.

Agora vêm os dados que não puderam ser apresentados.

"Após afirmar que, no caso da serra do Curral, devido à retirada da camada superficial, poderia haver uma alteração no albedo - poder refletor da superfície -, de uma superfície vegetada para uma superfície nua e mais escura, que, no caso, seria o minério de ferro, concluí que: dentro da precisão das medidas dos elementos meteorológicos componentes do clima, não acreditamos que a mineração em uma pequena parte da cidade possa influir no clima, mesmo porque o vento tende a suavizar qualquer modificação do tempo.

Mais algumas considerações baseadas nas informações colhidas no processo devem ser expandidas. Para o ex-Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Oswaldo Pierucetti, do qual discordo inteiramente, o rebaixamento pode ter sido um bem: "Talvez fosse até mesmo preferível abrir-se uma janela para as correntes dos ventos no interior de uma Capital...". Vejam o absurdo: o Prefeito dizer que dever-se-ia rebaixar a superfície para abrir janelas para o vento. Continua ele: "Hoje, com as canículas que temos, esta abertura talvez venha a se constituir um bem".

Já o Dr. Afonso Paulino, em seu depoimento, assim se manifesta: "Em estudo realizado pela ONU, provou-se que Belo Horizonte era uma das nove cidades do mundo que dispunham de proteção natural contra a poeira atômica. Graças à destruição do perfil da serra do Curral pela MBR, a Capital foi retirada da relação, restando agora oito cidades".

Em 1965, a ONU soltou esse relatório, Deputado Doutor Viana, mostrando a importância da serra do Curral. Hoje Belo Horizonte sofre com o rebaixamento daquela serra, denunciado aqui há 30 anos.

"A verdade é que o rebaixamento está havendo com as atividades da MBR na serra do Curral."

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte) - Caros Deputados Antônio Júlio e Leonardo Quintão, demais parlamentares, quero dizer ao povo de Minas Gerais que essa luta, não apenas grande, constitui uma batalha contra o poder econômico e o rolo compressor. Mas a história nos fará justiça. Já falta água no mundo inteiro. Alguns países começam a importar "icebergs", para terem água. Aqui, nossos mananciais estão secando. De um lado, vimos uma empresa forte, com poder econômico altíssimo; do outro, a voracidade da arrecadação. Essa matéria está proibida de ser pronunciada pelos parlamentares, pelas comissões e pela própria imprensa. É o rolo compressor do poder econômico. Tenho a certeza de uma coisa: ainda há homens timoneiros, que brigarão diuturnamente, não permitindo que isso ocorra. Não podemos deixar que se acabem as águas do povo mineiro e do povo belo-horizontino. O próximo milênio será um terror sem água. O que importa não é apenas a sua abundância, mas a sua qualidade.

Na semana passada, houve corre-corre. O Prefeito de Nova Lima, juntamente com seus assessores, esteve aqui. Um deles, o que quer ser Prefeito de Itabirito - não sei se é seu assessor ou seu carregador de malas - já acabou com a água e com o pico do Itabirito. Agora, quer acabar com a nossa água. Isso não permitiremos! Ele quer voltar a ocupar o cargo por meio da força econômica - o que também não podemos permitir. Como disse anteriormente, esse é um assunto proibido. Esta semana, vieram aqui, porque há uma proposta de emenda à Constituição do Deputado Dalmo Ribeiro Silva tratando da serra da Moeda. Eles acham que tombar é o mesmo que acabar com a serra, colocá-la num vagão e levá-la para a China. Caro povo de Minas Gerais, tome cuidado! A serra da Moeda também está indo embora, está sendo tombada. Mas querem fazer isso de uma outra forma, tombando-a de fato. Querem acabar com a nossa água, com o nosso meio ambiente e com a qualidade de vida garantida pela Constituição. Deputados Leonardo Quintão e Antônio Júlio, neste momento, devemos imprimir toda a nossa força para não permitir que isso aconteça. Tomara que não tenhamos de enxergar - porque algumas coisas na vida só enxergamos com os olhos cheios de lágrimas - os nossos filhos e netos com os olhos cheios de lágrimas, procurando por água. Isso está acontecendo em Belo Horizonte. Graças a Deus, contamos hoje com o apoio da Igreja Católica, do Frei Gilvander e de toda a Paróquia do Carmo. Enfim, toda a arquidiocese de Belo Horizonte está envolvida na proteção da água, assim como o nosso PMDB. Não largaremos essa bandeira em hipótese alguma, porque nela está a nossa sobrevivência e a de todos os que vierem depois de nós. Tome cuidado, povo belo-horizontino, com o tombamento da serra da Moeda! Solicito a ajuda de todos os cidadãos e parlamentares, para que não deixem a água acabar nem permitam que a voracidade da arrecadação e o rolo compressor do poder econômico tomem conta da nossa querida Belo Horizonte e da nossa querida Minas Gerais. Muito Obrigado.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Agradeço o aparte, nobre colega Deputado Antônio Júlio. Quero aqui dizer desse trabalho que seu grupo vem fazendo com pesquisas, estudos, levantamentos e denúncias sobre a nova mina que a MBR está querendo implantar em Nova Lima. Isso é necessário. Esse é o nosso papel neste parlamento. Parablenizo todos nós que estamos empenhados, porque a bandeira que temos de carregar sempre é a defesa do povo. Estamos colocados aqui pela maioria absoluta do povo de Minas Gerais. Não fosse a intervenção das citações aqui expostas, talvez já estivessem derrubando ou atropelando tudo. O que interessa é que a Assembléia levantou essa questão, cobrando uma reflexão maior. Queremos o desenvolvimento econômico do Estado e da cidade de Nova Lima, mais empregos para a população e que o Brasil exporte cada vez mais, mas dentro de um trabalho sustentável. Hoje, a grande palavra usada em tudo, principalmente em se tratando de alguma coisa que possa alterar o meio ambiente, é desenvolvimento sustentável. Diz-se sustentável de tudo que pode gerar economia positiva sem agredir a natureza, principalmente os mananciais.

Venho dar esse testemunho de que, com essa chamada a uma nova reflexão, a pesar e a medir tudo o que já foi feito e que ainda deverá ser feito relativamente à implantação dessa mina que a MBR está querendo, haja realmente uma reavaliação justa e equilibrada. Que venha o desenvolvimento, mais emprego, mas que o meio ambiente não seja agredido, que não seja tirada a capacidade das águas que nutrem e alimentam o povo da grande Belo Horizonte.

Quero parabenizar todos. Vejo que a linha deve ser essa que vocês estão tomando. Nada de discriminar, de querer prejudicar qualquer coisa, querer impedir o desenvolvimento da empresa, de Nova Lima ou Belo Horizonte com relação à arrecadação, mas que seja um desenvolvimento sustentável. Queremos deixar nosso testemunho positivo, parabenizando V. Exa. e todo o grupo que nos chamou a essa reflexão. Não conhecia o assunto em profundidade, passei a estudá-lo e a analisá-lo mais, para acompanhar todo esse trabalho que vem sendo feito por todos os parlamentares que se interessaram por Capão Xavier, e principalmente pelas questões que dizem respeito à ameaça de agressão aos mananciais de Belo Horizonte. Parabéns a V. Exa. por esse pronunciamento, que mais uma vez nos leva à reflexão sobre o que realmente é o melhor para Belo Horizonte, Minas Gerais e todo o Brasil.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Antônio Júlio. Não tive o prazer de ouvir o pronunciamento de V. Exa. desde o início, uma vez que estava na Comissão de Educação, onde acabamos de aprovar um requerimento de nossa autoria propondo ao Governador que conceda o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais a D. Luciano Mendes de Almeida, mas, em poucos minutos, pude perceber e acompanhar sua preocupação com o meio ambiente, particularmente em relação à Mina de Capão Xavier. Tenho acompanhado, Deputado Antônio Júlio, com muita atenção, seus pronunciamentos e os dos Deputados Adalclever Lopes, Leonardo Quintão e outros nesta Casa, que têm trazido uma reflexão mais profunda a todos os pares do Legislativo.

Quero dirigir-me a V. Exa. para tratar mais precisamente da Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de nossa autoria, que visa ao tombamento da serra da Moeda. O projeto, iniciado no ano passado e discutido em audiências públicas - o que não é comum -, contou com o apoio de nossos pares. Realizamos duas audiências públicas somente para inserir no texto constitucional, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o tombamento da serra da Moeda.

Percorremos todas as comissões e, com os interessados, realizamos audiência pública em Moeda. Embora a proposta tivesse estado em pauta várias vezes, por falta de quórum, não foi votada. Não me preocupo como o Deputado Adalclever Lopes, pois iremos votá-la. Nós, Deputados, estamos convictos de que há necessidade de se preservar o meio ambiente, garantia maior do ecossistema, especialmente a serra da Moeda, grande reserva natural. Associe-me a V. Exa., que, como os Deputados Adalclever Lopes e Leonardo Quintão, muito se preocupa com a Proposta de Emenda à Constituição nº 52. Conclamo todos para se conscientizarem da importância do tombamento da serra. Alguns Prefeitos não concordam conosco. Todavia, após a aprovação da proposta, esta será promulgada e, posteriormente, regulamentada em 360 dias.

O momento é oportuno para resgatar as nossas riquezas naturais e ambientais e garantir as reservas aos nossos filhos, netos e à história de Minas Gerais. As palavras trazidas por V. Exa. foram pronunciadas há 30 anos em Plenário. Estamos preocupados, pois precisamos pensar no futuro, já que Minas Gerais é considerada a caixa d'água do Brasil. Razão maior nos assistem essas garantias e discussões para que a sociedade participe ativamente, não obstante a ação de ONGs e de igrejas. O povo mineiro foi a causa de eu ter apresentado a Proposta de Emenda à Constituição nº 52, que, embasada na Constituição e no Regimento, tramita há um ano e meio nesta Casa. Portanto, não há motivo para não ser colocada em pauta, aprovada em 2º turno e, conseqüentemente, promulgada.

Parablenizo a brilhante exposição de V. Exa. Precisamos desenvolver uma política de alto nível e realizar uma discussão madura no seio da sociedade, para que ela conheça de perto os legítimos interesses do povo mineiro. Sinto-me feliz e, mais uma vez, conclamo todos os colegas para que essa proposta entre em pauta e seja brevemente aprovada.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado. V. Exa. poderá contar com a Bancada do PMDB, apesar de haver pressão externa para que a matéria não seja submetida a votação.

Quanto ao rebaixamento da serra do Curral, o Presidente da MBR confessa que haverá rebaixamento daqui a apenas cinco anos.

Trata-se do mesmo caso. Exploraram Capão Xavier "apenas 22 anos". Depois disso, deixarão um buraco, como fizeram com a serra do Curral, e irão embora. Ficaremos aqui, sofrendo as mazelas dessa forma inconseqüente de exploração dos minérios.

Não somos contra a exploração de minérios. Sabemos que ela agride o meio ambiente, e temos que conviver com parte dessa agressão, mas não da forma como se está impondo à população de Belo Horizonte desde 1949, especialmente no período de 1964 a 1975, e que volta agora, de forma agressiva, no caso de Capão Xavier.

Como o nosso prazo está se esgotando, Deputado Leonardo Quintão, e como V. Exa. gostaria de discorrer sobre um outro item, que é o

contrato entre a Rede Ferroviária Federal e a MBR, passo-lhe a palavra, a fim de que continue a ler o relatório apresentado em 1975 por uma CPI instalada nesta Casa. Deputado Ermano Batista, queríamos instalar uma CPI, mas não é necessário. O relatório já está pronto desde 1975, com todas as informações que estamos denunciando hoje. Trata-se de um relatório muito bem elaborado. O Deputado Leonardo Quintão fará sua leitura.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte) - Obrigado, Deputado Antônio Júlio.

Ao continuar a leitura, anuncio aos colegas da Casa, aos telespectadores da TV Assembléia, aos espectadores da galeria, que o que leremos aqui é a CPI instalada no ano de 1975, quando o povo de Minas Gerais, os brasileiros, o mundo começava a discutir, debater, seriamente, o meio ambiente e analisar a falta de água. Hoje, em Belo Horizonte, já estamos sentindo muito os efeitos desse estudo realizado em 1975.

Existem estudos, nobres Deputados, dando conta de que mais de mil nascentes já secaram em torno de Belo Horizonte, reflexo de invasões, especulações imobiliárias e, como relata essa CPI, da mineração indiscriminada, fora da lei, imoral e, se depender da Assembléia Legislativa, inconstitucional. (- Lê:)

"D) O contrato entre a Rede Ferroviária Federal e a MBR

Este é um dos tópicos mais sérios e mais graves de todo o problema. Muito embora não nos tenha sido encaminhado o contrato entre a RFF e a MBR, ainda assim os dados de que dispomos no processo são mais do que suficientes para uma análise justa do assunto.

Examinemos, desde o início, tudo o que ocorreu e ocorre, com sérios e graves prejuízos para o órgão federal.

Pela Recomendação Interministerial nº 50/68, para que se implantasse no Brasil um programa integrado de mineração e siderurgia, a RFF construiria o Terminal de Sepetiba, para uso exclusivo da MBR, já que os mineradores privados do vale do Paraopeba, para dele se utilizarem, dependeriam de sua autorização."

Aqui está uma grande vergonha, nobre Deputado Rogério Correia, presente, agora, para apartear. (- Lê.)

"Em virtude de divergências sobre o valor do frete, surgiram óbices que resultaram na Recomendação Interministerial nº 74/70.

A Rede Ferroviária, para atender ao contrato celebrado com a MBR, promoveu não apenas melhorias na linha Belo Horizonte-Rio, mas ainda construiu o ramal para Águas Claras, com 22km, e a ligação Japeri-Brisamar, com 32km, dispensando, segundo informações obtidas, Cr\$1.247.074.000,00, da época."

Deputado Doutor Viana, agora nosso aliado nessa guerra, terei a hombridade de ir ao seu gabinete e, se possível, gastar uma manhã ou até mesmo um dia, para mostrar-lhe o processo vergonhoso instalado em Minas Gerais, por meio do poder econômico da MBR, para destruir a harmonia do meio ambiente de Capão Xavier e o abastecimento de água de Belo Horizonte.

V. Exa. sabiamente decidiu unir-se à luta pela proteção das águas de Belo Horizonte. Conheço sua preocupação com a nossa cidade, pela qual adquiriu grande carinho. Lembro-me de que, quando V. Exa. foi eleito Deputado Estadual, a cidade cedeu-lhe 4 mil votos, e iniciou um trabalho também em Belo Horizonte.

Parabéns por se engajar nessa batalha. Poderão tentar calar nossa boca, mas, graças a Deus, a democracia permite-nos subir à tribuna e falar livremente em defesa do povo brasileiro e mineiro, no caso, especificamente, dos belo-horizontinos, que serão os mais atingidos.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Leonardo Quintão, parabeno-o pela intervenção. Encontrava-me ausente do Plenário, mas estava em meu gabinete e assisti ao debate pela TV Assembléia, que o transmite ao vivo.

Acompanho com atenção - não apenas eu, mas o PT - por meio da Comissão de Meio Ambiente, cuja Presidente é a Deputada Maria José Haueisen, os desdobramentos das denúncias e o embate travado pelo PMDB, com o nosso apoio, nessa questão da MBR, notadamente a de Capão Xavier. A situação preocupa-nos muito. Felizmente, duas liminares foram concedidas: uma na Justiça Federal, e outra aqui, que nos mostram a necessidade do debate. Portanto, a pressa da MBR foi retida pela justiça, e o debate se apresenta como necessário. Por isso continuaremos debatendo o assunto nesta Assembléia.

Parabeno V. Exa. e o PMDB por encarar essa importante luta em favor do meio ambiente de Belo Horizonte, com repercussões evidentes para o Estado.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte) - Obrigado, Deputado Rogério Correia, Líder da Bancada do PT. É muito importante o apoio e a atenção de V. Exa., que foi Vereador em Belo Horizonte e nutre grande carinho pela nossa querida Belo Horizonte.

Continuarei a leitura do relatório da CPI, de 1975, contra os abusos acarretados ao Estado pela empresa MBR. (- Lê:)

"Não somente isso. Obrigou-se, mediante uma tarifa prioritária, ao transporte de carga de minério para a MBR, em volume superior àquele que, em condições normais, teria facultado de efetuar."

E, não o fazendo, vem pagando pesadas multas à MBR pelo não transporte desse minério, com frete aquém do custo real."

Que vergonha subsidiar uma empresa particular, pagando multas para contribuir com o seu poder econômico. Deputadas, Deputados, telespectadores da TV Assembléia, Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Zé Maia, companheiro e amigo desta Casa, está escrito aqui no relatório da CPI. Naquela época, houve homens leais ao povo de Minas Gerais. Nesse relatório, tiveram a coragem de acusar claramente o que foi feito a uma empresa particular pelo subsídio do Governo Federal.

"Para atender a este malsinado contrato, a RFF, por meio de seu Sistema Operacional Centro, causou prejuízos não-somente a ela, mas também aos mineradores privados do vale do Paraopeba e também a toda a população de Minas Gerais. Senão, vejamos:

1) Quanto aos mineradores privados do vale do Paraopeba, seu prejuízo é indiscutível. O transporte do minério de ferro se faz para o Terminal de Sepetiba e para o Porto do Rio. Pelo Decreto nº 55.282, em seu art. 7º, a capacidade do Porto do Rio foi fixada em 3.000.000t, sendo dada

a ele preferência 'para os mineradores e exportadores que não tenham condições para construir embarcadouros próprios'.

A RFF exportou para o Porto do Rio, em 1974, 2.416.000t, ou seja, a média mensal de 200.000t, mas a metade para a MBR, muito embora o Decreto nº 55.282 dava preferência, em seu art.7º, aos demais mineradores e exportadores, que não tinham embarcadouros próprios, como ocorre com a MBR, que desfruta do Terminal de Sepetiba. E os nossos mineradores e exportadores possuem capacidade para exportar pelo porto do Rio de Janeiro total bem superior a que lhe vem sendo reservada pela RFF, conforme informação do Sr. Carlos Roberto Newlands, Presidente das Empresas de Mineração Esperança, anexadas ao processo."

Senhoras e senhores, devemos prestar atenção neste relatório. Deputado Antônio Júlio, ele demonstra o poderio econômico da empresa MBR em cima de um órgão federal, que passou por cima de leis, de decretos, de pequenos mineradores que dependiam do apoio do Governo Federal, na época da RFF, para exportar também a sua mineração.

Parabenizo o Deputado Chico Simões, que presta muita atenção na minha fala. É muito importante a sua contribuição nesse processo.

Leio novamente o nº 1: "Quanto aos mineradores privados do vale do Paraopeba, seu prejuízo é indiscutível." É importante analisarmos essa parte e a força econômica que essa empresa exerceu, naquela época, para obter o seu lucro em cima de outras empresas e de um órgão federal.

"Mais ainda, para atender à MBR, a RFF, que anteriormente transportava para o Porto do Rio a média de 331.000t mensais, reduziu para 200.000t mensais, passando, porém, a transportar para Sepetiba a média de 531.000t mensais, como ocorreu em 1974.

"E qual seria a vantagem para a RFF? Nenhuma, já que o frete fixado para a MBR, em fevereiro, era de 22,58 para Sepetiba, enquanto para o Porto do Rio, para as demais mineradoras, atinge a cifra de 36,00 por tonelada."

Ou seja, para uma empresa de grande porte, cobrava-se CR\$22,58 na época. Mas, para uma empresa que não tinha um "lobby" forte, que não tinha controle governamental, pagou-se 50% a mais por tonelada. Está aqui no relatório desta CPI, não são minhas palavras. Tudo de acordo com informações do Presidente da EME, já mencionadas.

"Assim, o frete para Sepetiba é bem menor do que para o Porto do Rio. E os nossos pequenos e médios exportadores tiveram seu prejuízo pela diminuição de suas exportações, por falta de transporte.

2) Prejuízos para a população de Minas Gerais. A população de Minas Gerais perdeu o seu transporte ferroviário na linha Belo Horizonte-Rio. A linha Belo Horizonte-Rio não estava aparelhada para o transporte desta envergadura; daí, a ocorrência de acidentes e descarrilamentos. Para tanto, suprimiu-se, desde logo, o diurno Belo Horizonte-Rio e o noturno de madeira, permanecendo, naquela época, apenas o noturno de luxo, denominado Vera Cruz.

A partir de julho de 1974, a RFF passou a transportar o minério de ferro para a MBR, através de quatro trens diários, com 70 vagões. Até março de 1974, quando seu contrato estipulava o transporte de 3.000.000t, transportou somente 1.793.237t, apresentando um déficit.

Em março de 1974, para diminuir este déficit, sobre o qual, segundo informações, paga pesadas multas à MBR, a RFF suprimiu o último trem Belo Horizonte-Rio, o Vera Cruz, diminuindo seu déficit, em dezembro, para 339.793t."

A RFF, pagando sérias multas, demonstra uma péssima administração na época! Pagando multas, mas com toda uma rede própria!

"Assim, a linha Belo Horizonte-Rio, hoje em dia, faz quase que exclusivamente o transporte de minério para satisfazer o contrato com a MBR.

É evidente o prejuízo para a população de Minas Gerais, com a perda do seu transporte ferroviário na linha Belo Horizonte-Rio.

3) Prejuízos para a RFF. Estes são inegáveis. Não somente a RFF despendeu vultosa importância para atender à execução do contrato com a MBR, com a construção do ramal de Águas Claras e a ligação Japeri-Brisamar."

E o que dizer do frete pago pela MBR?

Vamos iniciar pelo depoimento do Presidente da MBR no que diz respeito ao frete. O frete de fevereiro, em seus últimos dez dias, foi de Cr\$28,32. Os fretes são calculados para dez dias. Se tomarmos o frete de minério de ferro para a distância que temos de Águas Claras ao terminal, com a tarifa EM, tarifa de minério de ferro, para 626 a 650km, utilizando dados de março, teríamos o frete de Cr\$37,54".

Diria que é um belo subsídio dado à empresa MBR pela Rede Ferroviária Federal.

"Esse frete, para a mesma distância, é o frete que pagaria a qualquer minerador para um vagão lotado, para a distância de 640km. Se tomarmos o frete de Cr\$37,54, com o desconto a que tem direito qualquer usuário da Rede, que tem equipamento para carga e descarga rápida, como é o nosso caso, teríamos um frete de Cr\$33,79. A diferença entre esse frete e aquele calculado para fevereiro é de Cr\$5,36. Temos, assim, essa diferença para uma empresa que opera, garantindo 12.000.000t por ano, em longo prazo, operando com trens unitários.

Inicialmente, de acordo com as faturas apresentadas pela MBR, em fevereiro, o frete por ela pago era de Cr\$22,58, e não de Cr\$28,43". Está aqui uma contestação da CPI à informação dada pela MBR. Trata-se de uma grande diferença.

"Se o minerador, com condições de carga e descarga rápidas, como é o caso da MBR, deveria pagar Cr\$33,79, já descontados os 10% da tarifa normal, por que ainda um desconto de Cr\$5,36 por tonelada? Garantia de transporte?". Assim pergunta a CPI.

"Os nossos mineradores privados clamam pela Rede Ferroviária Federal. Por outro lado, a RFF teria condições de operar, concedendo, além dos 10%, mais 16% de abatimento no frete para com a MBR?.

Segundo dados colhidos e que se encontram no processo, Deputado Zé Maia, o coeficiente de exploração do Sistema Regional Centro da RFF foi de Cr\$1,88, ou seja, para arrecadar Cr\$1,00, despendeu, em 1974, Deputada Jô Moraes, Cr\$1,88, arrecadando uma receita de Cr\$827.556.000,00 para uma despesa de Cr\$1.555.038.000,00, apresentando, assim, um déficit de Cr\$727.482.000,00, tudo conforme os dados constantes no processo. Logo, Deputado Antônio Júlio, para arrecadar Cr\$1,00, no caso desse belo contrato firmado com a empresa

MBR, a empresa gastava Cr\$1,88.

"Ora, se uma empresa estatal apresenta déficit em um de seus sistemas, poderia ela se dar ao luxo de conceder descontos extras para garantir transporte com tarifas prejudiciais? Nem mesmo a justa preocupação governamental de gerar divisas para o Brasil encontra aqui guarida para alicerçar esses prejuízos. Isso porque, como já se disse, o Brasil despende, com importação de aço, o dobro de divisas que recebe com a exportação de minério de ferro. Não se justifica, assim, esse tipo de exportação como fonte geradora de divisas.

Com a busca de política integrada de mineração e siderurgia, para manter as exportações do minério e diminuir a importação do aço, encontraríamos os alicerces do desenvolvimento que almejamos. Não há, pois, como negar os prejuízos para a Rede Ferroviária Federal.

E, para concluir esse aspecto, é interessante frisar um tópico do depoimento do Presidente da MBR, quando afirmou que sua empresa iria 'aproveitar linhas ociosas da Estrada de Ferro Central do Brasil'. Será que a linha Belo Horizonte-Rio seria ociosa e, por esse motivo, teriam sido suprimidos os trens diurno, noturno e Vera Cruz?". Assim pergunta a CPI.

Senhoras e senhores, Deputados, o próximo tópico é o "e". Iremos ocupar esta tribuna para continuarmos a leitura do relatório, que é muito extenso e exige mais reflexão.

Encerro minha fala, mas amanhã, se possível, Sr. Presidente, gostaria de ocupar esta tribuna, mais uma vez, para ler esse tópico "e" , que aborda o contrato entre a MBR e a FERROBEL.

Passo a palavra ao Deputado Antônio Júlio, para que continue lendo o tópico "e" dessa CPI de 1975.

O Deputado Antônio Júlio*- Já falamos sobre a Ferrobela, empresa municipal que pertencia à Prefeitura de Belo Horizonte.

No relatório constava, na letra "e", que é o contrato entre a MBR e a Ferrobela. (- Lê:)

"Apenas vendemos minério", afirmou o Dr. Oswaldo Pierucetti, então Prefeito de Belo Horizonte, a essa Comissão. Por isso, o resto, nada mais lhe interessou."

Então, também o Dr. Oswaldo Pierucetti contribuiu muito para que a serra do Curral fosse destruída, como foi, porque, para ele, vender o minério era mais importante que preservar a vida dos cidadãos de Belo Horizonte.

"A Ferrobela, criada pela Lei nº 898, de 30/10/61, sob a forma de sociedade anônima, teve, por escopo, preservar o patrimônio municipal. Funcionou de 1962 a 1968, ininterruptamente. De agosto de 1968 a dezembro de 1970, esteve com suas atividades paralisadas, celebrando-se, então, com a Companhia de Mineração Novalimense, contrato para a exploração da jazida, da qual era titular, com uma taxa de 2.00" - não sei se é real - "por tonelada." Estamos aqui lendo o relatório da CPI.

"Vencido o primeiro contrato, foi o mesmo renovado, percebendo, então, a Ferrobela, o equivalente a 0,30 centavos de dólar por tonelada.

Os lucros auferidos pela Ferrobela, ainda segundo sua informação" - está aqui no relatório - "estão sendo aplicados em depósito a prazo fixo, vencendo juros e correção monetária. Essa a situação atual." Dizia o relatório de 1975.

"O arrendamento processou-se sem aprovação da assembléia geral, conforme depoimento do então Prefeito, Dr. Oswaldo Pierucetti. 'Não houve autorização da assembléia da Ferrobela para a transferência da jazida para a MBR, porque a Prefeitura tem 70% das ações.'

A finalidade dos lucros da Ferrobela, ainda de acordo com a sua constituição, seria, de conformidade com o art. 6º da Lei nº 858, de 30/10/61, a de: vincular-se os 'royalties' e dividendos ao orçamento municipal, aplicando-os em água, esgoto, etc.

Isso não ocorre, já que os mesmos estão sendo aplicados em depósitos a prazo fixo, com juros e correção monetária, conforme ofício da Ferrobela anexado ao processo.

A Ferrobela, instituída com uma finalidade, passou a ser mera revendedora de minério, na expressão do Dr. Oswaldo Pierucetti, o que, sinceramente, lastimamos".

Falaremos agora sobre a destruição da fauna, segundo o relatório: "A Comissão ouviu o Dr. Mário Viegas, Presidente da Sociedade Ornitológica Mineira, sobre o assunto.

Afirmou S. Exa. que, desde 1971, a Sociedade que preside vem lutando, tenazmente, contra o desmatamento da mata do Jambreiro, chegando a formular denúncia ao IEF, e, em certa ocasião, assistiu à apreensão de ferramentas pelos guardas florestais.

O IBDF o aconselhou, segundo suas informações, ao tombamento, pelo SPEAN, da mata do Jambreiro, o que infelizmente não ocorreu.

Após afirmar a existência de espécies raras naquela mata e o risco atual de sua extinção, o Dr. Mário Viegas assim se pronunciou: 'As atividades da MBR são altamente prejudiciais aos interesses da flora e da fauna alada'.

Também o Dr. Afonso Paulino se manifestou no mesmo sentido.

Ao que tudo indica, pelos dados colhidos no processo, existem realmente prejuízos para a fauna, com o desmatamento da mata do Jambreiro.

Este, em resumo, o exame do processo, e com ele chegamos às seguintes conclusões".

Lerei agora as conclusões de CPI instalada nesta Casa em 1975: (- Lê:) "Do processo resulta, exuberantemente provado, que as atividades da MBR são altamente prejudiciais aos interesses de Minas e do Brasil."

Deputado Ermano Batista, no início das suas conclusões, o relatório do Deputado Luiz Bacarini diz o seguinte:

"Assim, entendo que esta Comissão deve sugerir à Assembléia Legislativa que promova, oficialmente, as seguintes medidas:

a) Denúncia, na forma do art. 106, do Decreto nº 62.934, de 2/7/69, perante o Ministério das Minas e Energia, requerendo a caducidade dos decretos de lavras explorados pela MBR, pelos seguintes motivos:

1) Por serem suas atividades altamente prejudiciais aos interesses do Brasil. Realmente, a almejada política integrada de mineração e siderurgia, planejada pelo saudoso Presidente Castello Branco, foi abandonada pela MBR, que passou a exercer em Minas atividade única e exclusiva de exportação de minério de ferro.

Nem mesmo, segundo informou o Sr. Presidente da MBR de que o projeto seria implantado em três etapas: a primeira e segunda de mineração e pelotização e a terceira de siderurgia, no qual as duas primeiras seriam logo postas em prática, teve sua execução". Na época, fizeram a promessa, mas não cumpriram.

"A MBR se restringiu à primeira - a única que lhe interessava, mas não interessava ao Brasil - de exportação pura e simples do minério.

A alegação do Presidente da MBR de que é necessário aumentar as exportações a todo custo, qualquer que seja ela, a fim de gerar divisas, na espécie - a de minério - é improcedente, pois é sabido que o Brasil despense o dobro de divisas com a importação de aço do que percebe com a exportação de minério. O Brasil paga muito mais para importar o aço do que recebe com os recursos da exportação.

"2) Porque sua atividade contraria os interesses da segurança nacional.

Realmente - e isso o Prof. Osório da Rocha Diniz bem destacou -, o Brasil necessita, com urgência, promover a reserva de suas jazidas estratégicas, de fácil acesso, não somente para garantia da siderurgia nacional, no futuro, como ainda para os períodos de conturbações e convulsões mundiais.

Todos somos responsáveis pela segurança nacional, dispõe o art. 1º da Lei de Segurança Nacional - Decreto-lei nº 314, de 13/3/67.

É nosso dever defender nossas jazidas estratégicas. Não seria concebível que, esgotadas as reservas de fácil acesso, em períodos de convulsão mundial, nos vissemos obrigados a recorrer a jazidas nacionais localizadas na Amazônia - o que já acontece de forma equivocada - ou em outros pontos do interior brasileiro. Estas, sim, deveriam agora ser exploradas, reservando-se as melhores, estrategicamente, para a siderurgia nacional e para os momentos de conflagração internacional.

3) Por ser prejudicial aos interesses da Rede Ferroviária Federal.

Basta citar que, pelos dados colhidos, o Sistema Regional Centro da RFF, que serve a Minas, em 1974, para arrecadar Cr\$1,00 despendeu CR\$1,88. Além disso, estão fartamente comprovados, neste processo, e demonstrados no presente relatório todos os prejuízos para a RFF em virtude de seu contrato com a MBR.

4) Prejudicial à população e ao Estado de Minas Gerais.

Não há como negar que a população de Minas se viu privada, em virtude do contrato MBR-RFF, da utilização da linha ferroviária Belo Horizonte-Rio. Suprimiu-se o diurno, logo após o noturno de madeira e, finalmente, o noturno de luxo, denominado Vera Cruz, para que a Rede pudesse diminuir o déficit no transporte de minério de ferro e atender a MBR sob pena de, assim agindo, pagar a ela, MBR, pesadas multas.

E para Minas Gerais? O que recebe o nosso Estado? A título de imposto único sobre minério, em 1974, apenas recebeu CR\$113.000.000,00, o equivalente a 2% da sua receita geral.

Dia a dia, com o aumento das exportações, mais remotas, também, vão ficando as esperanças dos mineiros de aqui se localizar o pólo siderúrgico.

A MBR está longe, pelo que se verifica, de iniciar a segunda etapa prometida de seu projeto, ou seja, a pelotização, quanto mais a terceira, de siderurgia.

5) Por infração do disposto nos itens IX, XI e XII do art. 54, do Decreto nº 62.934, que regulamentou o Código de Minas, que reza:

IX- promover a segurança e a salubridade das habitações existentes no local;

XI - evitar a poluição do ar, ou da água, resultante dos trabalhos de mineração;

XII - proteger e conservar as fontes de água, bem como utilizá-las segundo os preceitos técnicos, quando se tratar de jazidas da classe VIII.

Está fartamente provado que as atividades da MBR provocaram a poluição da água no Município de Nova Lima, e o seu Prefeito de então, hoje falecido, Ruben Costa Lima, confessa: Infelizmente, todos os mananciais que servem à Nova Lima estão poluídos.

Seu trabalho também prejudicou o córrego do Massena, durante as chuvas, pondo em risco, na época, a saúde de parte da população. Mais ainda, o Presidente da MBR não pode negar que, desrespeitando a autorização do Instituto Estadual de Florestas, desmatou, na mata do Jambreiro, as margens de curso de rio. Todas essas informações foram analisadas amplamente neste relatório". Não respeitaram nem as normas legais.

B) "Que a Assembléia promova, de imediato, o tombamento da mata do Jambreiro e da área que vai da crista da serra do Curral até o pico de Belo Horizonte.

C) Que a Assembléia promova entendimentos com o Chefe do Executivo mineiro, visando à criação de uma Secretaria de Minas, Pedras e Metais Preciosos.

D) Finalmente, que a Assembléia de Minas Gerais, independentemente da medida constante da letra "A", determine a sua assessoria jurídica o estudo imediato sobre o cabimento da propositura de uma ação popular para a defesa dos interesses do nosso Estado contra as atividades prejudiciais das Minerações Brasileiras Reunidas"

Deputados, Deputadas, aqueles que nos ouvem e nos vêem, este é o relatório apresentado em 1975, que dispõe justamente sobre o que estamos questionando no projeto de Capão Xavier. Em 1975, a MBR teve de prestar depoimento perante CPI desta Casa, presidida pelo Deputado Gerardo Renault, quando foi apurado o que essa empresa fez com Minas Gerais e com o Brasil. A partir do momento em que a MBR começou a causar prejuízo à Rede Ferroviária Federal, que sempre subsidiou o seu transporte, causou enormes prejuízos ao nosso País, dono da MBR. Esse é o nosso levantamento.

Sr. Presidente, a Comissão sugere que esta Assembléia tome posicionamento. O nosso partido, PMDB, por meio de ação popular, subscrita por mim e pelo Deputado Adalclever Lopes, ingressou na Justiça Federal para impedir a exploração e a continuação do projeto da mina de Capão Xavier. Felizmente as coisas estão paradas. Ontem, cancelaram mais uma liminar na justiça de Minas. Não estamos entendendo o porquê desse vai-e-vem da justiça mineira. Sabemos da pressão do poder econômico, da FIEMG, do Governo e da própria empresa sobre os que lutam, não para impedir, mas para entender esse projeto, que será altamente prejudicial ao povo e aos interesses de Minas Gerais.

Por que não são exploradas as minas mais difíceis? Querem explorar justamente as de maior facilidade. Sabemos que a mina de Capão Xavier é a melhor de Belo Horizonte, possuindo maior teor de ferro e atendendo aos interesses da MBR. Essa empresa dizia que, em apenas cinco anos, rebaixaria até a serra do Curral. Em Capão Xavier, serão 22 anos, quando deixarão cratera de 22m de profundidade. Como sabemos, Capão Xavier é a última mina que interessa à MBR no entorno de Belo Horizonte.

Fica aqui o nosso agradecimento ao Sr. Presidente, Deputado Dilzon Melo, por ter deixado o nosso tempo passar um pouco do autorizado pelo Presidente anterior, Deputado Luiz Fernando Faria, para que pudéssemos ler esse relatório e discutir Capão Xavier.

Esperamos que a Justiça Federal e a de Minas recebam o relatório de 1975, para que possam entender o que estamos questionando. Volto a repetir: entendemos que a mineração é degradante, mas necessária ao desenvolvimento do Brasil. Entretanto, tem de cumprir objetivo maior, o que não está fazendo. Deputado Dilzon Melo, V. Exa. estava nesta Casa quando aprovamos projeto de lei que impedia exploração minerária nos mananciais de água. A COPAM e a FEAM não levaram em consideração essa lei, que está em vigor. Os nossos órgãos ambientalistas, se assim podemos dizer, não a respeitaram. Esse é um dos pontos em que estamos batendo insistentemente em nossas ações: o cumprimento da lei estadual.

Em nome do PMDB e dos companheiros que assinam nossa ação popular, fica aqui registrada mais uma fala deste Deputado, para que possamos continuar a discussão. Esperamos que todos os Deputados desta Casa participem dessa luta. Não queremos impedir a mineração, mas que seja clara em seu projeto, como não foi, tanto em 1975 como agora. Falamos isso baseados em documentos apresentados por esta Casa naquele ano.

Sr. Presidente, mais uma vez, agradecemos a tolerância de V. Exa. para que pudéssemos transpor o tempo autorizado. Tenho certeza de que esta Casa ainda acordará para essa matéria tão importante.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Leonídio Bouças, matrícula 7769-0, no período de 22 a 26/4/2004.

Mesa da Assembléia, 12 de março de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2004

Objeto: aquisição de copos descartáveis. Licitante vencedora: ADRILUR Comércio de Produtos de Limpeza e Descartáveis Ltda. (lotes 1 e 2.)

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO (Reedição)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2004

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço global por lote, tendo por finalidade a aquisição de materiais de informática.

O início da sessão de disputa de preços será às 14h30min do dia 4/5/2004, para os lotes 1 a 6. Findada a disputa para o lote 6, a sessão pública será suspensa pelo pregoeiro e reaberta no dia 5/5/2004, a partir das 14h15min, para a disputa de preços dos lotes 7 a 12. Findada a disputa para o lote 12, a sessão pública será suspensa pelo pregoeiro e reaberta no dia 6/5/2004, a partir das 14h15min, para a disputa de preços dos lotes 13 a 18.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, por meio eletrônico. Nesse último caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2004.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

ERRATAS

PROJETO DE LEI Nº 1.335/2003

Na publicação da errata da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/3/2004, na pág. 74, col. 1, substituam-se as Tabelas 3.1 e 3.2 do Anexo III pelas que se seguem:

3.1- Quantitativo de Cargos Resultantes de Efetivação pela Emenda Constitucional nº 49/2001 e Funções Públicas Não Efetivadas do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Órgão	Carreira	Quantitativo
Instituto Mineiro de Agropecuária	Fiscal Agropecuário	103
	Fiscal Assistente Agropecuário	127
	Especialista em Gestão de Defesa Agropecuária	10
	Assistente em Gestão de Defesa Agropecuária	39
	Auxiliar Operacional	140
	TOTAL	419

3.2- Quantitativo de Cargos Resultantes de Efetivação pela Emenda nº 49/2001 e Funções Públicas Não Efetivadas da Fundação Rural Mineira - RURALMINAS e do Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER

Entidade	Carreira	Quantidade
Fundação Rural Mineira - RURALMINAS	Auxiliar em Desenvolvimento Rural	20
	Técnico em Desenvolvimento Rural	15
	Analista em Desenvolvimento Rural	13
	TOTAL	48

PROJETO DE LEI Nº 1.336/2003

Na publicação da errata da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/3/2004, na pág. 74, col. 1, no art. 2º, I, "a", após o item 3, acrescentem-se os seguintes itens:

"4 - gestão de recursos hídricos;

5 - conservação da biodiversidade e desenvolvimento florestal;"

No mesmo projeto, na pág. 74, col. 1, no art. 2º, II, substituam-se as letras "e" e "f" pelas que se seguem e acrescente-se a seguinte letra "g":

"e) conservação dos ecossistemas, da flora, da fauna, incluindo a administração das unidades de conservação;

f) manejo florestal e silvicultura;

g) estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambiental.".

No mesmo projeto, na pág. 74, col. 1, no art. 2º, IV, onde se lê:

"Sistema Estadual de Meio Ambiente", leia-se:

"Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.".

No mesmo projeto, na pág. 74, col. 2, no parágrafo único do art. 4º, onde se lê:

"Sistema Estadual de Meio Ambiente", leia-se:

"Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.".

No mesmo projeto, na pág. 75, col. 2, substitua-se a tabela do Anexo III pela que se segue:

Órgão	Carreira	Quantitativo
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Gestor Ambiental	07
	Analista Ambiental	191
	Técnico Ambiental	123
	Auxiliar Ambiental	248
TOTAL		569

PROJETO DE LEI Nº 1.338/2003

Na publicação da errata da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/3/2004, na pág. 79, substitua-se a Tabela II.A do Anexo II pela que se segue:

II.A - Tabela de Correlação das Carreiras do IPSEMG

Situação atual		Situação nova	
Classe	Nível de escolaridade da classe	Carreira/ cargo	Nível de escolaridade dos níveis da carreira
Atendente de Consultório Dentário	4ª série do ensino fundamental	Auxiliar de Seguridade Social	Nível I: 4ª série do Ensino Fundamental
Atendente de Enfermagem	4ª série do ensino fundamental		Nível II: 4ª série do Ensino Fundamental
Auxiliar de Bombeiro	4ª série do ensino fundamental		Nível III: Fundamental
Auxiliar de Serviços Administrativos	4ª série do ensino fundamental		Nível IV: Fundamental
			Nível V: Intermediário
			Nível VI: Intermediário

Auxiliar de Serviços Gerais	4ª série do ensino fundamental		
Auxiliar de Serviços Hospitalares e Odontológicos	4ª série do ensino fundamental		
Costureiro	4ª série do ensino fundamental		
Cozinheiro	4ª série do ensino fundamental		
Garçom	4ª série do ensino fundamental		
Motorista	4ª série do ensino fundamental		
Porteiro	4ª série do ensino fundamental		
Servente	4ª série do ensino fundamental		
Auxiliar de Laboratório	Fundamental		
Auxiliar de Almozarife	Fundamental		
Auxiliar de Enfermagem	Fundamental		
Auxiliar de Escritório	Fundamental		
Auxiliar de Fisioterapia	Fundamental	Auxiliar de de Seguridade Social	Nível I: 4ª Série do Ensino Fundamental
Bombeiro	Fundamental		Nível II: 4ª Série do Ensino Fundamental
Caldeireiro	Fundamental		Nível III: Fundamental
Chaveiro	Fundamental		Nível IV: Fundamental
Datilógrafo	Fundamental		Nível V: Intermediário
Desenhista Projetista	Fundamental		Nível VI: Intermediário
Eletricista	Fundamental		
Escriturário	Fundamental		
Estofador	Fundamental		
Ferramenteiro	Fundamental		
Marceneiro	Fundamental		
Operador de Câmara Escura	Fundamental		

Operador de Eletrocardiógrafo	Fundamental		
Operador de Eletroencefalógrafo	Fundamental		
Pintor	Fundamental		
Recepcionista	Fundamental		
Reparador de Equipamentos e Instalações	Fundamental		
Serralheiro	Fundamental		
Supervisor Técnico de Máquina de Escritório	Fundamental		
Técnico de Manutenção	Fundamental		
Técnico de Prótese Dentária	Fundamental		
Técnico em Máquina de Escrever	Fundamental		
Auxiliar de Saúde	Fundamental		
Telefonista	Fundamental		
Agente Administrativo	Intermediário	Técnico de Segurança Social	Nível I: Intermediário
Almoxarife	Intermediário		Nível II: Intermediário
Assistente Administrativo	Intermediário		Nível III: Intermediário
Assistente de Administração	Intermediário		Nível IV: Superior
Caixa	Intermediário		Nível V: Superior
Chefe da Manutenção	Intermediário		Nível VI: Superior
Chefe da Seção de Compras	Intermediário		
Desenhista	Intermediário		
Encarregado de Obras	Intermediário		
Encarregado do Depto de Pessoal	Intermediário		
Mestre de Obras	Intermediário		
Secretária	Intermediário		
Técnico de Arquivo	Intermediário		

Técnico de Contabilidade	Intermediário		
Técnico de Enfermagem	Intermediário		
Técnico de Estatística	Intermediário		
Técnico de Microfilmagem	Intermediário		
Técnico de Nutrição e Dietética	Intermediário		
Técnico de Patologia Clínica	Intermediário		
Técnico de Radiologia	Intermediário		
Técnico de Segurança no Trabalho	Intermediário		
Administrador	Superior		
Analista de Saúde	Superior		
Arquiteto	Superior		
Assistente Social	Superior		
Auditor	Superior		
Bibliotecário	Superior		Nível I: Superior
Bioquímico	Superior		Nível II: Superior
Comunicador Social	Superior		Nível III: Superior
Contador	Superior		Nível IV: Pós-Graduação lato sensu ou stricto sensu
Economista	Superior		Nível V: Pós-Graduação lato sensu pu stricto sensu
Enfermeiro	Superior		Nível VI: Pós-Graduação stricto sensu
Engenheiro	Superior		
Estatístico	Superior		
Farmacêutico	Superior		
Fisioterapeuta	Superior		
Fonoaudiólogo	Superior		
Nutricionista	Superior		
		Analista de Segurança Social	

Profissional de Ciências da Computação	Superior		
Profissional de Ciências Humanas e Sociais	Superior		
Psicólogo	Superior		
Secretário Executivo	Superior		
Terapeuta Ocupacional	Superior		
Cirurgião Dentista	Superior		
Médico	Superior		

PROJETO DE LEI Nº 1.339/2003

Na publicação da errata da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/3/2004, na pág. 80, col. 2, no nível IV, grau C da Tabela I-6, onde se lê:

"ImVC", leia-se:

"IVC".

PROJETO DE LEI Nº 1.340/2003

Na publicação da errata da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/3/2004, na pág. 82, col. 2, substitua-se a tabela do Anexo III pela que se segue:

Órgão	Carreira	Quantitativo
Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia	Auxiliar em Atividades de Ciência e Tecnologia	58
	Técnico em Atividades de Ciência e Tecnologia	127
	Gestor em Ciência e Tecnologia	34
	Pesquisador em Ciência e Tecnologia	126
Total		345"

PROJETO DE LEI Nº 1.341/2003

Na publicação da errata da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/3/2004, nas págs. 83 e 84, col. 2 e 1, respectivamente, substituam-se, no Anexo I, as tabelas de estrutura das carreiras de Auxiliar de Cultura, Professor de Arte e Restauo, Músico Cantor, Analista de Gestão, Proteção e Restauo, Técnico de Gestão, Proteção e Restauo e Auxiliar de Gestão, Proteção e Restauo pelas que se seguem:

Estrutura da Carreira de Auxiliar de Cultura

Jornada de trabalho: 30 ou 40 horas por semana

Nível	Quantitativo	Nível de	Grau
-------	--------------	----------	------

				B	C	D			G	H				
V	"Lato sensu" ou "stricto sensu"		VA	VB	VC	VD	VE	VF	VG	VH	VI	VJ	VL	VM

1.4 - Estrutura das Carreiras do IEPHA

Estrutura da Carreira de Analista de Gestão, Proteção e Restauro

Jornada de trabalho de 30 horas por semana

Nível	Nível de escolaridade	Quantidade	Grau											
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J		
I	Superior	49	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ		
II	Superior		IIA	IIB	IIC	IID	II E	II F	II G	II H	II I	II J		
III	Superior		IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ		
IV	"Lato sensu" ou "stricto sensu"		IV A	IV B	IV C	IV D	IV E	IV F	IV G	IV H	IV I	IV J		
V	"Stricto sensu"		VA	VB	VC	VD	VE	VF		VH	VI	VJ		

Estrutura da Carreira de Técnico de Gestão, Proteção e Restauro

Jornada de trabalho de 30 horas por semana

Nível	Nível de escolaridade	Quantidade	Grau											
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J		
I	Intermediário	46	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ		
II	Intermediário		IIA	IIB	IIC	IID	II E	II F	II G	II H	II I	II J		
III	Intermediário		IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ		
IV	Intermediário		IV A	IV B	IV C	IV D	IV E	IV F	IV G	IV H	IV I	IV J		
V	Superior		VA	VB	VC	VD	VE	VF	VH	VH	VI	VJ		

Estrutura da Carreira de Auxiliar de Gestão, Proteção e Restauro

Jornada de trabalho de 30 horas por semana

Nível	Nível de escolaridade	Quantidade	Grau											
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J		
I	4ª série do ensino fundamental	02	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ		

II	4ª série do ensino fundamental		II A	II B	II C	II D	II E	II F	II G	II H	II I	II J
III	Fundamental		III A	III B	III C	III D	III E	III F	III G	III H	III I	III J
IV	Fundamental		IV A	IV B	IV C	IV D	IV E	IV F	IV G	IV H	IV I	IV J
V	Fundamental		V A	V B	V C	V D	V E	V F	V G	V H	V I	V J

PROJETO DE LEI Nº 1.342/2003

Na publicação da errata da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/3/2003, na pág. 86, col. 1, Anexo I, substitua-se a tabela de estrutura da carreira de Assistente de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento pela que se segue:

Carreira de Assistente de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento

Jornada de trabalho: 30 horas/semana

Nível	Nível de escolaridade	Quantidade	Grau														
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	Intermediário	1.048	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IL	IM	IN	IO	IP
II			IIA	IIB	IIC	IID	II E	II F	II G	II H	II I	II J	II L	II M	II N	II O	II P
III			IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ	IIIL	IIIM	IIIN	IIIO	IIIP
IV	Superior		IVA	IVB	IVC	IVD	IVE	IVF	IVG	IVH	IVI	IVJ	IVL	IVM	IVN	IVO	IVP
V			V A	V B	V C	V D	V E	V F	V G	V H	V I	V J	V L	V M	V N	V O	V P

No mesmo projeto, na pág. 87, col. 1, substitua-se a tabela de estrutura da carreira de Técnico em Desenvolvimento Econômico e Social pela que se segue:

Técnico em Desenvolvimento Econômico e Social

Jornada de trabalho: 40 horas/semana

Nível	Nível de escolaridade	Quantidade	Grau																																		
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N																						
I	Intermediário	27	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IL	IM	IN																						
II			IIA	IIB	IIC	IID	II E	II F	II G	II H	II I	II J	II L	II M	II N																						
III			IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ	IIIL	IIIM	IIIN																						
IV	Superior		IVA	IVB	IVC	IVD	IVE	IVF	IVG	IVH	IVI	IVJ	IVL	IVM	IVN																						
																	V	V A	V B	V C	V D	V E	V F	V G	V H	V I	V J	V L	V M	V N							

No mesmo projeto, na pág. 87, col. 2, substitua-se a Tabela II.3 do Anexo II pela que se segue:

II.3 - Tabela de Correlação das Carreiras do IPEM

Situação atual			Situação nova	
Classe	Entidade	Nível de escolaridade da classe	Carreira	Nível de escolaridade dos níveis da carreira
Agente de Administração, Ajudante de Serviços Gerais, Motorista, Oficial de Serviços Gerais e Telefonista.	IPEM	4ª série do ensino Fundamental/Fundamental	Auxiliar de Atividades Operacionais	4ª série do ensino Fundamental/ Fundamental/ Intermediário
Agente Metrologico		Fundamental	Auxiliar de Metrologia e Qualidade	Fundamental/ Intermediário
Auxiliar Administrativo e Técnico Administrativo.		Intermediário	Agente da Gestão Administrativa	Intermediário/ Superior
Técnico Metrologista.		Intermediário	Fiscal de Metrologia e Qualidade	Intermediário/ Superior
Analista da Administração e Analista de Apoio Técnico.		Superior	Analista da Gestão Administrativa	Superior/ Pós-Graduação Lato Sensu ou Pós-Graduação Stricto Sensu
Analista Metrologista e Químico.		Superior	Analista de Metrologia e Qualidade	Superior/ Pós-Graduação Lato Sensu ou Pós-Graduação Stricto Sensu

PROJETO DE LEI Nº 1.343/2003

Na publicação da errata da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/3/2004, na pág. 88, col. 2, no inciso V do art. 4º, acrescente-se a seguinte alínea:

"c) Gestor da Defensoria Pública."

No art. 19 do mesmo projeto, onde se lê:

"avaliações periódicas de desempenho satisfatórias", leia-se:

"avaliações periódicas de desempenho individual satisfatórias".

No mesmo projeto, na pág. 90, col. 1, substitua-se a tabela referente à carreira de Técnico Assistente de Polícia Civil pela que se segue:

Carreira de Técnico Assistente de Polícia Civil

Jornada de trabalho: 30 horas/semana

Nível	Nível de Escolaridade	Quantidade	Grau									
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
I	Intermediário		IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ

II	Intermediário	820	II A	II B	II C	II D	II E	II F	II G	II H	II I	II J
III	Intermediário		III A	III B	III C	III D	III E	III F	III G	III H	III I	III J
IV	Superior		IV A	IV B	IV C	IV D	IV E	IV F	IV G	IV H	IV I	IV J
Especial	Superior											

No mesmo projeto, na pág. 91, col. 1, substituíam-se as tabelas 2.3, 2.4 e 2.5 pelas que se seguem:

2.3 - Tabela de correlação das carreiras da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Situação Atual			Situação Nova	
Classe	Nível de Escolaridade da Classe	Órgão	Carreira	Nível de Escolaridade dos Níveis da Carreira
Analista de Saúde; Analista de Obras Públicas; Analista de Planejamento; Analista de Administração; Analista do Trabalho, da Assistência Social., da Criança e do Adolescente; Analista da Cultura; Analista da Justiça; Economista, Analista de Comunicação Social	Superior	Polícia Civil do Estado de Minas Gerais	1. Analista de Polícia Civil	I - Superior II - Superior III - Superior IV - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu" Especial: Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"
Auxiliar Administrativo; Técnico Administrativo; Auxiliar do Trabalho, da Assistência Social., da Criança e do Adolescente; Técnico de Comunicação Social; Auxiliar em Agropecuária; Assistente Técnico da Saúde; Técnico da Saúde; Técnico de Telecomunicações; Auxiliar de Administração; Técnico da Educação; Auxiliar de Educação; Laboratorista	Intermediário	Polícia Civil do Estado de Minas Gerais	• Técnico Assistente de Polícia Civil	I - Intermediário II - Intermediário III - Intermediário IV - Superior Especial: Superior
Ajudante de Serviços Gerais; Oficial de Serviços Gerais; Motorista; Serviçal; Contínuo Servente; Auxiliar de Zeladoria e Economato; Auxiliar de Serviços; Servente Escolar;	4ª Série do Ensino Fundamental	Polícia Civil do Estado de Minas Gerais	Auxiliar de Polícia Civil	I - 4ª Série do Ensino Fundamental II - 4ª Série do Ensino III - Fundamental IV - Fundamental

Auxiliar de Escritório; Agente de Comunicação Social; Datilógrafo Mecanógrafo; Orçamentista de Obras; Agente de Telecomunicações; Agente de Administração; Agente de Serviços de Manutenção; Telefonista; Agente da Saúde; Agente Gráfico;	Fundamental			Especial: Intermediário
---	-------------	--	--	----------------------------

2.4 - Tabela de correlação das carreiras da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Situação Atual			Situação Nova	
Classe	Nível de Escolaridade da Classe	Órgão	Carreira	Nível de Escolaridade dos Níveis da Carreira
Ajudante de Serviços Gerais; Oficial do Trabalho da Assistência Social da Criança e do Adolescente; Motorista	4ª série fundamental	PMMG	Auxiliar Administrativo da Polícia Militar	I - 4ª série do Ensino Fundamental II - 4ª série do Ensino Fundamental III - Ensino Fundamental IV - Intermediário V - Intermediário
Telefonista; Agente de Administração; Datilógrafo; Agente do Trabalho da Assistência Social da Criança e do Adolescente; Agente da Saúde	Fundamental			
Auxiliar Administrativo; Assistente Técnico da Saúde; Auxiliar de Administração; Técnico Administrativo; Técnico de Comunicação Social	Intermediário	PMMG	Assistente Administrativo da Polícia Militar	I - Intermediário II - Intermediário III - Intermediário IV - Superior V - Superior VI - Pós - graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"
Analista do Trabalho da Assistência Social da Criança e do Adolescente; Analista da Administração; Analista da Saúde	Superior	PMMG	Analista de Gestão da Polícia Militar	I - Superior II - Superior III - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu" IV - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu" V - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu" VI - Pós-graduação "stricto sensu"

P2, P3, P4, P5, P6	Superior de Graduação Plena	PMMG	Professor do Ensino Médio da Polícia Militar	<p>I - Superior/licenciatura</p> <p>II - Superior/licenciatura</p> <p>III - Superior /licenciatura</p> <p>IV - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"</p> <p>V - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"</p> <p>VI - Pós-graduação "stricto sensu"</p>
RE3, RE4	Superior de licenciatura de curta duração ou sem licenciatura			
OE5, OE6	Superior em Pedagogia	PMMG	Pedagogo/ Orientador Educacional	<p>I - Superior em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional</p> <p>II - Superior em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional</p> <p>III - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"</p> <p>IV - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"</p> <p>V - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"</p> <p>VI - Pós-graduação "stricto sensu"</p>
SP4, SP6	Superior em Pedagogia	PMMG	Pedagogo/ Supervisor Pedagógico	<p>I - Superior em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional</p> <p>II - Superior em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional</p> <p>III - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"</p> <p>IV - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"</p> <p>V - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"</p> <p>VI - Pós-graduação "stricto sensu"</p>
Professor do Ensino Superior	Superior	PMMG	Professor do Ensino Superior da Polícia Militar	<p>I - Superior</p> <p>II - Superior</p> <p>III - Pós-graduação "lato</p>

				sensu" ou "stricto sensu" IV - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu" V - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu" VI - Pós-graduação "stricto sensu"
--	--	--	--	--

2.5 - Tabela de correlação das carreiras da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Situação Atual			Situação Nova	
Classe	Nível de Escolaridade da Classe	Órgão	Carreira	Nível de Escolaridade dos Níveis da Carreira
Ajudante de Serviços Gerais, Motorista e Oficial de Serviços Gerais	4ª série fundamental	Defensoria Pública	Auxiliar Administrativo da Defensoria Pública	I - 4ª série do Ensino Fundamental II - 4ª série do Ensino Fundamental
Agente de Administração	Fundamental	Defensoria Pública		III - Fundamental IV - Fundamental V- Intermediário
Auxiliar Administrativo, Auxiliar do Trabalho e da Assistência Social à Criança e ao Adolescente, Técnico Administrativo e Técnico em Agropecuária	Intermediário	Defensoria Pública	Assistente Administrativo da Defensoria Pública	I - Intermediário II - Intermediário III - Superior IV - Superior V - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"
Analista da Educação, Analista de Administração, Analista de Cultura, Analista de Planejamento, Analista da Justiça e Analista da Saúde	Superior	Defensoria Pública	Gestor da Defensoria Pública	I - Superior II - Superior III - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu" IV - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu" V - Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"

PROJETO DE LEI Nº 1.345/2003

Na publicação da errata da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/3/2004, na pág. 93, col. 1, substitua-se a tabela de estrutura da carreira de Gestor em Transportes e Obras Públicas pela que se segue:

Carreira de Gestor em Transportes e Obras Públicas

Jornada de trabalho: 30 ou 40 horas/semana

Nível	Nível de escolaridade	Quantidade	Grau									
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
I	Superior.	900	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ
II			IIA	IIB	IIC	IID	II E	II F	II G	II H	II I	II J
III			IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ
IV			IIVA	IIVB	IIVC	IIVD	IIVE	IIVF	IIVG	IIVH	IIVI	IIVJ
V			IIVA	IIVB	IIVC	IIVD	IIVE	IIVF	IIVG	IIVH	IIVI	IIVJ
VI			IIVA	IIVB	IIVC	IIVD	IIVE	IIVF	IIVG	IIVH	IIVI	IIVJ

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 49/2003

Na publicação da errata da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/3/2004, na pág. 96, col. 1, substituíam-se as Tabelas I.1 e I.2 do Anexo I pelas que se seguem:

I.1 - Estrutura da Carreira da Advocacia Pública do Estado

Jornada de trabalho: 40 horas por semana

Nível	Nível de escolaridade	Quantidade	Grau			
			A	B	C	D
I	Superior	375	IA	IB	IC	ID
II			IIA	IIB	IIC	IID
III			IIIA	IIIB	IIIC	IIIB
IV			IIVA	IIVB	IIVC	IIVD

I.2 - Estrutura da Carreira de Advogado Autárquico

Jornada de trabalho: 40 horas por semana

Nível	Nível de escolaridade	Quantidade	Grau									
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
I	Superior	23	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ
II			IIA	IIB	IIC	IID	II E	II F	II G	II H	II I	II J
III			IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ
IV			IIVA	IIVB	IIVC	IIVD	IIVE	IIVF	IIVG	IIVH	IIVI	IIVJ
V			IIVA	IIVB	IIVC	IIVD	IIVE	IIVF	IIVG	IIVH	IIVI	IIVJ